

CLIPPING CAPITAL

13/6/2017



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**

ANO XXI
EDIÇÃO 108



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Poder
Legislativo

Diário da Assembleia Legislativa – 18ª Legislatura

Imprensa Oficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cauê Macris – Presidente

Luiz Fernando T. Ferreira: 1º Secretário
Estevam Galvão: 2º Secretário
Chico Sardelli: 3º Secretário
Adilson Rossi: 4º Secretário

Analice Fernandes: 1ª Vice-Presidente
Maria Lúcia Amary: 2ª Vice-Presidente
Milton Vieira: 3ª Vice-Presidente
Jooji Hato: 4ª Vice-Presidente

Palácio 9 de Julho • Av. Pedro Álvares Cabral, 201 • Ibirapuera • São Paulo • CEP 04097-900 • Tel. 11 3886-6000

www.al.sp.gov.br

Volume 127 • Número 110 • São Paulo, terça-feira, 13 de junho de 2017

www.imprensaoficial.com.br



Nesta edição, a Assembleia Legislativa de São Paulo dá continuidade à série de entrevistas com os 94 deputados. Cada parlamentar apresentará um breve balanço do mandato, além dos projetos que consideram prioritários para o Estado. Hoje, o entrevistado é o deputado **Cássio Navarro** (PMDB). **PÁG. 2**

Assembleia debate o trabalho infantil

DA REDAÇÃO
FOTO: JOSÉ ANTONIO TEIXEIRA

Cerca de 2,6 milhões de crianças e adolescentes ainda trabalham ilegalmente no Brasil. Os dados são da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e revelam uma realidade preocupante. Neste Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil (12/6), a Assembleia Legislativa realizou solenidade para debater ações de prevenção e mobilizar os municípios no combate às formas de trabalho infantil.

O evento reuniu agentes municipais de assistência e de desenvolvimento social, para reforçar as mobilizações já existentes em prol da erradicação do trabalho infantil. "Aqui, no Estado de São Paulo, a lição de casa está sendo muito bem feita, pois tivemos uma diminuição nos casos de trabalho infantil nos últimos anos. Sou um colaborador, dentro da Assembleia, e quero mobilizar os deputados, as prefeituras e toda a nossa rede do Estado para que consigamos erradicar o trabalho infantil, no Estado de São Paulo e no Brasil", disse o deputado Marco Vinholi (PSDB). Ele foi o idealizador do evento e falou sobre a redução de 36% no número de crianças trabalhando no Estado na faixa etária de 5 a 15 anos - a maior queda registrada nos últimos cinco anos.

De 2011 a 2015, o número passou de 152.067 para 96.674, segundo o PNAD - dados obtidos pela equipe do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil),



Eduardo Belarmino, Vitor Benez, Elisiane dos Santos, Floriano Pesaro, Marco Vinholi, Marina Bragante, Batista e Ana Luísa Vieira

da secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS). Nos últimos três anos, o Estado investiu R\$ 1,7 bilhão para o combate ao trabalho infantil em ações de prevenção, articuladas com os municípios. "O Brasil é um dos poucos países em desenvolvimento do mundo onde ainda persiste a ideia de crianças trabalharem. Vejo gente formada, com capacidade intelectual, defendendo que trabalhar cedo é bom, sem levar em conta que estamos na era do conhecimento", declarou Floriano Pesaro, secretário estadual de Desenvolvimento Social.

Em São Paulo, a incidência maior, segundo Pesaro, ocorre na capital e na região metropolitana. "É maior que no interior, especialmente nas beiras das estradas, onde há exploração sexual de crianças e adolescentes e trabalho análogo ao escravo. Crianças, muitas vezes, trabalham em festas, em troca de algum tipo de benefício, como comida, por exemplo", informou Pesaro. Ações são desenvolvidas em todas as

idades do Estado, inclusive em festas temáticas, como a Festa do Peão de Boiadeiro, em Barretos.

Participação de todos

Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), existem no Brasil 93 formas de trabalho infantil, por meio das quais crianças perdem o direito de brincar, estudar e se desenvolver. De acordo com Ana Luísa Vieira, gestora e editora da ONG Rede Peteca, são 2,6 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho precoce, sendo que 85% deles têm 14 anos ou mais. "É um número

expressivo que precisa ser olhado com atenção, pois sabemos que para esta faixa etária existe o trabalho adolescente protegido, por meio da Lei do Aprendiz, que assegura os direitos de trabalhar e de continuar estudando", disse Ana. Além disso, fez um apelo para que todos os cidadãos prestem atenção ao próprio redor, às roupas que vestem e aos produtos comprados. "Muitas vezes a roupa que vestimos pode esconder a história de uma família e de uma criança que está sendo explorada. Temos de lutar, juntos, pela erradicação do trabalho infantil em nosso Estado e em nosso país", finalizou.

Durante o seminário foram lançadas a campanha #Chegadetrabalho infantil, em parceria com a Rede Peteca, e a publicação do Encontro Estadual das Ações Estratégicas do PETI.

A mesa foi presidida pelo deputado Marco Vinholi. Além dos citados, estiveram presentes: Marina Bragante, secretária adjunta da SEDS; Elisiane dos Santos, procuradora do Ministério Público do Trabalho (MPT/SP) e coordenadora nacional da Coordinfância (Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente); João Batista Martins César, desembargador do Tribunal Regional do Trabalho 15ª região, de Campinas; Vitor Benez Pegler, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Condeca); Lígia Pimenta, coordenadora de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo. Também compareceram prefeitos e dirigentes regionais de assistência social do Estado.





MANDATO EM PAUTA

Entrevista com o deputado Cássio Navarro

POR MATEUS LIMA FOTO: RAPHAEL MONTANARO

Esportista desde a infância, o deputado Cássio Navarro (PMDB) é um dos representantes da Baixada Santista no Legislativo paulista. Nesta edição do Mandato em Pauta o parlamentar apresenta seu trabalho voltado para a área educacional e esportiva.

Com mais de 14 acidentes causados em diversos esportes e múltiplas fraturas “desde o crânio até o dedão pé”, Navarro destaca, com orgulho, a sua tendência para esportes radicais. Ele defende que é necessário que o Governo trabalhe em parceria com as escolas para um incentivo maior na área. “O envolvimento da população é essencial para que no futuro existam mais campeões”, diz.

Navarro ingressou na carreira política como vereador do município de Praia Grande e presidiu a Câmara dos Vereadores da cidade. “A presidência no Legislativo é o momento em que o legislador experimenta a função do Executivo”.

Em 2014, foi eleito novamente deputado estadual. “Por algumas ações liminares de outros parlamentares tive de aguardar um ano para poder assumir a cadeira”, explica.

O deputado aponta que as obrigações de um vereador se confundem com a do parlamentar estadual. Segundo ele, o vereador é líder do seu bairro, daquela região onde ele faz a manutenção dos serviços e propõe algumas melhorias para o executivo municipal. “Já na Assembleia Legislativa, você deixa de ajudar alguns bairros para defender as cidades e regiões”, destaca.

No seu segundo mandato na Assembleia, o deputado afirma que realiza, em prol da sociedade, trabalhos voltados para área da saúde. Ele aponta que, por meio de emendas parlamentares, foi possível ampliar os leitos de internação e também a compra de equipamentos para tratamento de câncer na região da Baixada Santista.

Outra bandeira que o deputado defende é a segurança. Segundo ele, o número de policiais em relação à década de 90 diminuiu, por isso são necessários mais policiais para dar suporte e fornecer segurança à população.

Projetos

“Se em toda legislatura cada deputado quiser aprovar, por exemplo, 10 projetos, quantas leis nós vamos criar no nosso Estado?”. Cássio Navarro defende que cada deputado deve trabalhar para realizar um projeto que realmente tenha consistência e seja necessário para população.

Segundo ele, é comum encontrar na Assembleia

propostas que ficaram em tramitação por muitos anos. “Elas acabaram perdendo o seu sentido, e até mesmo seus autores já não fazem mais parte do Colegiado”, diz.

Navarro já teve projetos vetados pelo governador, mas isso para ele é um motivo para melhorar e embasar as propostas. “Os deputados poderiam discutir mais, para que, independente de aprovar um projeto de deputado a, b, c, trabalhássemos em prol de uma proposta que realmente tivesse efeito para discussão e aprovação do Governo”, frisa.

Conscientização

Uma das propostas apresentadas pelo deputado quer instituir o curso de culinária saudável aos pais dos alunos matriculados nas unidades da rede estadual. O objetivo é conscientizar a população sobre uma melhor alimentação. “A culinária saudável muitas vezes é vista pela população mais carente como uma despesa maior, e que possui um custo elevado e impossível de realizar. O Projeto de Lei 853/2016 traz uma orientação nas escolas para os pais dos alunos entenderem que nem sempre é um aumento de custo, mas sim a qualidade da alimentação”, explica.

O deputado também pretende conscientizar a sociedade sobre as ressacas que atingem o litoral do Estado. O Projeto 211/2017, busca criar um Plano de Ação de Emergências contra os efeitos desse fator climático. “As regiões litorâneas sofrem com a variação climática, entretanto não há uma cobertura midiática eficiente. O intuito é criar um modelo informativo de prevenção das pessoas que moram no entorno dessas áreas, fornecendo um ganho para população, no sentido de preservá-las”, diz.

Outra proposta do parlamentar busca minimizar o tempo para até 48 horas no reparo ou troca dos leitores de cartão em estabelecimentos comerciais. O objetivo é garantir ao contratante um serviço de assistência mais ágil, sem a interrupção da atividade.

Navarro afirma que o mau funcionamento da máquina causa constrangimento aos consumidores, “as pessoas têm o crédito e às vezes elas são punidas por um erro da máquina”.

Frente Parlamentar

O deputado é coordenador da Frente Parlamentar em Prol da Segurança no Sistema Anchieta-Imigrantes, criada depois da morte de um rapaz que sofreu uma pedrada lançada sobre seu veículo. “Outros casos



similares estavam ocorrendo nas estradas. Por conta disso, a Frente vem atuando desde o final do ano passado, buscando melhorar as condições de segurança pra quem utiliza as vias”, destaca.

A Frente tem como objetivo articular ações junto a todos os órgãos do Estado, desde a polícia rodoviária e a concessionária do sistema, Ecovias, até as autoridades reguladoras. “Dentre os trabalhos realizados, foi possível um aumento do efetivo da polícia rodoviária, implantação de câmeras inteligentes que identificam objetos estranhos na via”.

Balsa

Para Cássio Navarro, “a função de deputado é muito mais ampla e precisa trazer melhorias para a população”. Como exemplo, ele cita o caso dos contratos de balsas no Estado.

“Fui garantir a travessia de balsa para um município (Ilhabela), quando me deparei com um contrato único que serve a todo sistema de balsa do Estado”, explica. Segundo ele, não havia um entendimento das empresas responsáveis para realização dos trabalhos.

“Atuei junto à Secretaria de Transportes, à Dersa, e a outros deputados que enxergaram essa dificuldade e conseguiram colocar mais duas balsas em funcionamento, dando um suporte melhor aos usuários”, diz.

Futuro político

O deputado pretende continuar o trabalho nos municípios, mais especificamente na região da Baixada Santista. Para ele, há pouca representatividade dos deputados. “Precisamos continuar desenvolvendo as transformações necessárias. Tendo condições e o reconhecimento da população, quero continuar nesta Casa Legislativa”, apontando seu interesse na reeleição de 2018.

opinião

Setor sucroenergético gera empregos e renda

WELSON GASPARINI*

Levantamento mostra o Brasil como o país que mais proporciona empregos na indústria de biocombustíveis. Com aproximadamente 1,7 milhão de postos de trabalho gerados em 2016, mais de um terço deles (613 mil) no setor sucroenergético brasileiro, a indústria de biocombustíveis líquidos fica atrás somente da energia solar, que registrou 3,1 milhões de empregados, e supera as fontes hidrelétricas (1,5 milhão nas grandes usinas), eólica (1,1 milhão), biogás (333 mil) e geotérmica (182 mil).

Em declarações recentes, o diretor Executivo da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Eduardo Leão de Sousa – comentando esse dado específico - cita os benefícios sociais oriundos da produção de etanol no país, destacando o compromisso da indústria canavieira com a melhoria da qualidade do emprego no setor.

“Dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho demonstram que nos últimos



dez anos houve um incremento de 70% nos salários pagos aos trabalhadores do segmento, descontando a inflação. Já a taxa de analfabetismo caiu 63,6%, enquanto o índice de pessoas formadas no ensino médio cresceu 472,1%”, afirma o executivo.

Já a IRENA (International Renewable Energy Agency – AGÊNCIA INTERNACIONAL PARA AS ENERGIAS RENOVÁVEIS), em seu relatório, registra um aumento na contratação de mão de obra para o mercado de energias renováveis, principalmente desde 2012.

De lá para cá, cerca de 2,8 milhões de novos trabalhadores foram admitidos neste mercado. Segundo análise da Agência, a “redução dos custos e adoção de políticas favoráveis estimulou os investimentos e o emprego”. Para 2030, a projeção é de que as fontes alternativas empreguem até 24 milhões de pessoas.

Segundo esse documento, o Brasil é o país que mais proporciona empregos na indústria mundial de biocombustíveis, com 783 mil vagas geradas no ano

passado sendo seguido, nesse ranking, pelos EUA (283 mil trabalhadores), União Europeia (93 mil), Indonésia (154,3 mil), Tailândia (97 mil), Colômbia (85 mil), Malásia (52,5 mil), China (51 mil), Filipinas (42,4 mil) e Índia (35 mil).

Grande parte das vagas vem da atividade agrícola, especificamente dos processos de plantio à colheita das matérias primas usadas na produção de etanol e/ou biodiesel: o restante se encontra na fabricação propriamente dita dos biocombustíveis ou em serviços de construção/manutenção de instalações industriais.

Trata-se, numa época tão difícil quanto a atualmente enfrentada pelo Brasil, com o desemprego sendo um fardo indesejável para mais de 14 milhões de brasileiros, de um fato positivo porque mostra a pujança de um setor que gera emprego, renda e ajuda a promover a paz social. Além, claro, dos benefícios para o próprio meio ambiente gerados por uma energia renovável e não poluente, de origem biológica e não fóssil fabricada, em escala comercial, a partir de produtos agrícolas como cana-de-açúcar, mamona, soja, canola, babaçu, mandioca, milho e beterraba.

(*) Welson Gasparini é deputado pelo PSDB e ex-prefeito de Ribeirão Preto

Os artigos publicados nesta seção Opinião são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista do Parlamento paulista, de outros parlamentares, de suas legendas ou do Departamento de Comunicação e seus órgãos subordinados.

O ESTADO DE S. PAULO



FUNDADO EM 1875



JULIO MESQUITA (1862 - 1927)

Terça-feira

13 DE JUNHO DE 2017 R\$ 4,00 ANO 138 Nº 45164 EDIÇÃO DE 0H30

estadao.com.br

Viagem

Pura poesia
No Chile, entre Neruda, taças de vinho e o Pacífico



NOVA COLUNA
● **Criança a bordo**
Descomplicar é o segredo para viajar sem estresse.
PÁG. D4

Viagem ESPECIAL

Férias. Sete destinos no Brasil perfeitos para (re)descobrir agora em julho



Temer define medidas para aliviar dívidas dos Estados

Presidente deve anunciar refinanciamento com o BNDES e a retomada de projeto de venda de créditos

O presidente Michel Temer deve anunciar hoje, em jantar com governadores, a regulamentação do refinanciamento de R\$ 50,5 bilhões em dívidas dos Estados com o BNDES e a retomada do projeto de securitização, que permite ao setor público vender créditos de dívidas parceladas por contribuintes. As

condições do refinanciamento incluem alongamento de 20 anos no prazo para o pagamento e carência de quatro anos. O Tesouro Nacional estima alívio de R\$ 6 bilhões para os Estados em três anos. Em outra frente, com a retomada do projeto de securitização, os Estados têm, pelos cálculos da Pro-

curadoria-Geral da Fazenda Nacional, potencial de venda de R\$ 60,5 bilhões de dívidas parceladas. A "agenda positiva" é anunciada no momento em que o presidente busca apoio no Congresso para barrar denúncia do procurador-geral, Rodrigo Janot, que deve sair nos próximos dias. **ECONOMIA / PÁG. B1**

● **Bolsa fecha em baixa**
Em meio a incertezas no cenário político, a Bolsa fechou em baixa de 0,82%, aos 61.700 pontos. O dólar teve alta de 0,78%, atingindo R\$ 3,3180, maior cotação desde 18 de maio, quando foi divulgada conversa entre Temer e Joesley Batista. **PÁG. B5**

Com apoio de Alckmin e de Doria, PSDB fica no governo

Principal fiador do governo de Michel Temer no Congresso, o PSDB decidiu ontem em reunião da Executiva Nacional e de líderes do partido que vai permanecer na base aliada. Os tucanos adotaram o discurso de que não podem desembarcar agora do governo, sob o argumento de que um eventual rompimento com Temer poderia prejudicar a aprovação das reformas da Previdência e trabalhista. **POLÍTICA / PÁG. A4**

Putin enfrenta onda de protestos

Quase 2 mil manifestantes, incluindo vários jovens, foram detidos durante protestos contra a corrupção e o governo de Vladimir Putin, ontem, na Rússia. Alexei Navalni, principal opositor do regime, também foi preso, acusado de organizar ato sem autorização. A onda de manifestações é a maior desde 1991, quando a população defendeu o fim da União Soviética. **INTERNACIONAL / PÁG. A9**



ALEXANDER ZEMILANICHENKO/AP

Paulinho perde direitos políticos

● O deputado federal Paulinho da Força (SD-SP) teve os direitos políticos suspensos por determinação do Tribunal Regional da 3ª Região. Ele foi condenado por improbidade na utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O parlamentar vai recorrer. **PÁG. A8**

Crise da JBS leva Minerva e Marfrig a reabrir unidades

O frigorífico Minerva, terceiro maior do País, anuncia hoje a reativação de uma unidade em Mato Grosso. O movimento é uma reação às dificuldades enfrentadas pela JBS, maior empresa de carnes do mundo, após a delação dos seus sócios, os irmãos Joesley e Wesley Batista. Com isso, seus rivais buscam ocupar mais espaço. O Marfrig, segundo maior do setor, também estuda reabrir unidades. **ECONOMIA / PÁG. B10**

EUA, com Trump, devem rever acordos com Cuba

O presidente Donald Trump deve anunciar na sexta-feira a revisão de medidas adotadas por Barack Obama para normalizar o relacionamento com Cuba. Mudanças poderão incluir restrições nas viagens de americanos à ilha, proibição de realização de negócios com estatais ligadas a militares e limitações ao comércio. **INTERNACIONAL / PÁG. A10**

Justiça livra acusados pelo acidente da TAM

● **METRÓPOLE / PÁG. A12**

Fachin amplia prazo de inquérito contra Temer

● **POLÍTICA / PÁG. A8**

Tempo em SP **22º Máx. 13º Mín.**



Eliane Cantanhêde
Grampo na PGR? Era só o que nos faltava. Em vez de saudáveis divergências, há espionagem e demonização generalizada. **POLÍTICA / PÁG. A6**

Gilles Lapouge
O líder francês Emmanuel Macron terá a sonhada maioria legislativa, mas o que fará com esse poder todo? **INTERNACIONAL / PÁG. A11**

Humberto Werneck
Já planejou o que dizer no minuto final - daqui a muitos e muitos anos, naturalmente? Não deixe a escolha para a última hora. **CADERNO2 / PÁG. C6**

Nós já éramos uma ponte financeira antes de a Brooklyn Bridge ser inaugurada. Brooklyn Bridge, inaugurada em 1883

175 ANOS Mais importante do que tudo que se passa é como se passa por tudo.

Construindo pontes financeiras seguras por onde atravessam gerações.

Para mais informações, consulte nossos gerentes ou ligue para 0300 105 1234, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 21h30, exceto feriados.

Safra Private Banking
Tradição Secular de Segurança

A presente instituição aderiu ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para a Sociedade de Private Banking no Mercado Doméstico.

Central de Atendimento Safra: 0300 105 1234, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 21h30, exceto feriados. Atendimento aos portadores de necessidades especiais, auditivos e de fala - SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor: 0800 172 2755, atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana. Ouvidoria - caso já tenha recorrido ao SAC e não seja satisfatório: 0800 770 1236, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, exceto feriados.

ESTA PUBLICIDADE É DO MATERIAL TÉCNICO SEGREDO DO CONDIÇÃO ANBIMA DE REGULÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA A ATIVIDADE DE PRIVATE BANKING. A VINCULAÇÃO DO SELO NÃO IMPLICA POR PARTE DA ANBIMA GARANTIA DE VERIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.



Caderno2
Sepultura vira filme
Mesmo sem participação dos irmãos Cavaleira, documentário sobre o grupo abre hoje festival In-Edit

NOTAS & INFORMAÇÕES

A inflação no rumo certo
Inflação em queda deixa mais dinheiro no bolso dos consumidores e abre espaço para novos cortes de juros e mais estímulos à produção e à criação de empregos. **PÁG. A3**

Fabricação de crises
Carmen Lúcia, que deveria atuar como bombeiro, despejou gasolina no fogo no caso Abin. **PÁG. A3**

Permanência de tucanos na base é vitória de alas paulista e de Aécio; versão oficial defende avanço das reformas; partido, porém, vai esperar denúncia de Janot para nova análise

Direção do PSDB mantém apoio ao governo Temer



ANDRÉ DUSEK/ESTADÃO

Encontro. Reunião da Executiva Nacional do PSDB em Brasília definiu posição do partido em relação ao governo Temer

Igor Gadelha
Renan Truffi / BRASÍLIA

Principal fiador do governo Michel Temer no Congresso Nacional, o PSDB decidiu ontem permanecer na base aliada. O posicionamento foi tomado durante reunião da Executiva Nacional e de líderes do partido em Brasília. Os tucanos argumentaram que um rompimento, neste momento, poderia prejudicar a aprovação das reformas da Previdência e trabalhista.

Dirigentes discutem nos bastidores que, após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) absolver Temer do pedido de cassação, o partido deve aguardar uma eventual denúncia contra o presidente a ser proposta pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, até o fim deste mês.

Ex-ministro das Relações Exteriores de Temer, o senador José Serra (SP) foi o primeiro a anunciar a decisão, que representa uma vitória das alas paulista e da ligada ao senador afastado e presidente licenciado da sigla, Aécio Neves (MG). “Se os fatos mudarem, terão outras análises”, afirmou, em relação ao surgimento de novas implicações para o peemedebista. “É um governo que tocou adiante compromissos que assumiu conosco. Isso é visto como algo positivo”, disse.

O Estado mostrou ontem que Temer apelou ao governa-

dor paulista, Geraldo Alckmin, e ao prefeito de São Paulo, João Doria, para que eles agissem para esvaziar a reunião ampliada da Executiva. Presente ao encontro, Doria afirmou que Temer não recebeu um “cheque endossado”. “A avaliação será feita diariamente.” Aos correligionários, ele disse que o PSDB tem de ter em mente que o “principal adversário é o PT”.

Alckmin, também na reunião, afirmou que o PSDB deveria “observar” o cenário até a conclusão da votação das reformas. Conforme relatos, ele propôs antecipar a eleição para escolher novos membros da Executiva Nacional do partido, entre eles, o substituto definitivo de Aécio no comando da legenda. A disputa interna está prevista para maio do próximo ano.

O parlamentar mineiro está licenciado da presidência nacional desde 18 de maio, após ser atingido pela delação de executivos da JBS. Mesmo ausente, Aécio trabalhou, nos bastidores, para evitar o desembarque do PSDB. A avaliação de “acistas” é a de que, se os tucanos

● Baixa após decisão

Ex-ministro da Justiça de FHC e autor do pedido impeachment de Dilma, Miguel Reale Júnior deixou o PSDB. “Desisti diante das vacilações. Não se pode ser fraco diante da afronta a ética”, disse.

Partido vai recorrer de absolvição do presidente no TSE

● O líder do PSDB na Câmara, deputado Ricardo Tripoli (SP), afirmou ontem que o partido vai recorrer da decisão do Tribunal Superior Eleitoral de não cassar a chapa Dilma Rousseff-Michel Temer. “O partido vai recorrer, a forma como vai recorrer ainda não foi definida”, disse. Para ele, o melhor caminho deve ser apresentar um recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal. “A ação é do PSDB. Se não entrar (com recurso), está prevaricando. A incoerência seria não recorrer”, disse o líder tucano, após reunião em que o partido anunciou a permanência na base.

romperem com Temer agora, o PMDB, partido do presidente e dono das maiores bancadas no Congresso, trabalhará a favor da cassação do mandato do senador mineiro no Conselho de Ética do Senado.

‘Sonhos’. O encontro foi comandado pelo presidente interino do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE). “Esse não é o governo dos meus sonhos”, afirmou. “Boa parte do PSDB entende que sem ministros no gover-

no a coisa piora”, justificou o tucano. Participaram da reunião os quatro ministros da sigla – Bruno Araújo (Cidades), Antônio Imbassahy (Secretaria de Governo), Aloysio Nunes (Relações Exteriores) e Luislinda Valois (Direitos Humanos).

Jereissati afirmou ainda que o PSDB não decidiu fechar questão a favor da aceitação de eventual denúncia contra Temer enviada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Segundo ele, por enquanto, a orientação é que cada deputado vote como quiser.

Contra. Entre os que defendiam o desembarque, coube ao senador Ricardo Ferraço (ES) fazer a fala mais incisiva. Derrotado em seu posicionamento, ele defendeu a imediata entrega dos cargos em razão de “denúncias devastadoras” contra a gestão Temer. “A crise vivida pelo governo é insustentável”, disse.

Somaram-se a Ferraço os deputados João Gualberto (BA), Eduardo Cury (SP) e Betinho Gomes (PE). Ontem, eles disseram que vão continuar a defender a saída da gestão Temer.

“Continuarei defendendo, e agora com mais convicção. A divisão de opiniões continua”, afirmou Gualberto, em entrevista à imprensa, ao deixar a reunião ampliada da Executiva Nacional e de demais líderes tucanos em que o partido decidiu permanecer na base aliada.

*
BASTIDORES: Vera Rosa

A portas fechadas, 2018 e Aécio Neves

A decisão do PSDB de permanecer no governo Michel Temer foi tomada após muitas negociações envolvendo as eleições de 2018 e a salvação do senador afastado Aécio Neves (MG). A portas fechadas, o presidente assegurou que o PMDB não terá candidato à sucessão e ofereceu como “dote” aos aliados o tempo de TV.

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o prefeito da capital paulista, João Doria – hoje os dois mais fortes nomes do PSDB para o Planalto –, apressaram-se em defender o apoio.

O discurso oficial foi a urgência das reformas da Previdência e trabalhista, mas, nos bastidores, a avaliação da ala pró-Temer é a de que manter o presidente “fraco” e “sangrando” pode ser conveniente.

O aceno para a “salvação” de Aécio no Conselho de Ética do Senado – presidido pelo PMDB – também entrou nas negociações. O PSOL e a Rede pediram a cassação do mandato do senador logo após as delações da JBS.

A preocupação do Planalto era a de que a saída do PSDB “contaminasse” outros partidos da base aliada, provocando um “efeito dominó” de desembarque. Aloysio Nunes chegou a evocar até mesmo o clássico do escritor francês Gustave Flaubert para defender lealdade. “O PSDB não é Madame Bovary”, disse ele, há onze dias, em uma referência à personagem do século 19 que traiu um marido inosso e, acossada por dívidas, teve um fim trágico.

Na prática, o casamento de sobrevivência do PSDB com o PMDB continua, mas não se sabe por quanto tempo nem muito menos se vai durar até 2018. Em Brasília, nunca se viveu tanto a máxima “cada dia com sua agonia”.

Dallagnol diz que solução é prender senador

O procurador Deltan Dallagnol, coordenador da Lava Jato em Curitiba, defendeu ontem a prisão de Aécio Neves (PSDB-MG) caso a ordem de suspensão do mandato não seja cumprida. “O afastamento (*determinado por Edson Fachin, do STF*) objetiva proteger a sociedade. Desobedecido, a solução é prender Aécio, conforme pediu Janot”, disse no Twitter.

O gabinete de Aécio continua funcionando. A defesa disse que ele cumpre medidas cautelares. O Senado informou que aguarda “informações” sobre como proceder em relação à suspensão não prevista na “Constituição nem no regimento”.

Funaro contrata especialista em delação para negociar acordo

Ex-advogado de Youssef vai defender operador; preso desde junho de 2016, ele promete delatar ‘caciques do PMDB’

Ricardo Brandt
Julia Affonso
Fausto Macedo

O operador Lúcio Bolonha Funaro contratou o escritório do criminalista Antonio Figueiredo Basto para negociar sua delação com o Ministério Público Federal. Com dez acordos homologados na Operação Lava Jato – foram 151 delações feitas em Curitiba –, o advogado é considerado especialista em colaborações premiadas.

Preso desde 1.º julho de 2016, acusado de operar propinas do ex-presidente da Câmara dos

Deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ), Funaro é considerado peça-chave na investigação sobre peemedebistas – eventual delação teria potencial para agravar a crise política envolvendo o governo Michel Temer. Funaro promete falar sobre as propinas que operou para “caciques do PMDB” e benefícios obtidos por empresas, “de A a Z”, de acordo com pessoas próximas à investigação.

Banestado. Com 30 anos de experiência, Basto fechou a primeira delação premiada do doleiro Alberto Youssef, no caso Banestado, na década de 1990. Em 2014, ele fez um novo acordo e garantiu que Youssef deixasse a cadeia, menos de dois anos depois de preso.

A estratégia de defesa ainda está em discussão. Visto no Ministério Público Federal como

um candidato a delator “complicado”, Funaro terá uma longa negociação para conseguir um acordo, avaliam pessoas próximas às investigações. Como operador financeiro, no entanto, ele integra um grupo de investigados da Lava Jato que mais tem obtido acordos, por levar as apurações para novas frentes no escândalo.

Funaro foi preso na Operação Sepsis, com base na delação de Fabio Cleto, ex-vice-presidente de Fundos e Loterias da Caixa. Funaro é investigado ainda nas operações Patmos e

Greenfield, da Lava Jato.

Na quarta-feira passada, o advogado Cezar Bitencourt informou que havia deixado a defesa de Funaro, que “estava interessado” em fazer acordo de delação premiada. A prisão da irmã do operador, Roberta Funaro, foi um dos fatores que mais pesaram na decisão.

Irmã. Roberta Funaro foi presa em 18 de maio, alvo da Patmos, desdobramento da Lava Jato decorrente da delação do grupo J&F. Em 1.º de junho, o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, aceitou a conversão da prisão preventiva em domiciliar, monitorada com tornozeleira eletrônica.

Funaro é citado nas delações da J&F como recebedor de mensalidade de R\$ 400 mil, para ficar em silêncio na cadeia. Teria sido, segundo os delatores da J&F, essa mesada paga a Funaro um dos assuntos que levaram Joesley Batista até o Palácio do Jaburu, no dia 7 de março, quando gravou uma conversa com o presidente Michel Temer.



NA WEB

Documentos.

A ‘Planilha Lucio’ de Joesley

estadao.com.br/e/planilhafunaro

Base já articula relator em comissão para livrar Temer

Aliados do presidente devem escolher nome combativo para tentar acelerar processo na Câmara e evitar desgaste do governo

Igor Gadelha

Daiene Cardoso / BRASÍLIA

Antes mesmo de o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apresentar denúncia contra o presidente Michel Temer, a base governista na Câmara já articula nomes entre seus aliados para relatar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o pedido de instauração de eventual processo. Pelo menos três deputados são avaliados, mas o mais cotado até agora é o peemedebista Alceu Moreira (RS), integrante da tropa de choque do governo e resistente a pressões populares.

O deputado foi o relator da reforma da Previdência na CCJ. À época, ele apresentou seu parecer um dia após o governo enviar a proposta e disse que era o The Flash, em referência ao super-herói com poder de se mover ultrarrapidamente. O peemedebista tem sido um dos principais defensores da pauta governista na comissão e vem atuando para barrar o avanço da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das Eleições Diretas.

Além de Moreira, o presidente da comissão, deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), avalia outros dois nomes para indicar como relator de eventual denúncia, ambos alinhados ao Palácio do Planalto.

O preferido de Pacheco é o deputado Marcos Rogério (DEM-RO), mesmo partido do

presidente da Câmara, Rodrigo Maia (RJ). Advogado, Rogério, como relator, deu parecer favorável à cassação de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) no Conselho de Ética da Casa.

Rogério disse que ainda não foi procurado pelos governistas para tratar do assunto. “Não tenho interesse em relatar, mas, se me for designado, não fugirei da missão.” O deputado, no entanto, disse acreditar não ter o perfil que a base governista quer para enterrar a denúncia. “Você tem dúvida de que vai ser o Alceu (Moreira)?”, questionou.

O terceiro nome é o do deputado Sérgio Zveiter (PMDB-RJ), que chegou a ser cogitado para presidente ou relator da comissão especial da reforma da Previdência na Câmara. Zveiter tem bom relacionamento com

donos de veículos de comunicação e é visto como um parlamentar que poderia minimizar as críticas ao governo. “Se me convidar, vou ver”, disse.

Lista. Vice-líder do governo na Câmara, Beto Mansur (PRB-SP) começou a fazer um levantamento com os membros da CCJ para averiguar como devem votar em relação à eventual denúncia contra Temer. Membros que demonstrarem um comportamento desalinhado com o Planalto deverão ser substituídos, mas até o momento os líderes partidários não fizeram mudanças na composição da comissão. “Comecei a preparar para não ter erro”, disse. Segundo ele, o governo tem a maioria na comissão para barrar a denúncia.

Mansur afirmou que, para o governo, a melhor opção seria escolher Moreira como relator. “Queremos um cara peitudo, bom de microfone e que faça as coisas direito”, afirmou.

Apreciação relâmpago. O vice-líder da bancada do PMDB na Câmara, Carlos Marun (MS), disse acreditar que a base governista tem atualmente entre 300 e 350 votos para barrar uma possível denúncia contra o presidente. Ele, que é um dos mais ferrenhos defensores de Temer na Casa, afirmou que, se o procurador-geral da República apresentar a denúncia, a Câmara terá condições de “liquidar o assunto” em dez dias.

● ‘Peitudo’

“Você tem dúvida de que vai ser o Alceu (Moreira)?”

Marcos Rogério (DEM-RO)

DEPUTADO FEDERAL

“Queremos um cara peitudo, bom de microfone e que faça as coisas direito.”

Beto Mansur (PRB-SP)

VICE-LÍDER DO GOVERNO NA CÂMARA

“Ela (ação) vindo, obviamente que nós vamos tentar liquidar.”

Carlos Marun (PMDB-MS)

VICE-LÍDER DA BANCADA NA CÂMARA





PERFIS

Sergio Zveiter,
deputado (PMDB-RJ)

ANDRE DUSEK/ESTADÃO-21/08/2013



Ocupou cargos na gestão Cabral

No segundo mandato, tem 61 anos, é advogado e foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio. Antes de ingressar no PMDB, passou pelo PDT e PSD. Licenciou-se do mandato para assumir cargos no Rio. Foi secretário de Justiça dos governos de Anthony Garotinho e Rosinha Matheus e assumiu a Secretaria de Trabalho e Renda na gestão Sérgio Cabral (PMDB). Na Câmara, foi relator do recurso contra o pedido de cassação do ex-deputado Natan Donadon na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Zveiter rejeitou a demanda do deputado, que estava preso, e Donadon acabou cassado.

Marun afirmou não ter “a mínima dúvida” de que a Casa vai barrar a ação. “Ela vindo, obviamente que nós vamos tentar liquidar essa questão com a maior brevidade possível.”

Ao ser notificado da oferta da denúncia, o presidente da Câmara despachará o pedido à

Alceu Moreira,
deputado (PMDB-RS)

LUCIO BERNARDO JR./CÂMARA DOS DEPUTADOS-29/3/2017



Foi citado em delação da JBS

Aos 63 anos, está no segundo mandato na Câmara. Com perfil beligerante, é considerado integrante da tropa de choque do presidente Michel Temer no Congresso. Foi relator de matérias de interesse do governo, como a reforma da Previdência, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Na ocasião, apresentou parecer 24 horas depois de o governo enviar o texto à Casa. Integrante da bancada ruralista, presidiu a CPI que investigou Funai e Inbra. Ele foi citado na delação da JBS. Executivos da empresa relataram pagamento de R\$ 200 mil em espécie de propina ao peemedebista em 2014, o que ele nega.

CCJ, que terá dez sessões ordinárias para se manifestar. O parecer do relator será proferido em até cinco sessões. O relatório aprovado poderá entrar na pauta do plenário assim que for enviado à Mesa Diretora. No plenário, a votação é nominal e precisará de dois terços dos vo-

Marcos Rogério,
deputado (DEM-RO)

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO-25/03/2013



Foi relator da cassação de Cunha

O deputado está no segundo mandato na Câmara. Com 38 anos, é membro da bancada evangélica e terceiro-vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Foi relator do processo por quebra de decoro parlamentar do ex-colega Luiz Argôlo, preso no Paraná pela Lava Jato. O processo só não resultou em cassação porque o mandato de Argôlo acabou antes. O deputado ganhou destaque durante o processo de cassação de Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Com um parecer técnico, Rogério convenceu os colegas de que Cunha mentiu na CPI da Petrobrás ao negar que tivesse contas no exterior.

tos para ser admitida.

Em nome da oposição, o deputado Alessandro Molon (Rede-RJ) disse que o bloco não aceitará tramitação acelerada. “Nem queremos que os pedidos sejam engavetados, nem colocados em via expressa em direção ao túmulo”, afirmou.

Cármem descarta apurar caso Fachin

'Não há que se questionar palavra do presidente', afirma ministra sobre suposta espionagem; Temer diz que não interfere nos Poderes

Isadora Peron
Carla Araújo
Tânia Monteiro / BRASÍLIA

A presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármem Lúcia, decidiu ontem que não vai adotar nenhuma providência em relação à suposta espionagem contra o ministro Edson Fachin pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Segundo ela, o presidente Michel Temer garantiu que não ordenou medida ilegal em relação a Fachin e que “não há o que questionar quanto à palavra do presidente da República”.

Em nota, a ministra disse que o assunto está “por ora, esgotado”, mas afirmou que “qualquer irregularidade vinda de qualquer órgão estatal, de qualquer dos poderes da República ou da Procuradoria-Geral da República contra qualquer cidadão não será tolerada, por contrariar a Constituição”.

Em vídeo postado nas redes sociais ontem à tarde, Temer se defendeu do que chamou de um conjunto de denúncias “montadas” e afirmou que não permitirá “ilegalidades” de instituições públicas. O presidente, no entanto, defendeu a independência entre os Poderes e afirmou que não interfere nem permite interferências.

“Em hipótese alguma, nenhuma intromissão foi ou será consentida”, afirmou o presidente. Segundo Temer, desde que ele chegou ao governo, tem “insistido que observemos os princípios fundamentais de independência e harmonia impostos pela Constituição”.

“Nas democracias modernas, nenhum poder impõe sua vontade ao outro. O único soberano é o povo e não um só dos poderes. E muito menos aque-

les que, eventualmente, exerçam o poder”, declarou.

Reação. No sábado, após a revista *Veja* divulgar informação de que a Abin, a pedido do governo Temer, estaria investigando a vida de Fachin, a presidente do STF emitiu nota dizendo que a prática era “inadmissível” e que teria de “ser civicamente repelida, penalmente apurada e os responsáveis exemplarmente processados e condenados na forma da legislação vigente”.

Interlocutores da presidente do Supremo afirmaram que não houve “reco” em relação ao posicionamento do fim de semana e que o recado está dado, de que o STF não vai permitir que um dos seus ministros seja “perseguido” politicamente.

Relator da Operação Lava Jato na Corte, Fachin homologou a delação de executivos da JBS que resultou na abertura de inquérito no STF para investigar se Temer praticou crimes de corrupção passiva, organização criminosa e obstrução da Justiça. Desde então, o ministro vem sofrendo uma ofensiva por parte de aliados de Temer, que chegaram a apresentar requerimento contra o ministro na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e entidades de juízes também reagiram à informação de suposta espionagem, além dos ministros do STF Luiz Fux e Gilmar Mendes, que falou em “tentativa de intimidação” do Judiciário. O Palácio do Planalto negou que Temer tenha acionado a Abin para espionar o ministro.

TSE. No vídeo, Temer não cita diretamente o julgamento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que o absolveu na ação do PSDB contra a chapa Dilma Rousseff-Michel Temer, mas afirma que “na última semana assistimos à demonstração da vitalidade da democracia brasileira, com o funcionamento pleno e livre do poder Judiciário”.

“Essa força não surge do acaso. Ela é possível em razão do mandato conferido pela Constituição às instituições públicas”, declarou. / COLABOROU FRANCISCO CARLOS DE ASSIS



Discurso. Presidente Michel Temer gravou um vídeo no qual afirma que governo não vai parar; 'Não vou esmorecer', diz

Fachin dá mais prazo para inquérito e atrasa denúncia

O ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), deu mais cinco dias de prazo para que a Polícia Federal conclua a investigação contra o presidente Michel Temer e o ex-deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR).

O ministro também pediu para que a Procuradoria-Geral da República se manifeste, também em cinco dias, sobre o pedido de arquivamento da investigação feito pela defesa do presidente.

Fachin havia pedido, no dia 30 de maio, que a investigação fosse encerrada em um prazo de dez dias. Na semana passada, depois de Temer se recusar a responder as 82 perguntas enviadas pela PF, a entidade pediu mais dez dias

para concluir a investigação.

A conceder apenas cinco dias, Fachin afirmou que, por se tratar de inquérito com investigados presos, o caso precisa ter celeridade.

Rocha Loures está preso desde o dia 3 de junho. Ele e Temer passaram a ser investigados pelo Ministério Público Federal com base nas delações de executivos da empresa JBS, sob a suspeita de prática dos crimes de corrupção passiva, participação em organização criminosa e obstrução à investigação de organização criminosa; eles negam qualquer crime.

● **Irregularidade**
“Qualquer irregularidade vinda de qualquer órgão estatal, de qualquer dos poderes da República ou da Procuradoria-Geral da República contra qualquer cidadão não será tolerada, por contrariar a Constituição.”
Cármem Lúcia

PRESIDENTE DO STF

Tribunal cassa direitos políticos de Paulinho da Força

Deputado federal é acusado de improbidade administrativa; sindicalista diz que vai recorrer da decisão

O Tribunal Regional Federal da 3.^a Região (TRF3) suspendeu ontem os direitos políticos do deputado federal Paulo Pereira da Silva (SD-SP), o Paulinho da Força, por improbidade na utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O deputado afirmou que vai recorrer da decisão.

De acordo com a denúncia do

Ministério Público Federal, o parlamentar, como presidente da Força Sindical, contratou a Fundação João Donini, sem licitação, para ministrar cursos profissionalizantes para desempregados e pessoas de baixa renda utilizando recursos do FAT.

Segundo a 4.^a Turma do TRF3, a fundação não possuía finalidade educacional específica e adequada aos propósitos firmados entre a Força Sindical e o Ministério do Trabalho. O acordo previa cooperação técnica e financeira entre a pasta e a central sindical.

Além da suspensão dos direitos políticos por no mínimo cin-

co anos, Paulinho e outros réus, incluindo o responsável pela fundação, João Francisco Donini, foram condenados ao pagamento de multa, calculada com base no valor contratado com dispensa de licitação, proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de cinco anos.

De acordo com a denúncia do Ministério Público Federal, no período entre 1999 e 2000, a Força Sindical, presidida pelo deputado, firmou três convênios com o Ministério do Trabalho para qualificação e equalifi-



Sem provas. Paulinho é acusado injustamente, diz Força

cação profissional de trabalhadores desempregados ou sob risco de desemprego e também para micro e pequenos empreendedores e autônomos. Em uma das parcerias, a Força Sindical teria contratado a Fundação Donini por R\$ 215 mil para ministrar esses cursos.

Defesa. Em nota, a Força Sindical afirmou que seu presidente é vítima de perseguição política. “Paulinho vem sendo injustamente acusado de supostas e jamais comprovadas irregularidades”, disse a central sindical.

De acordo com o advogado do deputado federal, Tiago Cedraz, não se exigia licitação na época do convênio firmado entre a Força e a Fundação João Donini. /LUIZ VASSALLO, F.M e J.A

JULGAMENTO NO TSE

‘Pensei no que era melhor para o Brasil’, diz Fux sobre voto pela cassação da chapa

- ▶ O ministro do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Luiz Fux (foto) disse ontem que, durante o julgamento da chapa Dilma Rousseff-Michel Temer na corte eleitoral, no qual votou pela cassação, considerou o que “era melhor” para o País. “Não disputei vaidades, pensei no que era melhor para o Brasil”, afirmou o ministro durante evento com empresários em São Paulo. “Eu não consegui me curvar à ideia de que o que estava sendo discutido no tri-



bunal, uma questão de fundo seriíssima, utilizando-se de um artifício, era: não, não, isso não estava na ação”, disse Fux em referência ao debate sobre a inclusão das delações da Odebrecht no processo.

CHAPA DILMA-TEMER

Rede pede anulação do julgamento do TSE

A Rede protocolou ontem no Supremo Tribunal Federal reclamação pedindo a nulidade do julgamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que absolveu a chapa Dilma Rousseff-Michel Temer. A ação solicita um novo julgamento que leve em consideração as delações da Odebrecht. Por 4 a 3, o TSE decidiu, na sexta-feira passada, livrar o presidente Michel Temer de ter seu mandato cassado. O ministro do Supremo Ricardo Lewandowski foi sorteado o relator do pedido da Rede na Corte.

OPERAÇÃO RÊMORA

Pedro Taques pediu caixa 2, diz empresário

Alan Malouf, alvo da Operação Rêmora que apura fraudes em construção de escolas em Matão Grosso, disse ter pago R\$ 2 milhões via caixa 2 à campanha do governador Pedro Taques (PSDB-MT). O pedido, para quitar dívidas de campanha, partiu “próprio governador”, disse. Ele teria recebido R\$ 260 mil “de volta”, por meio de licitações. Taques disse que as declarações são “mentirosas”.

CARTEL DE TRENS

Ex-presidente da CPTM é denunciado pelo MP

O Ministério Público de São Paulo ofereceu, na sexta-feira passada, denúncia contra o ex-presidente da CPTM Manuel Bandeira, outros três dirigentes e 11 empresários por suspeita de integrar o cartel de trens. Segundo o MP, sobrepreço estimado nos contratos é de R\$ 538 milhões. Em nota, a CPTM diz que entende “como regulares os contratos”. O Estado não conseguiu localizar Bandeira.

LAVA JATO

Moro ouve novamente Emílio Odebrecht

O patriarca da Odebrecht, Emílio Odebrecht, deu, ontem, novo depoimento ao juiz Sérgio Moro nos processos na Lava Jato. Em videoconferência que durou apenas seis minutos, o empresário foi ouvido como testemunha de acusação contra o ex-presidente Lula. Ao responder às perguntas do advogado de Lula, Cristiano Zanin Martins, Emílio disse “não saber” se, nos oito contratos firmados entre Petrobrás e Odebrecht, estava prevista a compra de terreno onde seria instalado o Instituto Lula.

R\$ 538 mi
É O SOBREPREGO EM CONTRATOS DE 2012 DA CPTM, SEGUNDO MP

Fim de ‘cracolândia’ europeia exigiu trabalho conjunto

Estratégia de repressão só funcionou quando aliada a operações de saúde e de assistência; entre medidas estão áreas de consumo público

Jamil Chade

CORRESPONDENTE / GENEBRA

Há 25 anos, um evento na pacata Suíça chamou a atenção da Europa. No centro de Zurique, o Platzpitz Park foi evacuado pela polícia, com centenas de usuários de drogas sendo alvo de repressão após passar praticamente toda a década de 1980 ocupando a região. Mas o que parecia ser a solução para um quadro parecido com o da Cracolândia de São Paulo era o início de uma disputa entre traficantes, usuários e autoridades.

Em Zurique, o centro do problema era a heroína, e não o crack, como em São Paulo. Muitos dos viciados expulsos se mudaram nos meses seguintes para a região de Letten, numa estação de trem desativada a poucos quilômetros. O novo local se transformou em mercado a céu aberto de drogas, chegando a reunir 4 mil pessoas em 1994.

A estratégia de repressão não havia funcionado e, uma vez mais, seria preciso reocupar o novo local, em operação com 300 policiais, balas de borracha, bombas de gás e um dispositivo para expulsar os estrangeiros envolvidos no tráfico. O cenário mudou quando medidas repressivas foram substituídas por estratégia de saúde e amplo trabalho social, além de muito

EUA promoveram 900 mil detenções

● Nova York enfrentou a partir de meados da década de 1980 uma epidemia de crack que durou dez anos, com destaque para as ruas de bairros como Washington Heights, Alphabet City e Village. Quando assumiu a prefeitura da cidade, em 1994, Rudolf Giuliani respondeu com a política de tolerância zero. No âmbito federal, os Estados Unidos viviam a fase da guerra às drogas: o Congresso aprovou leis que endureceram a punição a traficantes e consumidores. Entre 1989 e 1999, Nova York realizou 900 mil detenções por drogas. / CLÁUDIA TREVISAN, CORRESPONDENTE

policciamento. Parte da sociedade e das autoridades era contra o apoio de saúde. A cidade já havia prestado assistência desse tipo antes e, na prática, o problema apenas crescia.

Mas, dessa vez, o plano incluía prevenção, tratamento, controle e redução de danos. A Metadona e as seringas começaram a ser distribuídos. Os usuários mais violentos passaram a ser responsabilidade do setor de saúde e da polícia, enquanto aqueles com problemas men-

tais tinham tratamento à parte.

Em outras cidades europeias, locais públicos ocupados por usuários conseguiram ser evacuados apenas quando a ação foi além da polícia. Esse é o resultado de estudo do Centro de Pesquisa de Vícios da Noruega, pela Universidade Oslo e pelo King's College de Londres.

Segundo o levantamento, Frankfurt também lidou com usuários em praças públicas com repressão e tentativas de abstinência. Sem êxito, um parque local se transformou em arena para injeção de drogas. Repetindo o caso de Zurique, a transformação se iniciou em 1992. Além de enviar policiais, a prefeitura fez centros de tratamento na periferia. Só então a desocupação começou.

Abordagem. Na Alemanha, cidades como Hamburgo criaram “salas de inalação” para consumidores, na esperança de reduzir riscos ligados ao vício e, pouco a pouco, substituir a droga. Inaladores desinfetados passaram a ser ofertados por autoridades, enquanto o viciado se comprometia a passar por tratamento oferecido pelas prefeituras. Em São Paulo, o coordenador do Programa Redenção, Arthur Guerra, disse anteontem ao **Estado** que estuda a estratégia de, no futuro, criar áreas controladas para o consumo de droga na cidade.





FELIPE RAU/ESTADÃO



Centro. Viciados voltaram ontem à Praça Princesa Isabel, um dia após operação policial

Após ação, usuários lotam contêineres no centro de SP

Fabio Leite

Um dia após a segunda operação policial feita na Cracolândia para destruir o acampamento montado por traficantes e usuários de drogas na Praça Princesa Isabel, no centro de São Paulo, o alojamento em contêineres recém-inaugurado pela gestão do prefeito João Doria (PSDB) para atender dependentes químicos na região da Luz ficou lotado.

Por volta das 19 horas de ontem, a reportagem flagrou cinco pessoas pedindo que seguranças e assistentes sociais abrissem os portões para que pudessem comer, tomar banho e dormir. “Não tem mais vaga”, repetiam os funcionários da unidade, que tem 100 camas e capacidade para atender até 150 pessoas durante o dia.

Segundo uma assistente, o es-

paço lotou por volta das 16 horas – dali em diante, ninguém mais poderia entrar. Para quem pediu comida, ela disse que não havia mais marmitta e as toalhas de banho também já tinham acabado. A situação irritou alguns dependentes, como o desempregado Eduardo Mousinho, de 41 anos, que diz estar há 11 dias sem fumar crack, fazendo sessões diárias de terapia no Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (Cratod).

“Estou há 11 dias limpo, estou me tratando, mas parece que eles não querem ajudar. Se eu

fico no Cratod, fazendo terapia, não consigo vaga para dormir”, disse Mousinho, que preferiu dormir na rua a ir para o Complexo Prates, centro de acolhimento no Bom Retiro para onde a Prefeitura deslocou quem não conseguiu vaga no alojamento da Luz. “Lá no Prates usam droga e roubam nossas coisas”, disse.

Sucesso. Em nota, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social enalteceu o fato de o alojamento “ter conseguido atrair os usuários e conquistado sua confiança em apenas quatro dias de funcionamento” e disse que “estão sendo realizados todos os ajustes necessários para que o atendimento seja ainda mais adequado e eficiente”. Segundo a pasta, serão criadas mais 280 vagas para dependentes químicos na Luz, em um prédio público na Avenida Duque de Caixas e em contêineres. Quando a lotação é atingida, afirma, oferece transporte para a unidade mais próxima ao dependente.



NA WEB

Portal. Veja fotos da Cracolândia após operação

estadao.com.br/e/cracodomingo

Negociação. Em jantar hoje com governadores, Temer deve anunciar regulamentação do parcelamento das dívidas estaduais com o BNDES e retomada do projeto que permite a venda de créditos; ideia é buscar suporte para barrar denúncia de Janot no Congresso

Atrás de apoio, governo acena com medidas para aliviar dívida dos Estados

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Em meio à crise política, o presidente Michel Temer segue na tentativa de emplacar uma agenda positiva do governo. Em jantar com governadores marcado para hoje no Palácio da Alvorada, deve anunciar a regulamentação do refinanciamento de R\$ 50,5 bilhões em dívidas dos Estados com BNDES, cuja autorização foi aprovada no fim do ano passado, e a retomada do projeto que permite ao setor público vender créditos de dívidas parceladas por contribuintes – a chamada “securitização” –, que beneficiaria os caixas estaduais.

O gesto político ocorre no momento em que Temer busca manter unida a sua base aliada no Congresso para barrar a denúncia contra ele que será enviada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para depois tentar retomar a votação das reformas. Além dessa medida, há outras em negociação no governo (*ver página B3*).

Pelo menos uma dezena de governadores já confirmou presença no jantar. Também participam o presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, e os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE). A aprovação de uma resolução pelo Senado Federal é o passo que falta para que os Estados possam assinar os aditivos contratuais que permitem a renegociação da dívida com o BNDES.

A medida representa um fôlego de caixa significativo para os governos estaduais, que enfrentam dificuldades financeiras diante da queda de receitas. As condições do refinanciamento, oferecidas para dívidas contratadas até 31 de dezembro de 2015, foram definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CNM) em fevereiro e incluem alongamento de 20 anos no prazo para o pagamento, além de carência de quatro anos. O Tesouro Nacional estima alívio de R\$ 6 bilhões aos Estados em três anos, caso todos os contratos sejam renegociados.

Venda. O governo também quer discutir a retomada do projeto de securitização das dívidas de Estados. O Rio de Janeiro, com rombo de R\$ 26 bilhões esperado para este ano, é um dos grandes defensores da medida. Cálculos preliminares da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) indicam que os Estados têm um potencial de venda de R\$ 60,5 bilhões de dívidas que foram parceladas. Considerando um desconto estimado de 50%, a arrecadação dos governos estaduais poderia atingir R\$ 30,2 bilhões.

- ◆ Apesar da pauta econômica, um interlocutor do governo federal admite que o jantar é também uma busca de apoio por parte de Temer. Nos Estados, a avaliação é semelhante, já que
- ◆ não houve qualquer convocação dos secretários de Fazenda,
- ◆ que participaram ativamente das negociações sobre as dívidas e também atuam nas discussões sobre a securitização.

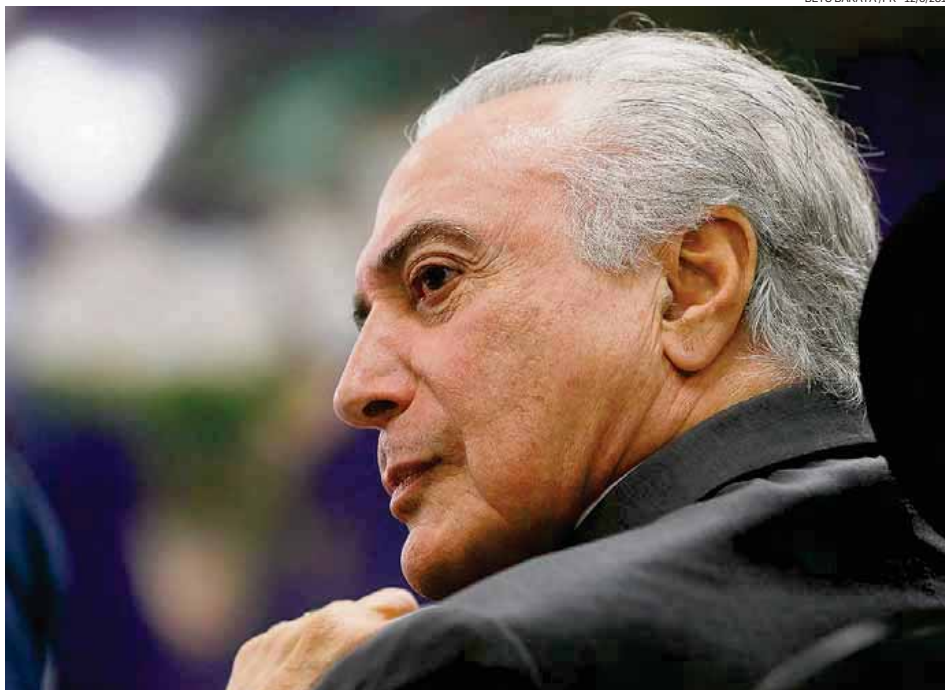
‘Bondades’ vão de Refis a mudança no IR

Negociações políticas em torno de mais apoio no Congresso incluem medidas que potencializam a perda de receita do governo

Idiana Tomazelli
BRASÍLIA

Com o agravamento da crise política, o governo do presidente Michel Temer ampliou o leque de concessões na área econômica para tentar minimizar o estrago das acusações dos executivos da JBS. As medidas incluem desde parcelamentos de débitos de contribuintes com descontos em multas e juros, os chamados Refis, até propostas de crédito subsidiado e estudos conduzidos pela ala política sobre possíveis alterações no Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). O conjunto de benesses, no entanto, pode esbarrar na dificuldade que já existe hoje para cumprir a meta fiscal.

A revisão da tabela do IRPF estudada pela ala política do governo é uma das medidas que potencializam a perda de receitas. Como mostrou a *Coluna do Estadão*, uma das opções é reduzir a maior alíquota cobrada para pessoas físicas, hoje em 27,5%. A alíquota poderia cair a 18%, em um aceno à classe média, sendo compensado pela tributação dos dividen-



BETO BARATA / PR - 12/6/2017

Rombo. Conjunto de benesses do governo Temer dificulta cumprimento da meta fiscal

dos recebidos por pessoas físicas.

Em nota, o Ministério da Fazenda nega que haja tal negociação. “Este assunto não está em discussão no Ministério da

Fazenda”, diz a pasta. Outra opção que volta e meia retorna às discussões no âmbito político é o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda, o que faria com que menos pes-

soas pagassem o tributo. Mas o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, negou no mês passado que haja qualquer iniciativa nesse sentido.

O governo do presidente Mi-

● **Fio da navalha**
“Estamos caminhando no fio da navalha na busca do equilíbrio fiscal”

Felipe Salto
DIRETOR EXECUTIVO DO IFI

chel Temer também pediu celeridade na votação da proposta que permite à União subsidiar crédito a instituições filantrópicas, sobretudo as Santas Casas de Misericórdia. O Orçamento federal bancaria até R\$ 2 bilhões ao ano em compensações aos bancos públicos que dessem o empréstimo pela taxa de juros mais baixa que a de mercado (a chamada equalização).

Dentro dessa “agenda positiva”, deve ser anunciado em breve o reajuste do Bolsa Família, com um índice superior ao da inflação.

Rombo. Quaisquer dessas medidas têm impacto no quadro fiscal da União, seja com redução de receitas, seja com gastos adicionais, justamente em um momento em que o governo encontra dificuldade para

cumprir a meta. A Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado divulgou ontem um relatório em que prevê déficit de R\$ 144,1 bilhões este ano, mais do que o projetado pelo governo, um resultado negativo em R\$ 139 bilhões.

O cenário inspira cautela diante da frustração da receitas já observada e que pode aumentar ao longo do ano. “Estamos caminhando no fio da navalha na busca do equilíbrio fiscal”, disse o diretor executivo da IFI, Felipe Salto. Em 2018, a expectativa é de um rombo ainda maior, de R\$ 167 bilhões. A meta fiscal do governo para o ano que vem prevê um rombo de R\$ 129 bilhões.

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do ano que vem está em tramitação no Congresso Nacional, mas o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Dário Berger (PMDB-SC), e o futuro relator da proposta, deputado Marcus Pestana (PMDB-MG), já admitem a necessidade de rever o número. A IFI tem diagnóstico semelhante, “A meta que o governo anunciou já nasceu morta”, disse Salto.



AS 'BONDADES' NEGOCIADAS PELO GOVERNO

Já aprovadas

● Refis de Estados e municípios

Parcelamento de R\$ 90,136 bilhões em dívidas com o INSS. Prefeituras estimam alívio de R\$ 30 bilhões com os descontos, mas não há projeção de valor para Estados.

● Refis de produtores rurais

Parcelamento de R\$ 10 bilhões em dívidas com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural).

● Programa de Regularização Tributária (PRT)

consignados no orçamento.

● Bolsa Família

Presidente Michel Temer deu aval para o reajuste do Bolsa Família acima da inflação acumulada até junho, a partir de 1º de julho. E o governo vai aproveitar o anúncio para lançar um pacote de medidas de estímulo à inclusão dos beneficiários do programa no mercado de trabalho. Segundo informou a "Coluna do Estadão", aumento será de 4,6%.

● Fundeb

Governo vai mudar a distribuição dos recursos do Fundo de

Estabelece o parcelamento de débitos com vencimento até 30 de abril de 2017, com prazo para adesão até 31 de agosto. Texto enviado pelo governo para o Congresso Nacional prevê três grandes modalidades de adesão ao parcelamento de débitos com a Receita Federal e dois tipos para dívidas com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). O prazo máximo para o pagamento será de 180 meses e as empresas poderão ter descontos de até 90% nos juros e 50% nas multas. Governo espera arrecadar R\$ 13 bilhões

Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O argumento é que alguns Estados estão recebendo menos do que deveriam, enquanto o repasse para outros está superdimensionado. Neste ano, a previsão é que o fundo receba R\$ 13 bilhões em repasses federais.

● Correção da tabela do Imposto de Renda

Senadores do PMDB cobram o aumento da faixa de isenção, hoje aplicada a quem recebe até R\$ 1.903,98 por mês. Outra ala política do governo defen-

● Acordo para fim da guerra fiscal

Governo cedeu e aceitou uma transição mais suave para que os Estados acabem com os incentivos fiscais concedidos fora do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)

Em negociação

● Crédito para Santas Casas

Proposta em tramitação, que conta com o apoio do presidente Michel Temer, prevê que a União poderá subsidiar o crédito a partir da equalização de taxas de juros, com limite de R\$ 2 bilhões por ano, a serem

de, como revelou a "Coluna do Estadão", redução da alíquota máxima de 27,5% para 18%.

Equipe econômica, porém, diz que não há recursos para isso. Se a faixa de isenção aumentar, o governo federal arrecada menos com Imposto de Renda.

● Prioridade na conclusão de obras

Ministérios do Planejamento e dos Transportes já fizeram levantamento das obras inacabadas que terão prioridade de conclusão. O foco maior deve ser na região Nordeste, onde o presidente Temer tem a popularidade mais baixa.

Economistas reduzem projeções para o PIB em 2017 e 2018

Pelo boletim Focus, do BC, economia do País já perdeu com a crise o equivalente a R\$ 18,3 bilhões nos dois anos

Fabrizio de Castro / BRASÍLIA

A crise política atingiu em cheio as projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Em meio às incertezas quanto à aprovação das reformas trabalhista e previdenciária no Congresso, os economistas do mercado reduziram suas expectativas de crescimento para este e o próximo ano, conforme os dados do Relatório de Mercado Focus, divulgados ontem pelo Ban-

co Central. Pelas projeções, o equivalente a R\$ 18,3 bilhões já desapareceram do PIB brasileiro em 2017 e 2018 em função da crise econômica.

A alta projetada para o PIB em 2017 passou de 0,50% - porcentual que vinha sendo mantido desde antes do estouro da crise - para 0,41% no relatório de ontem, cuja data de referência é a última sexta-feira, dia 9. Na prática, é como se os profissionais do mercado eliminassem R\$ 5,64 bilhões da expectativa de crescimento para este ano, conforme cálculo da Tendências Consultoria Integrada.

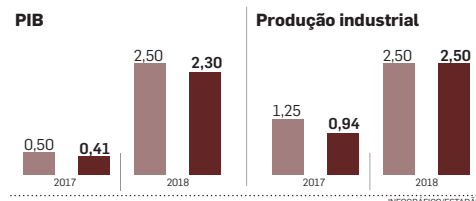
A projeção de crescimento para 2018 também foi prejudicada e passou de 2,50% de antes da crise para 2,40% na semana pas-

sada e 2,30% no Focus de ontem. O decréscimo desde a crise, considerando o acumulado de 2017 e 2018, é de R\$ 18,3 bilhões, segundo a Tendências. "O que mudou foram os fatos novos trazidos pela política, que têm proporcionado essa leitura menos favorável para a retomada da economia", pontuou o economista Sílvio Campos Neto, da Tendências. A consultoria projeta crescimento de 0,3% para o PIB em 2017 e avanço de 2,8% para 2018 - um porcentual até maior que os 2,30% do Focus para o ano que vem.

No boletim Focus, o pessimismo atingiu também as projeções para a área industrial - a mais importante para o PIB. Após dois anos de forte retração, a al-

EXPECTATIVAS

● Previsões antes e depois da crise política EM PORCENTAGEM



ta estimada para a produção industrial em 2017 era de 1,25% antes da crise. Depois, passou para 1,09% e, agora, para 0,94%.

No caso de 2018, a projeção de avanço segue em 2,50%. As projeções de inflação no Focus também desaceleraram.

A estimativa para o IPCA - o índice oficial de inflação - para 2017 passou de 3,93% de antes da crise para 3,90% na semana passada e, agora, para 3,71%. No caso de 2018, os economistas projetam inflação de apenas 4,37%. Em ambos os anos, a expectativa está abaixo da meta do BC, de 4,5%, com tolerância de 1,5 ponto porcentual.

Selic. Esse cenário de inflação baixa e atividade fraca faz alguns economistas verem espaço para novo corte de 1 ponto porcentual da Selic (a taxa básica de juros) em julho. Hoje, em 10,25% ao ano. No boletim Focus, porém, a expectativa é de corte de 0,75 ponto porcentual em julho. A projeção é de que a Selic termine 2017 em 8,5% ao ano e encerre 2018 no mesmo patamar. / COLABOROU THAÍS BARCELLO

Ferroanel pode virar moeda de troca

Obra de R\$ 4 bi seria contrapartida para MRS ter concessão prorrogada por 30 anos

Lu Aiko Otta / BRASÍLIA

O governo estuda obrigar a concessionária de ferrovias MRS Logística a construir uma nova linha, o Ferroanel Norte, como contrapartida à prorrogação de seu contrato por mais 30 anos. A obra, com 53 km e orçada em R\$ 4 bilhões, evitará que a carga com destino ao porto de Santos (SP) transite pela capital paulista.

A prorrogação dos atuais contratos de concessão ferroviária está prevista na Lei das Concessões, sancionada na semana passada pelo presidente Michel Temer. A mesma legislação prevê que, ao ganhar mais tempo na

administração da malha, a concessionária fará um pagamento ao governo federal, que poderá ter a forma de investimentos em novas ferrovias, não necessariamente na própria malha.

“Os objetivos são super meritórios”, disse o secretário de Articulação de Políticas Públicas do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Henrique Amarante Costa Pinto. Ele explicou que estudos técnicos, ainda em curso, vão determinar se a combinação entre prorrogação de contrato e novos investimentos será possível nesse caso. O projeto do Ferroanel tem sido discutido entre técnicos do governo federal e do governo paulista.

“O Ferroanel é uma prioridade para o governo de São Paulo e para o governo federal”, disse. Ele explicou que a atual configuração da malha ferroviária é problemática para a capital paulista, pois a passagem da carga compete com o transporte de passageiros. Como o trânsito de pessoas tem prioridade, a passagem de carga acaba limitada a horários na madrugada.

A ideia é que o Ferroanel ligue as estações de Engenheiro Manoel Feio, em Itaquaquetuba,



Nos trilhos. Em São Paulo, transporte de carga compete com transporte de passageiros, que tem prioridade

PARA LEMBRAR

Gargalo ferroviário

O Ferroanel é considerado o maior gargalo ferroviário do Brasil. Há quase duas décadas os governos federal e estadual tentam encontrar uma solução para transportar a cidade de São Paulo sem atrapalhar o transporte de passageiros, mas até hoje nenhuma solução foi levada adiante.

Várias alternativas surgiram no decorrer dos anos, como a construção de um “mergulhão”, que tiraria o tráfego de trens de carga na

Estação da Luz, por meio de túneis. Mas o projeto ficaria muito caro e acabou sendo abandonado. A ideia de aproveitar as obras do Rodoanel Norte para fazer parte do Ferroanel surgiu em 2013 pela Empresa de Planejamento Logístico (EPL). O cálculo da época era que, se fossem construídos juntos, o Ferroanel representaria aumento de custo de R\$ 300 milhões ao Rodoanel. A construção do Ferroanel é considerada essencial para destravar o acesso ao Porto de Santos, onde a participação da ferrovia está em torno de 25%.

até Perus, ambas na Grande São Paulo. Pelo projeto, a linha passará junto ao Rodoanel Norte, o que trará economia com estudos de engenharia e medidas de compensação de impacto ambiental. A carga que chegar do interior paulista poderá seguir para Santos ou para o Rio de Janeiro, na malha da MRS.

De acordo com a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), que coordena os trabalhos pelo lado do governo federal, o Ferroanel Norte tiraria até 4.200 caminhões por dia da região metropolitana de São Paulo. A capacidade de carga da linha será de 40 milhões de toneladas até 2040.

Mais investimentos. O governo analisa a prorrogação de cinco contratos de concessão de fer-

rovias que, somados, preveem investimentos de R\$ 25 bilhões em cinco anos. A construção de novas linhas como contrapartida às prorrogações é a forma como o governo pretende estabelecer concorrência no transporte ferroviário, forçando a redução do custo do frete. Os contratos a serem prorrogados são: América Latina Logística Malha Paulista S/A, Estrada de Ferro Carajás, Estrada de Ferro Vitória a Minas, Ferrovia Centro-Atlântica S/A e MRS Logística S/A.

● Capacidade

4,2 mil

caminhões por dia seriam retirados da região metropolitana de São Paulo com o Ferroanel Norte

40 milhões

de toneladas seria a capacidade da nova ferrovia



NA WEB

Crise. Presidente da Abdirisak fala de infraestrutura

estadao.com.br/e/entrevista

Desconfiança volta a afetar Bolsa e dólar

Com incerteza no cenário político, Bolsa caiu 0,82% ontem e moeda americana teve alta de 0,78%, atingindo a maior cotação desde 18 de maio

O Ibovespa, principal índice da Bolsa, mostrou sinais de perda de fôlego ontem, com os investidores atentos aos desdobramentos da crise que atinge o governo de Michel Temer e ameaça o andamento das reformas no Congresso. A Bolsa encerrou o dia em baixa de 0,82%, aos 61.700 pontos. O volume financeiro somou R\$ 6,88 bilhões.

O que havia de cautela diante das incertezas do cenário político cedeu espaço a um clima de maior ceticismo entre os agentes do mercado de câmbio. A absolvição da chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na semana passada, ge-

rou um alívio apenas pontual entre os investidores, que voltaram a colocar na conta as demais dificuldades de Temer com a possível apresentação de uma denúncia pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o presidente.

Com o governo envolto em uma batalha jurídica que não tem previsão de término, cresceu no mercado a percepção de que a reforma da Previdência, que já enfrentava resistência entre os parlamentares da base aliada, deve demorar mais que o esperado para ser aprovada – ou, na pior das hipóteses, pode nem chegar a ser apreciada no atual mandato.

O comportamento negativo das ações dos grandes bancos também influenciou na queda do índice ontem. O temor de uma possível delação do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci ainda ronda as mesas de operação. Os papéis do Banco do Brasil (ON) caíram 2,37%.

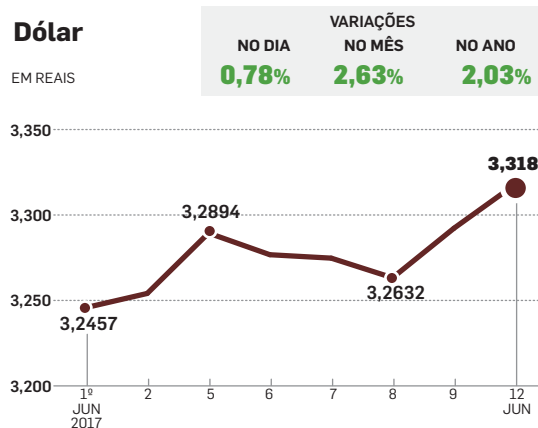
Luiz Roberto Monteiro, da Renascença Corretora, lembra que o investidor estrangeiro havia feito no ano passado duas grandes apostas: a saída de Dilma Rousseff e a perspectiva de que o governo Temer colocaria a economia nos trilhos. “Foi com base nisso que os estrangeiros colocaram R\$ 5,36 bilhões aqui no acumulado deste ano.”

OSCILAÇÃO

● Ibovespa perde fôlego e dólar sobe com incertezas no cenário político



FONTE: BROADCAST



INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Para Ignácio Crespo, da Guide Investimentos, as reformas devem mesmo ser postergadas. “O cenário externo não esteve muito positivo e o petróleo perdeu força à tarde. Mas o ruído político fez diferença.”

No exterior, o petróleo perdeu fôlego no pregão, mas fechou em alta e as bolsas de Nova York encerraram no negativo, com destaque para as empre-

sas de tecnologia. Ainda há expectativa para decisões de política monetária de três importantes bancos centrais: o Federal Reserve (Fed, dos Estados

Unidos), o Banco da Inglaterra (BoE) e o Banco do Japão (BoJ).

Ontem, a moeda americana negociada no mercado à vista teve alta de 0,78%, a R\$ 3,3180 – maior cotação desde 18 de maio, um dia depois de divulgada a conversa entre o presidente Temer e Joesley Batista, da JBS. Naquele dia, o dólar fechou a R\$ 3,3868. / PAULA DIAS e SIMONE CAVALCANTI, COM REUTERS



Facebook.
Curta a página da
Economia

facebook.com/economiaestadao

Aviação. TRF-3 ratificou sentença da 1ª instância, que eximiu de culpa dois ex-diretores da TAM e Denise Abreu, ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); associação de famílias das vítimas diz estar indignada e considera que houve ‘impunidade’

Após dez anos, Justiça Federal não vê culpados na tragédia de Congonhas

A cinco semanas de o acidente com o Airbus A320 da TAM no Aeroporto de Congonhas completar dez anos, o Tribunal Regional Federal da 3.ª Região (TRF-3) manteve nesta segunda-feira, 12, a absolvição dos acusados pela tragédia, que deixou 199 mortos. A decisão em segunda instância indignou os familiares das vítimas, que alegam “impunidade no caso”.

A decisão da 5.ª Turma do TRF-3 ratificou a sentença da 8.ª Vara Criminal da Justiça Federal em São Paulo, que em maio de 2015 havia eximido de culpa o então diretor de segurança de voo da TAM, Marco Aurélio dos Santos de Miranda e Castro; o então vice-presidente de Operações da companhia, Alberto Fajerman; e a ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Denise Maria Ayres Abreu.

A apelação do Ministério Público Federal (MPF) tramitava desde julho de 2016 e foi colocada em pauta para julgamento nesta segunda a pedido do relator, o desembargador Paulo Fontes. O teor dos votos dos magistrados não havia sido divulgado até o fim da noite desta segunda pelo Tribunal.

O procurador da República Rodrigo de Grandis, autor da acusação em primeira instância, acompanhou o julgamento nesta segunda – a atuação formal em segunda instância cabe a outro procurador – ,

mas ele adiantou que, com a absolvição, “fica muito difícil alcançar alguma punição”, apesar da possibilidade de recurso a tribunais superiores.

Pista

“Entendo que existam provas suficientes de que a pista foi liberada mesmo sendo perigosa e as pessoas poderiam ter adotado uma postura para evitar ou diminuir esse risco”, disse Grandis. “Mas o Tribunal, com base nos laudos, atribuiu o acidente à posição errônea dos manetes (dispositivo que acelera o motor), não havendo nexo de causalidade entre o problema da pista e a destruição da aeronave.”

Em primeira instância, o juiz Márcio Assad Guardia havia dito não ter visto elementos para sustentar que os acusados agiram dolosamente, ou seja, com intenção de causar o acidente. A Procuradoria pedia a condenação dos três réus por violação aos artigos 261 (expor a perigo embarcação ou aeronave) e 263 (lesão corporal ou morte no acidente).

“Segundo as premissas apresentadas pelo órgão acusatório (Ministério Público Federal), seria possível imputar a responsabilidade penal pelo sinistro ocorrido em 17 de julho de 2007 a um contingente imensurável de indivíduos, notadamente pela quantidade e pelo grau de desvirtuamento apresentados no curso do processo”, escreveu o magistrado na sentença.



Decisão. Para Tribunal, laudos atribuem acidente à posição errônea de equipamentos

‘Impunidade’

O resultado do julgamento frustrou Dario Scott, que acompanhava a audiência no prédio do Tribunal, na Avenida Paulista, região central. O presidente da Associação de Familiares e Amigos das Vítimas do Voo JJ3054 (Afavitam) disse ao Estado na noite desta segunda que esperava outro resultado. “Para nós, sempre existiu uma responsabilidade, (a conclusão) de que esses três réus poderiam ter evitado a tragédia”, disse. “Mas agora, o único que está tendo pena sou eu, pena perpétua de ter perdido minha filha, de ter escolhido a companhia errada e o aeroporto errado.”

Thaís Volpi Scott, de 14 anos, viajava de Porto Alegre para São Paulo para passar as férias com os avós. O pai revive toda a tragédia diante dos julgamentos que insiste em acompanhar. “Não é apenas no dia do julgamento. Fico entorpecido com a sensação, não consigo descrever. Já estamos vivendo isso há muito tempo”, disse.

Para ele, havia elementos para que a decisão fosse pela condenação. “Mandar um avião com problemas (com reverso que não funcionava) para um aeroporto de pista pequena e molhada, e em obras, é muita irresponsabilidade. Pretendíamos que hoje acabasse a impunidade. Infelizmente, foi mais um baque.”

O advogado Roberto Podval, que representa Denise Abreu no processo, classificou a decisão desta segunda como “muito coerente”. “O caso é muito simples: ficou comprovado que não havia relação de causa e efeito entre qualquer conduta em relação à pista e ao aeroporto com o acidente. O avião desce acelerado e, então, tanto faz as condições da pista”, disse. O Estado não conseguiu contato com os demais advogados. A Latam não se pronunciou.

COLUNA DO
ESTADÃO

ANDREZA MATAIS
MARCELO DE MORAES
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/COLUNA-DO-ESTADAO/

Aécio recebe aplausos em reunião dos tucanos

Denunciado pela PGR pelos crimes de corrupção passiva e obstrução à Justiça, Aécio Neves não participou da reunião do PSDB, mas recebeu apoio dos colegas. Tucanos aplaudiram a fala do governador de Goiás, Marconi Perillo, que saiu em sua defesa. “Hoje tentam transformar Aécio num vilão. Mas ele levantou a autostima dos mineiros como governador. Não é por conta de uma cilada covarde de um delator que vamos deixar de reconhecer o que esses homens fizeram por Minas Gerais”, disse, citando ainda o senador Antonio Anastasia.

» **Recado.** No encontro a portas fechadas, Geraldo Alckmin surpreendeu. “Nosso compromisso não é com o governo. Não assumimos o governo. Mas com as reformas, a retomada do emprego e da economia.”

» **Vida de cão.** O líder tucano Ricardo Trípoli contou, na reunião reservada, que encontrou no elevador sua vizinha com um cãozinho doente e desejou boa sorte. “Ela falou: ‘você vai precisar de mais sorte que eu’. Essa é nossa situação hoje.”

» **Reunião involuntária.** Murilo Portugal, Fábio Barbosa e José Eduardo Cardozo foram ontem ao prédio da Justiça Federal em São Paulo para depor como testemunha de defesa em inquérito que tem Palocci e Lula como réus.

» **Resta um.** Portugal e Cardozo foram dispensados porque já haviam prestado depoimento em outra ação penal contra Palocci e as provas serão aproveitadas. Mas a defesa de Lula insistiu em ouvir Barbosa. Procurado, ele não ligou de volta para a *Coluna*.

» **Eu mudei.** O procurador-geral Rodrigo Janot não costuma aguardar a PF concluir inquéritos para apresentar denúncia. Mas, no caso de Temer, as apostas são de que vai esperar.

» **Vem comigo.** Janot sentiu o baque do contra-ataque que vem sofrendo do Planalto e busca apoio até mesmo da PF, com quem vive se chocando.

» **Passeio.** Ontem, Janot e Leandro Daiello, diretor da PF, se encontraram. Mas para um assunto prosaico. Janot foi na sede da PF para tirar passaporte.

COLUNA DO ESTADÃO



» **CLICK.** Mário Henrique Aguiar Goulart Ribeiro Nunes Maia, o filho do ministro Napoleão Maia que causou no TSE, costuma dizer que é advogado, mas não tem OAB.

» **Vizinhança.** A sede da Justiça Federal em SP fica em frente a um endereço bem conhecido de Palocci – o prédio onde funcionava a Projeto, sua famosa consultoria. O petista está em processo de delação premiada.

» **Fim de papo.** A ministra Luislinda Valois (Direitos Humanos) encerrou convênio com o governo do Paraná que mantinha o Programa de Proteção às Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. A tucana justifica que o prazo expirou.

» **Eu mando.** A área técnica do ministério e a AGU opinaram pela continuação do convênio. A ministra é ligada a Aécio Neves, que tem sido atacado pelo governador Beto Richa (PSDB).

» **Quase lá.** O presidente Michel Temer se convence a cada dia de que o melhor para suceder a Rodrigo Janot na PGR é o vice-procurador José Bonifácio, ligado ao tucano Aécio Neves.

» **Um por todos.** Na mesa de discussão sobre qual o mecanismo que o governo vai adotar para reduzir a alíquota do IR está se Michel Temer vai capitalizar sozinho (decreto presidencial) ou dividir com o Congresso (projeto de lei).

» **Segue a pauta.** Temer janta hoje no Alvorada com o presidente do BNDES, Paulo Rabelo, governadores e o presidente do Congresso, Eunício Oliveira.

COM NAIRA TRINDADE. COLABOROU DAVID FRIEDLANDER



» **SINAIS PARTICULARES.** Geraldo Alckmin, governador de São Paulo.

PRONTO, FALEI!



José Reguffe
Senador (sem partido-DF)

“Se o TSE não vê problemas na chapa Dilma-Temer, sinceramente eu não sei o que é problema”, sobre a Corte ter absolvido a dupla apesar das provas.

Paralisação do Congresso e o risco de caos econômico

NATHAN
BLANCHE

O objetivo deste artigo é alertar sobre o risco iminente de volta ao caos econômico e institucional do final de 2015, diante da possibilidade de vitória de candidatos não comprometidos com a responsabilidade econômica e a agenda de reformas na eleição de 2018. Especialmente se o Congresso Nacional ficar paralisado no momento e interromper a aprovação das reformas em andamento.

Os últimos eventos no âmbito da Operação Lava Jato promoveram substancial piora nas expectativas para aprovação das reformas, seja com o presidente Michel Temer, seja sem ele. As taxas de juros na curva a termo até 2025 subiram 100 pontos, na média, o que significa um aumento de 10% no custo de financiamento para empresas e governo. O Banco Central (BC) voltou a vender *swaps* cambiais e na ata da última reunião do Copom expressou preocupação com as novas incertezas políticas como um inibidor de maior corte nas taxas de juros. É fato que a antecipação das últimas denúncias da Lava Jato pelo Ministério Público já equivale a um prejulgamento, dados os efeitos nos mercados financeiros e agentes econômicos.

Vale lembrar que o presidente Michel Temer assumiu o governo há um ano, após o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Naquele momento o País avançava a passos firmes para um quadro de insolvência fiscal e de decomposição e paralisação das estruturas políticas e econômicas.

Mesmo com baixa popularidade, o governo Temer, com o amparo de uma excelente equipe econômica, conseguiu neste curto período implementar uma política macroeconômica coesa e, assim, restabelecer a ordem da economia e a confiança dos agentes locais e internacionais.

Alguns indicadores econômicos fundamentais apresentaram melhora, como a redução dos níveis de inflação para abaixo da meta de 4,5% ao ano, a redução do prêmio de risco País (CDS) de 400 pontos-base para 220 pontos-base, a queda do déficit em conta corrente de -4,2% do PIB para -1,3% do PIB entre 2014 e 2017, a elevação do

saldo da balança comercial de um déficit de R\$ 4,1 bilhões para um superávit de R\$ 54 bilhões. Além disso, as empresas brasileiras voltaram a captar recursos no mercado externo.

OBNDES foi reestruturado e a sua então presidente mudou o foco do banco como seu modo de operação. A criação da TLP tendo como referência juros de mercado foi um grande passo no sentido da transparência e redução de subsídios. Concessões relevantes saíram do papel, com destaque de quatro aeroportos para três empresas de renome internacional.

O governo Dilma havia fornecido, via seleção de alguns “campeões nacionais”, vários bilhões de reais em subsídios a investimentos para países emergentes com baixa capacidade

Ausência de reformas e vitória do populismo em 2018 trariam de volta ambiente de 2015

de saldar suas dívidas. O montante de recursos colocados pelo Tesouro no BNDDES é equivalente hoje a US\$ 110 bilhões, valor que os Estados Unidos gastaram no Plano Marshall para a recuperação de países europeus após a 2.ª Guerra Mundial.

Apesar de todo esse montante, os investimentos internos nos últimos três anos sofreram redução de 27%.

A contribuição dada pelo Congresso para essa virada das expectativas em relação ao País foi a aprovação de reformas fundamentais, como a PEC que cria um limite de gastos para o governo federal, o que possibilita a correção dos desequilíbrios no Orçamento ao longo do tempo e, conseqüentemente, a redução da relação dívida pública/PIB. Ainda no âmbito das contas públicas, o governo conseguiu a aprovação da lei de recuperação fiscal dos Estados, com instrumentos para o controle efetivo do crescimento dos gastos e limite dos déficits públicos.

Esses são fatos importantes para evitar os mesmos erros, cujo resultado macroeconômico foi a maior recessão secular em nossa História. Não menos grave, o País herdou enormes contas a pagar, passivos não somente fiscais e econômicos, mas políticos, éticos e morais para esta

e para gerações futuras.

A máquina de lavar roupa suja da Nação tem capacidade para 10 kg, mas temos um volume acumulado de 40 kg. Portanto, é preciso sermos pragmáticos e racionais, senão, conforme o ritmo de processamento, essa máquina quebra. E tudo estará perdido.

O processo de saneamento da coisa pública teve início com o mensalão e está sendo levado à frente pela Lava Jato. Sem dúvida, há uma virada de página na impunidade das autoridades em todas as esferas do poder.

Paralelamente a todo esse processo de saneamento, o País precisa continuar a caminhar no sentido da política econômica responsável e agenda de reformas, com destaque para a trabalhista e a previdenciária. A classe política precisa manter a responsabilidade durante este processo, senão se pode pôr tudo a perder. A reação dos mercados deve ser negativa. O efeito já é conhecido: fuga de capitais, depreciação do câmbio, alta da inflação, elevação dos juros, aumento do desemprego, elevação da inadimplência, restrição de crédito e queda da atividade econômica. A ausência de reformas-chave hoje e o risco existente para a eleição de 2018 – movimentos adeptos do populismo, seja de direita, seja de esquerda – podem trazer novamente à tona o ambiente pré-impeachment da presidente Dilma, ou seja, de risco de insolvência das contas públicas e o fantasma da inflação descontrolada.

Sem a reforma da Previdência o aumento dos gastos previdenciários de 5% ao ano acima da inflação porá em xeque os demais gastos públicos em saúde, educação e outros. Conforme a PEC do Teto, a despesa total não poderá crescer acima da inflação. Desse modo, o avanço do gasto previdenciário deverá ser compensado por queda em outras rubricas, o que produziria impasse e problemas de governabilidade. O teto seria rompido entre 2018 e 2019 e de modo crescente, o que consagraria o fracasso da reforma fiscal. Nesse enredo, o filme de terror político, econômico e jurídico de 2015 voltaria às telas do País.

*
SÓCIO-DIRETOR DA TENDÊNCIAS
CONSULTORIA INTEGRADA

A política externa e a crise política



RUBENS
BARBOSA

Apesar de a crise política ter sido agravada por denúncia contra o próprio presidente da República, foi significativa a decisão do PSDB, do PMDB, do DEM e de outros partidos de separá-la da discussão no Congresso das reformas estruturais (trabalhista, previdenciária, tributária e política). A contaminação pela radicalização política do exame e da sua eventual aprovação seria danosa para o Brasil. Fizem bem as lideranças desses partidos em pôr os interesses do País acima das disputas político-partidárias, pois, caso as reformas não sejam votadas, estarão em jogo a estabilidade da economia, a volta do crescimento e a redução do desemprego.

Não há dúvida de que a crise política e o temor de denúncias da Lava Jato têm afetado o funcionamento normal da administração pública. Apesar disso, nos primeiros 13 meses do atual governo o apoio institucional e a nova orientação imprimida por José Serra e agora por Aloysio Nunes Ferreira revitalizaram o Itamaraty, fortalecendo seu papel central na formulação e execução da política externa, e retiraram o Brasil do isolamento das negociações comerciais. Os recursos recebidos permitiram que o País voltasse a honrar seus compromissos financeiros nos organismos internacionais e facilitaram um planejamento mais adequado dos gastos com a manutenção da máquina administrativa no Brasil e no exterior.

As correções de rumo na política externa afastaram a influência ideológica que pôs o Brasil a reboque dos acontecimentos, sobretudo na América do Sul, e recuperaram o tempo perdido nas negociações comerciais externas com a aceleração das negociações Mercosul-União Europeia e a abertura de conversas exploratórias com o Canadá, o Japão e a Coreia do Sul. O Itamaraty retomou, em larga medida, sua capacidade de iniciativa e voltou a defender os interesses permanentes do País, ao contrário do que passara a ser feito no segundo mandato do governo Lula e nos tempos de Dilma Rousseff. As relações com a Argentina foram relançadas, permitindo uma reavaliação do Mercosul e a toma-

da de medidas para fazê-lo retornar às suas origens como instrumento para abertura de mercados e liberalização de comércio. Os entendimentos com os EUA avançam, de forma pragmática, no que é possível e nossas fronteiras passaram a ter uma atenção especial para controlar o contrabando de drogas e de armas. A Venezuela passou a ser um dos itens principais da agenda diplomática, pelas violações à democracia, ao desrespeito dos direitos humanos e pela ameaça de crescente número de refugiados em nosso país. E a dura nota do Itamaraty contra o comunicado conjunto emitida pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que tratou de maneira distorcida e tendenciosa a reação do governo aos lamentáveis acontecimentos em Brasília no dia 24 de maio, com a destruição e o incêndio de prédios públicos, e de maneira capciosa menciona a violência agrária no sul do Pará e as medidas da Prefeitura de São Paulo contra o consumo e o tráfico de drogas.

É lamentável que a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), ignorando a rapidez dos ajustes de rumo da política externa visando a defender os interesses permanentes do Brasil em tão curto espaço de tempo,

A defesa do interesse nacional exige a continuidade da agenda do Itamaraty

faça crítica desfocada à diplomacia brasileira e ao Itamaraty. Ao traçar um quadro de falta de visão estratégica do Brasil, de improvisação da política externa e de ações apenas reativas, a SAE defende uma grande estratégia, que nem ela própria sabe qual é.

Qualquer que seja o futuro do presidente Michel Temer, a defesa do interesse nacional exige que não haja descontinuidade na agenda da atual política externa, que busca retomar sua voz independente e voltar a projetar suas prioridades, em especial:

- a conclusão do acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a União Europeia;
- a negociação para o ingresso na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Eco-

nômico (OCDE), depois do pedido de adesão;

- a presença do Brasil nos esforços da comunidade internacional para conter os excessos do governo Maduro, na Venezuela, e permitir um avanço negociado para evitar um conflito de grande escala;

- a proposta de início das negociações com os Estados Unidos para um acordo de salvaguarda tecnológica que torne viável o aproveitamento comercial da Base de Alcântara;

- assumir a efetiva liderança na América do Sul, com propostas concretas de maior integração, sobretudo na área de infraestrutura física;

- ampliar as medidas para a segurança das fronteiras com a cooperação dos países vizinhos para combater a criminalidade no Brasil;

- reforço da presença do Brasil na África, com a visita do ministro de Relações Exteriores a seis países, como estão fazendo o Japão, a Índia, a Turquia, sem falar na China;

- aprofundar o relacionamento com o Brics e com o Novo Banco de Desenvolvimento;

- reforçar a Apex, agora no Itamaraty, e a promoção comercial;

- implantar até o fim do ano o visto eletrônico para EUA, Canadá, Japão e Austrália, para estimular o turismo.

Toda essa agenda proativa, porém, poderá tornar-se inviável se for mantido o atual contingenciamento de 43% do orçamento do Itamaraty. Sem um significativo descontingenciamento, o Itamaraty poderá deixar de cumprir seus compromissos e de pagar suas contas a partir de agosto/setembro. Voltaríamos ao tempo de Dilma Rousseff, de completa paralisação da máquina diplomática, calote nos postos e ameaças de cobrança judicial.

O governo federal terá de examinar pragmaticamente a situação financeira do Itamaraty para evitar que seja perdido o esforço feito agora para aumentar a projeção externa do País, elevar seu perfil e a influência regional e se reinserir plenamente nos fluxos dinâmicos da economia e do comércio internacional.



PRESIDENTE DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COMÉRCIO EXTERIOR (IRICE)

A inflação no rumo certo



Depois de atormen-
tar as famílias du-
rante anos, a infla-
ção continua no ru-
mo certo, deixando
mais dinheiro no
bolso dos consumi-
dores e abrindo es-
paço para novos cortes de juros e
mais estímulos à produção e à cria-
ção de empregos. A alta de preços
acumulada em 12 meses, de 3,6%, foi
a menor em dez anos, isto é, desde a
taxa de 3,18% fechada em maio de
2007. Preços contidos e crédito
mais acessível são condições impor-
tantes para a sustentação do cresci-
mento econômico, depois de dois
anos de retração. A incerteza agrava-
da nas últimas semanas, com o au-
mento da tensão política, é neste mo-
mento o principal entrave a um
afrouxamento mais veloz da política
monetária, como confirmou na sex-
ta-feira passada o presidente do Ban-

co Central (BC), Ilan Goldfajn. Ele
se referiu explicitamente à “incerte-
za associada à evolução do processo
de reformas e de ajustes”, sem apon-
tar de forma direta a causa da insegu-
rança, isto é, o aumento recente das
pressões enfrentadas em Brasília pe-
lo governo.

A tensão na Praça dos Três Pode-
res tem contrastado com a redução
sensível das pressões inflacioná-
rias. O repique mensal observado
em maio, quando os preços pagos
pelas famílias subiram 0,31%, mais
que o dobro da taxa do mês ante-
rior, de 0,14%, resultou basicamen-
te de um fator especial. Em abril
um desconto havia compensado a
cobrança indevida do Encargo de
Energia de Reserva. Sem esse des-
conto, as contas de eletricidade su-
biriam 8,98% em maio.

Isso bastaria para explicar uma al-
ta de 0,29 ponto porcentual no índi-
ce do mês, fechado com variação de

0,31%. Esse efeito é obviamente pas-
sageiro e sem potencial para afetar a
tendência do Índice Nacional de Pre-
ços ao Consumidor Amplo (IPCA), a
principal medida oficial da inflação.

A tendência de baixa tanto da infla-
ção como dos juros básicos permane-
ce, como observou o presidente do
BC numa palestra em São Paulo.
Mas o próximo corte da taxa básica,
a Selic, poderá ser inferior ao decidi-
do na última reunião do Comitê de
Política Monetária (Copom) do BC,
quando houve redução de um ponto
porcentual. O comitê voltará a reu-
nir-se em julho. Então haverá uma
reavaliação de todos os dados impor-
tantes para a condução da política
de crédito, incluídos o quadro políti-
co e, portanto, as condições de apro-
vação e de implementação de ajus-
tes e reformas.

A incerteza prolongada, lembrou o
presidente do BC, pode afetar a polí-
tica monetária de duas formas

opostas. Se prejudicar a atividade
econômica, entretanto os negócios,
um efeito possível será a desinfla-
ção. Mas, se houver insegurança
quanto à formação de preços, pode-
rá ocorrer mais instabilidade e isso
reforçará o impulso inflacionário.
De toda forma, as projeções ficam
mais difíceis, nessas condições, as-
sim como a estimativa da taxa de ju-
ros estrutural. Essa é a taxa compatí-
vel com um crescimento econômico
sem desajustes. Deve ser, portanto,
um indicador de rumo e de ritmo pa-
ra a política monetária.

O presidente do BC repetiu, em
sua exposição, uma frase incluída
na ata da última reunião do Co-
pom. “Não há”, disse ele, “relação
direta e mecânica entre o aumento
de incerteza e a política monetá-
ria.” A insistência nesse ponto pode
parecer estranha, na situação atual,
mas tanto na ata como na palestra
de sexta-feira houve uma ressalva

esclarecedora.

Neste momento a insegurança po-
de, sim, influenciar as decisões do
comitê. Afinal, o afrouxamento da
política monetária, iniciado em outu-
bro, tem sido condicionado pelos in-
dicadores de inflação e pelas pers-
pectivas de reconstrução das contas
públicas. A desinflação tem sido ge-
neralizada e as expectativas de infla-
ção, observou Goldfajn, permane-
cem “ancoradas em torno da meta”
de 4,5%.

Os indicadores de inflação têm
proporcionado algumas das melho-
res notícias. As contas externas tam-
bém são tranquilizadoras e no come-
ço deste ano surgiram, enfim, sinais
de reativação da economia e de cria-
ção de empregos na indústria. Mas
nenhuma dessas mudanças é inde-
pendente, nas condições brasileiras,
do dia a dia do jogo político. Afinal,
nem sequer se pode contar com a au-
tonomia legal do BC.

A Lava Jato e o TSE

Houve quem tenha visto uma vinculação entre a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de não cassar a chapa Dilma-Temer e o futuro da Lava Jato, como se a posição vencedora no tribunal eleitoral representasse um passo atrás no combate à corrupção. Essa confusão revela como, nos tempos atuais, os fatos parecem ter pouca importância, predominando as visões mais afeitas à paixão do que à razão.

Em primeiro lugar, vale lembrar que o TSE é uma Corte eleitoral. Seus ministros não julgam propriamente crimes e, portanto, não absolvem criminalmente ninguém. Na sexta-feira passada, por maioria de votos, a Corte decidiu que a ação de investigação judicial eleitoral, que pedia a cassação da chapa formada por Dilma Rousseff e Michel Temer, era improcedente. Segundo a maioria dos ministros, não restou comprovada no processo a ocorrência de abuso de poder político e econômico que, nos termos da lei eleitoral, fosse motivo para cassar o mandato.

A decisão do TSE não é uma porta para a impunidade criminal pelo simples fato de que ela nada vale no âmbito criminal. Longe de ser um demérito à Corte eleitoral, a limitação dos efeitos de suas decisões é imposição de uma realidade institucional plenamente consolidada – as esferas eleitoral e criminal são diferentes e inde-

pendentes entre si.

Quando a maioria dos ministros considerou que as delações de diretores da Odebrecht não faziam parte do processo e que, portanto, não deviam ser consideradas como prova naqueles autos, não estava fazendo um juízo sobre a veracidade do conteúdo dessas delações. Os ministros do TSE simplesmente reconheceram que aquele material era estranho à ação em pauta e que, sendo assim, não era juridicamente correto valer-se dele para proferir a decisão no caso.

Achar que a decisão do TSE e o andamento da Lava Jato estão vinculados não manifesta, no entanto, apenas um desconhecimento sobre a natureza da Justiça Eleitoral. Nesse modo de ver as coisas há uma outra confusão, desta vez a respeito da própria Operação Lava Jato. Procura-se, por ato de vontade, ampliar a esfera de atuação da operação, dando-lhe um escopo que ela não tem e não pode ter. Isso não a fortalece; ao contrário, a fragiliza. E a demonstração disso está no fato de uma decisão da Justiça especial – a Eleitoral – ser considerada uma diminuição do trabalho dos procuradores de Curitiba, quando isso nunca esteve em questão. O que haverá se o juiz Sérgio Moro vir-se no dever de absolver um réu da Lava Jato, como de resto já aconteceu?

Por força de seus muitos méritos, possibilitando a investigação e punição de muitos e importantes crimes, a Lava Ja-

to recebeu amplo apoio da população. A operação tornou-se símbolo do combate à impunidade. Tal fenômeno, que recomenda que os responsáveis pela operação aumentem a prudência na sua condução, foi usado por alguns agentes da lei para a promoção de peculiares ideias políticas.

É recorrente, por exemplo, a tentativa de usar a Lava Jato como uma confirmação da tese de que todas as instituições no País, exceto o Ministério Público (MP), estão podres. Essa apropriação da operação para fins políticos ganhou tal dimensão que parece afetar, em alguns casos, os próprios trabalhos investigativos e persecutórios da operação. Às vezes, atos de alguns membros do MP mais parecem destinados a gerar um espetáculo midiático do que a produzir provas consistentes.

Diante desse quadro, faz-se imperioso recordar que a Lava Jato é uma operação de investigação de corrupção e lavagem de dinheiro. Ela não encarna a luta do bem contra o mal, até porque é conduzida por homens falíveis e sujeitos às tentações da vida.

A Lava Jato é importante demais para o País para estar exposta aos riscos da soberba e de projetos pessoais, alimentados pela ilusão de redenção coletiva que suscitou em grande parte dos brasileiros. A melhor proteção para o seu futuro é a preservação de sua identidade original: uma operação de investigação criminal.

Fabricação de crises

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, agiu de maneira incompatível com o cargo que ocupa ao tratar como mais do que mera suspeita a informação de que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) estaria investigando o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF e responsável pelo inquérito contra o presidente Michel Temer. Por chefiar a mais alta Corte do País, dela esperava-se mais equilíbrio e prudência, num momento em que os nervos já estão suficientemente à flor da pele. Ao levar tão a sério algo que, mais do que carecer de confirmação, havia sido enfaticamente negado pelo governo, a ministra Cármen Lúcia, que deveria atuar como bombeiro, despejou gasolina no fogo.

O estopim do episódio foi uma reportagem da revista *Veja*, segundo a qual a Abin teria sido acionada a pedido de Michel Temer para encontrar alguma ligação entre o ministro Edson Fachin e o dono da JBS, o empresário Joesley Batista, autor da delação em que se baseou o inquérito contra o presidente, por suspeita de corrupção. Quando buscava apoio no Senado para sua confirmação como ministro do STF, em 2015, Fachin teria pedido ajuda a um executivo da JBS – empresa financiadora de muitas campanhas eleitorais – para obter os votos. O suposto pedido de Michel Temer para espionar Fa-

chin, portanto, seria uma forma de reunir informações comprometedoras sobre o ministro do STF, que homologou a delação dos executivos e dos donos da JBS.

Não basta que uma informação faça sentido para que seja verdadeira, mas vivemos tempos esquisitos, em que meros pedaços de papel ou frases soltas se tornam “provas” de corrupção ou de más intenções. Assim, o rumor – é apenas disso que se trata, por ora – segundo o qual Michel Temer mandou espionar o ministro Edson Fachin deveria ter sido tratado com mais reserva e ceticismo por quem ocupa função institucional tão importante.

Em nota oficial a propósito da reportagem, a presidente do STF disse que “é inadmissível a prática de gravíssimo crime contra o Supremo Tribunal Federal, contra a democracia e contra as liberdades, se confirmada informação de devassa ilegal da vida de um de seus integrantes”. Mais adiante, a ministra abandonou o condicional para praticamente aceitar como fato a versão que, repita-se, ainda não foi confirmada: “O Supremo Tribunal Federal repudia, com veemência, espreita espúria, inconstitucional e imoral contra qualquer cidadão e, mais ainda, contra um de seus integrantes, mais ainda se voltada para constranger a Justiça”. Seguem-se ameaças de “consequências jurídicas, políticas e institucionais” com “a intensidade do gravame cometido, como determinado pe-

lo direito”.

Mas há algo ainda mais grave. Tudo isso foi escrito e divulgado no sábado, mesmo depois que a ministra Cármen Lúcia ouviu do próprio presidente Michel Temer, em telefonema na noite de sexta-feira, um categórico desmentido. A jornalista, ainda na madrugada de sábado, Temer qualificou a informação sobre a Abin de “aquela coisa bárbara” e exortou: “Vamos manter a serenidade”.

O apelo de Temer foi inútil, como se depreende da reação da ministra Cármen Lúcia, apropriada não para quem deve ajudar a zelar pelo respeito à lei, e sim para quem pretende apenas defender sua corporação. E o Supremo, aliás, jamais deveria ser tratado como corporação, sendo, como é, um poder do Estado. Felizmente, a presidente do STF mudou um pouco o tom ontem, ao dizer que o Supremo não tomará nenhuma medida no caso, pois “não há o que questionar quanto à palavra do presidente da República”. Era nisso que a ministra deveria ter pensado antes de ter publicado sua nota.

Tal crispação institucional é ainda mais perigosa quando mina a já frágil governabilidade. Parece faltar a uma parte do Judiciário a plena dimensão do que está em curso no País. Seja em razão do açodamento de alguns procuradores da República, seja por causa da imprudência de alguns ministros do STF, tem-se um quadro de instabilidade que transforma qualquer coisa em crise.

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 97 • TERÇA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2017 • Nº 32.213

EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 18H08 • R\$ 4,00

Atos contra Putin levam milhares às ruas na Rússia

A polícia da Rússia deteve centenas de pessoas que foram às ruas, em ao menos 180 cidades, para protestar contra a corrupção no país. Na capital, Moscou, a multidão gritava "Rússia sem Putin", em referência ao presidente. Um dos presos foi o blogueiro e líder opositor Alexei Navalni. **Mundo A11**



Policiais imobilizam manifestante no centro de Moscou, a capital russa, durante protesto contra o presidente Vladimir Putin e a corrupção no país

Sistema eleitoral da França limita o avanço de Le Pen

Mesmo com 2,9 milhões de votos no primeiro turno das eleições, a Frente Nacional (direita ultranacionalista), de Marine Le Pen, deve levar no máximo cinco cadeiras na Assembleia. A França elege os deputados por distrito eleitoral, e não proporcionalmente ao total. **Mundo A12**

ILUSTRADA

Em SP, festival de documentários celebra o punk e o tropicalismo **C1**

EQUILÍBRIO

Testosterona em gel ganha adeptos apesar de oferecer riscos à saúde **B1**

ESPORTE

Golden State vence Cleveland e ganha segundo título da NBA em 3 anos **A7**

PSDB decide ficar no governo e dá fôlego a Temer

Presidente, que deve ser denunciado até a próxima semana, calcula vitória contra Janot entre deputados

Maior aliado do Palácio do Planalto, o PSDB decidiu permanecer no governo do peemedebista Michel Temer. Em reunião em Brasília ontem, predominou no partido a visão daqueles que querem preservar a aliança com o PMDB diante da proximidade das eleições de 2018. É o caso do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e do prefeito João Dória.

Nos bastidores, no entanto, tucanos reconhecem que novos fatos negativos contra Temer surgirão e que será necessário rever a posição. O presidente interino da legenda, Tasso Jereissati, favorável ao desembarque, admitiu ter sido vencido. "Esse não é o meu governo, não é o governo dos meus sonhos. Estou aí por causa das circunstâncias do país."

A possível denúncia do procurador-geral, Rodrigo Janot, contra Temer, na próxima semana, é vista entre os tucanos como novo marco. A abertura de processo contra o presidente por crime comum precisa do aval de ao menos 342 dos 513 deputados para ser julgada pelo Supremo. Temer, que calcula vitória, quer que a votação ocorra até julho. **Poder A4**

Itaú sobe tom e ameaça deixar negociação sobre dívida da JBS

Mercado A18

Ministro do Supremo cobra afastamento de Aécio do Senado

Poder A8

Cármem afirma que não vai tolerar ato irregular e cita PGR

Cármem Lúcia, presidente do STF, avisou que não tomará providência sobre suposto pedido de Michel Temer para investigar Edson Fachin, relator da Lava Jato. Disse ainda que não tolerará ato irregular de órgão estatal, incluindo a Procuradoria. **Poder A6**



ILUSTRADA NOVA Em restauração, edifício Copan, no centro de São Paulo, ganha tela de cor branca; ela substitui a proteção azul, que sofre com vendavais e estava rasgada **Cotidiano B4**

Prefeitura de SP quer cobrar taxa por jazigo familiar

A Prefeitura de São Paulo quer cobrar taxa anual de manutenção de quem possui jazigos familiares nos 22 cemitérios públicos da cidade. A taxa, similar à que existe nos particulares, está prevista no plano de desestatização de João Dória (PSDB). **Cotidiano B1**

RODÍZIO Cotidiano B2
Não deixe circular carros com placas cujo final seja: **3 ou 4**

ATMOSFERA Cotidiano B2
Risco de chuva forte à noite em SP. Mínima 13°C. Máxima 22°C

CONTAÇÃO
2020 (Despesa + Débito) **ATMOSFERA**
R\$ 102,00 (valor estimado)



Nós já éramos uma ponte financeira antes de a Brooklyn Bridge ser inaugurada.

Brooklyn Bridge, inaugurada em 1883

175 ANOS

Mais importante do que tudo que se passa é como se passa por tudo.

Construindo pontes financeiras seguras por onde atravessam gerações.

Para mais informações, consulte nossos gerentes ou ligue para 0300 105 1234, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 21h00, exceto feriados.

Safra Privada Banking
Instituto Securo de Seguros

Central de Atendimento Safra: 0300 105 1234, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 21h00, exceto feriados. Atendimento aos portadores de necessidades especiais: 0300 105 1234 - Serviço de Atendimento ao Consumidor: 0300 772 3700, atendimento 24 horas por dia. 7 dias por semana. Clientes - caso de necessidade de SAC, é necessário apresentar: 0300 772 3700, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, exceto feriados. NÃO PUBLIQUEM NENHUMA FORMA DE OPINIÃO OU COMENTÁRIO DE NENHUMA DAS ENTIDADES E MELHORES PRÁTICAS PARA A ATUAÇÃO DE PRÁTICAS EMPRESAS, A INCLUSÃO DE QUALQUER TIPO DE LINKS DE QUALQUER TIPO DE ENTIDADES DAS EMPRESAS MENCIONADAS.

ANIMA

HÉLIO SCHWARTZMAN Presidente deve, após TSE, resistir a procurador-geral

Com a vitória no TSE, Temer vai ficando no cargo. A menos que apareça algo novo, também deve resistir à investida do procurador-geral. Isso pode trazer alívio no front econômico, mas é muito ruim para a pauta ética. **Opinião A2**

EDITORIAIS Lela "Temer, Janot, Itararé", acerca de denúncia a ser apresentada contra o presidente, e "Revolução partidária", sobre eleições legislativas francesas.

Ilhabela gasta R\$ 2 mi em teatro fantasma

Embargada, obra está parada há três anos, não tem previsão de retomada e já consumiu R\$ 750 mil só do governo de SP

O valor, antes orçado em R\$ 4,3 milhões, passou para R\$ 12 milhões; Promotoria e prefeitura buscam novo acordo

RICARDO HIAR
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

A construção de um prédio que abrigaria um centro de convenções e o primeiro teatro de Ilhabela, no litoral norte de São Paulo, está parada há três anos, não tem previsão de retomada e já custou pelo menos R\$ 2 milhões aos cofres públicos.

O empreendimento foi embargado pela Justiça em 2014 por suspeitas de irregularidades, como o desrespeito ao plano diretor da cidade, que limita construções em até dois pavimentos e altura máxima de oito metros.

Problemas estruturais também foram identificados, como a deterioração das estruturas de ferro do prédio.

O ex-prefeito Toninho Colucci (PPS), responsável pela licitação e início das obras, disse que respeitou os trâmites legais e não conseguiu concluir o teatro, em 2015, devido a "disputas políticas".

O pedido de embargo foi protocolado pela Associação de Arquitetos e Engenheiros de Ilhabela, em conjunto com a ONG Ilhabela Sustentável. As entidades apontaram mudanças no projeto inicial.

O ex-prefeito admite que permitiu as alterações, mas as atribuiu ao aumento da arrecadação municipal.

"Quando começamos essa construção, em 2010, tínhamos um orçamento modesto, então foi contratado um projeto básico. Dois anos depois, tínhamos o dobro [de recursos



Prédio com obras paralisadas em Ilhabela, no litoral norte de São Paulo; local deve abrigar um centro de convenções e o primeiro teatro da cidade

disponíveis]", afirmou.

Com as mudanças, o valor da obra, orçado inicialmente em R\$ 4,3 milhões, passou para cerca de R\$ 12 milhões. Desse montante, R\$ 750 mil já foram desembolsados

“ Como se comete um crime e depois cria uma lei para justificá-lo? ”

GEORGES GREGO
representante da ONG Ilhabela Sustentável, em relação à tentativa da gestão municipal de propor a criação de uma lei para oficializar o modelo de construção do teatro em Ilhabela

pela gestão do governador Geraldo Alckmin (PSDB).

NOVA LEI

O ex-prefeito da cidade disse que tentou alterar a lei para permitir que, em casos especiais, onde houvesse interesse público, prédios pudessem ser mais altos.

"Como se comete um crime e depois cria uma lei para justificá-lo?", questionou Georges Grego, representante da ONG Ilhabela Sustentável. "Não podemos admitir isso [obras que ultrapassem a altura estabelecida], pois abriria caminho para algo que combatemos na cidade, que é a verticalização."

O Tribunal de Justiça de São Paulo concordou com o posicionamento das instituições de Ilhabela e julgou a nova lei inconstitucional.

Em 2015, o Ministério Público de São Paulo solicitou à prefeitura a apresentação de novo laudo, que deveria contar com a participação de representantes da ONG e da associação dos engenheiros.

"Até agora nada aconteceu. Se foi feito algo, não conhecemos. Hoje a nova administração diz que dará prosseguimento à obra, mas não fomos comunicados de nada", disse Grego, da ONG Ilhabela Sustentável.

Segundo a Promotoria, no

fim do ano passado a prefeitura foi cobrada a tomar as devidas providências, mas não se manifestou.

MAIS TEMPO

Já no início deste ano, a gestão de Márcio Tenório (PMDB) pediu mais tempo para responder à recomendação.

Em março, o governo municipal divulgou nota na qual informava que a Secretaria de Obras estudava o projeto para finalizar a construção.

Na ocasião, afirmou que seriam realizadas adequações para que o desenho se aproximasse do projeto original, "alterado pela administração anterior durante a obra".

Segundo a Promotoria, no entanto, a nova gestão entregou o mesmo laudo apresentado pelo antecessor e já recusado. Com isso, o Ministério Público analisa quais medidas serão adotadas e que podem incluir o pedido de demolição da estrutura.

A Prefeitura de Ilhabela informou à reportagem que foi feita uma avaliação no prédio pelo laboratório Falcão Bauer e que a Secretaria de Obras está analisando a situação para o atendimento ao pedido da Promotoria e à conclusão da obra. Também informou que vai reavaliar o valor a ser investido para a retomada da construção do teatro.

Prefeitura de Ilhabela/Divulgação

PSDB decide permanecer no governo de Michel Temer

Nos bastidores, tucanos falam em rever decisão se houver mais acusações

Proximidade da eleição presidencial de 2018 pesa a favor da preservação da aliança com o PMDB

TALITA FERNANDES
BRUNO BOGHOSSIAN
ANGELA BOLDRINI
DE BRASÍLIA

Dividido, o PSDB decidiu manter o apoio ao presidente Michel Temer, mas manteve aberta uma porta para deixar o governo em caso de deterioração da crise política.

Foi predominante a visão daqueles que querem preservar uma aliança com o PMDB diante da proximidade das eleições presidenciais de 2018, caso do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e do prefeito da capital paulista, João Dória.

Ao fim do encontro, o presidente interino da legenda, senador Tasso Jereissati (CE), admitiu ter ficado vencido. "Esse não é o meu governo, não é o governo dos meus sonhos. Estou aí por causa das circunstâncias do país."

O senador afirmou ainda que não houve "maturidade do partido para a decisão" de desembarcar do governo neste momento nem "consenso da maioria".

Na semana passada, Tasso havia defendido que o partido não precisava ter cargos no governo para defender a agenda de reformas, principal bandeira dos tucanos para a disputa no ano que vem.

O PSDB decidiu manter os quatro ministérios que possui hoje na Esplanada: Secretaria de Governo (Antonio Imbassahy), Relações Exteriores (Aloysio Nunes), Direitos Humanos (Luislinda Valois) e Cidades (Bruno Araújo).

Nos bastidores, tucanos reconhecem que novos fatos negativos contra Temer surgirão e que será necessário rever a posição de apoio ao governo. O partido decidiu não se movimentar agora para evitar uma ação isolada, que enfraqueceria a sigla para as eleições de 2018.

Além disso, ainda poderia ficar prejudicada a defesa política de Aécio Neves (MG), alvo de um processo de cassação no Conselho de Ética do Senado. Pesa nesse cenário o fato de outros quadros impor-

O FATOR PSDB

A bancada tucana representa quase 15% da base aliada de Temer e seus votos são cruciais para a aprovação da agenda de Temer no Congresso

Partidos e números de deputados



tantes da legenda serem alvos da Operação Lava Jato, caso do senador José Serra, de Alckmin e de Nunes.

De agora em diante, embora aliados, a relação do PSDB com o PMDB deve ser de "desconfiança".

O partido estuda, por exemplo, recorrer da decisão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), que absolveu na úl-

tima sexta-feira (9) a chapa Dilma Rousseff-Michel Temer da acusação de abuso de poder econômico e político para se eleger em 2014.

Em sua fala a correligionários, Tasso reconheceu que os candidatos da chapa se elegeram por meio de "corrupção". Ele defendeu que o partido recorra.

Questionado sobre apoiar

um governo que ele mesmo reconhece ter sido eleito com dinheiro ilícito, o tucano concorda: "Com certeza existe uma incoerência que a história nos colocou".

DENÚNCIA

Uma eventual denúncia da PGR (Procuradoria-Geral da República) contra Temer é vista como um novo marco para os tucanos sobre o apoio ao PMDB.

O líder do partido na Câmara, Ricardo Tripoli (SP), indicou que deve orientar a bancada para aceitar eventual denúncia contra o presidente. "O PSDB vai colaborar para que esses fatos sejam elucidados para toda a população brasileira, essa é uma obrigação nossa", disse.

Dória, um dos principais interessados em manter aliança com o PMDB para disputar as eleições, admite que a decisão tomada nesta segunda deve ser reavaliada ao longo do governo.

Alckmin e Aécio lideraram as articulações pela manutenção do apoio ao governo Temer e os principais líderes e dirigentes da sigla defenderam a manutenção do apoio ao presidente em nome da aprovação da agenda de reformas no Congresso.

Governadores, parlamentares e ministros tucanos atuaram para aplacar a cobrança de integrantes da sigla que pressionavam pelo rompimento e pela entrega dos cargos ocupados pelo PSDB.

Durante o encontro, Alckmin afirmou que a legenda deveria permanecer no governo até a conclusão da pauta de reformas de Temer —trabalhista, previdenciária e política.

Para o paulista, a manutenção do apoio deveria estar associada à urgência dessa agenda.

NOVAS ELEIÇÕES

No encontro desta segunda, o partido decidiu convocar reuniões para eleger um novo presidente.

Após ser alvo de operação em maio, Aécio, já denunciado pela Procuradoria-Geral da República, se licenciou temporariamente do cargo de dirigente.

As datas para a escolha ainda serão definidas em um novo encontro, previsto para a próxima semana.

Cármem Lúcia cita Procuradoria e diz que não tolerará irregularidade

Ministra afirma que polêmica sobre suposta ação de espionagem contra Fachin está esgotada

Em vídeo, Temer diz que não permitirá nenhuma 'interferência indevida' entre os poderes da República

DE BRASÍLIA
DE SÃO PAULO

A ministra Cármem Lúcia, presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), que no sábado (10) foi dura ao comentar um suposto pedido do presidente Michel Temer para que a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) investigasse o ministro Edson Fachin, emitiu nova nota nesta segunda (12) afirmando que "não adotará qualquer providência" sobre o assunto, que está, "por ora, esgotado".

A nova declaração da ministra diz que Temer negou ter acionado a Abin contra Fachin e que "não há o que questionar quanto à palavra do presidente". Fachin é responsá-

vel pelo inquérito no STF que investiga o peemedebista por suspeitas de corrupção passiva, obstrução da Justiça e organização criminosa.

Cármem Lúcia ainda acrescentou no novo texto que não vai tolerar irregularidade vinda "de qualquer órgão estatal", inclusive a Procuradoria-Geral da República (PGR) — instituição que não era citada na nota de sábado.

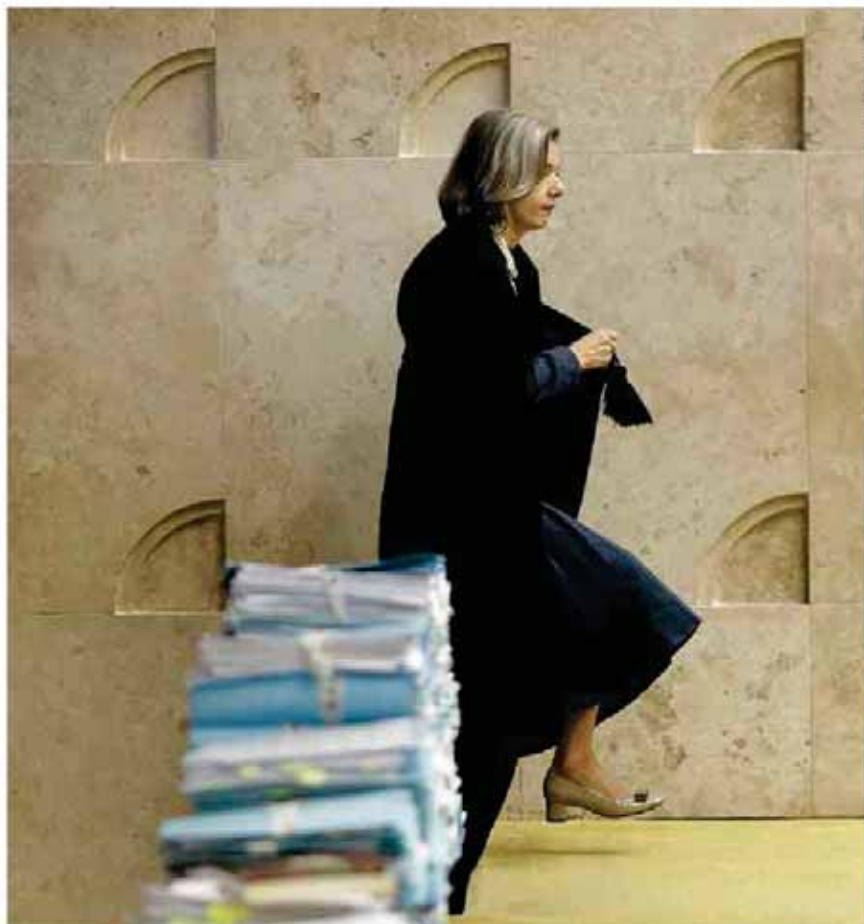
"A ministra presidente já esclareceu na nota [de sábado] que qualquer irregularidade vinda de qualquer órgão estatal, de qualquer dos Poderes da República, de seus agentes ou da Procuradoria-Geral da República contra qualquer cidadão brasileiro não será tolerada, por contrariar a Constituição", diz o novo texto.

A informação de que Temer pediu à Abin para espionar o relator da Lava Jato no Supremo foi publicada pela revista "Veja" na sexta (9). Ainda na noite de sexta, Temer e Cármem Lúcia conversaram por telefone sobre o caso. A assessoria do Planalto informou que, no telefonema, Temer negou ter acionado a agência de inteligência.

Mesmo assim, a manifestação da ministra no sábado foi considerada dura. "O STF repudia, com veemência, espreita espúria, inconstitucional e imoral contra qualquer cidadão e, mais ainda, contra um de seus integrantes, mais ainda se voltada para constranger a Justiça", declarou, então, Cármem Lúcia.

Nesta segunda, a **Folha** publicou entrevista com o ministro do STF Gilmar Mendes, que disse ter "chamado a atenção" da presidente da corte: "Ela precisa assumir a defesa do tribunal em todos os ataques".

"O ministro [Dias] Toffoli já sofreu ataque, ligado a vazamento da Lava Jato. Já houve ataques ao [Luiz]



A ministra Cármem Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal desde o ano passado

“Qualquer irregularidade vinda de qualquer órgão estatal [...], de seus agentes ou da Procuradoria-Geral da República contra qualquer cidadão brasileiro não será tolerada

NOTA DE CÁRMEN LÚCIA

Não interfiro nem permito a interferência indevida de um poder sobre o outro. Em hipótese alguma, nenhuma intromissão foi ou será consentida

MICHEL TEMER

Fux, ao [Ricardo] Lewandowski. A revista 'Veja' noticiou que a PGR queria me envolver no caso [do senador] Aécio [Neves]. E houve silêncio [de Cármem Lúcia]. É preciso que ela assuma a defesa institucional do tribunal e de todo o Judiciário. E não só de um ou de outro. Essa é a missão dela, como presidente", disse Mendes, na entrevista.

Durante evento em São Paulo nesta segunda, o ministro do STF Luiz Fux também tratou da questão. Ao falar do assunto, em ato falho, cha-

rou a presidente do STF de presidente da República.

"O que eu entendo que representa uma atitude institucional correta, independente, foi a nota da presidente da República, porque o governo utilizar o seu aparato para suposta perseguição a juízes é fato notório de ilícito", disse.

O ministro afirmou ainda que não vê problemas em investigações de juízes, mas que é necessário que haja uma razão. "Se a razão for desagrado do governo com relação a decisões judiciais, essa razão ela se anula pela bas-

tardia da origem", disse Fux.

Para tentar reduzir o mal-estar com o STF, Temer divulgou um vídeo nesta segunda para defender a independência entre o Executivo e o Judiciário e dizer que não permitirá nenhuma "interferência indevida".

Ao refutar a informação de que teria pedido para a Abin investigar Fachin, Temer afirmou que "nenhuma intromissão foi ou será consentida" por ele e que o estado democrático de direito não admite que as instituições públicas "cometam ilegalidades".

Ministro do STF cobra do Senado o afastamento de Aécio Neves

Medida foi determinada pelo STF há 20 dias, mas tucano ainda está na lista de parlamentares

Pedro Ladeira - 29.mar.2017/Folhapress

'Enquanto não alterada a decisão judicial, ela tem que ser cumprida (...) Tempos estranhos', afirmou Marco Aurélio

TALITA FERNANDES
RANIER BRAGON
REYNALDO TUROLLO JR
DE BRASÍLIA

O ministro Marco Aurélio Mello, do STF (Supremo Tribunal Federal), cobrou nesta segunda-feira (12) o cumprimento da decisão judicial que determinou o afastamento de Aécio Neves (PSDB-MG) do mandato de senador.

"Enquanto não alterada a decisão judicial, ela tem que ser cumprida. Mas, como parece que nessa quadra é comum deixar-se de cumprir decisão judicial, tempos estranhos, tempos estranhos", disse o relator do caso.

Como a **Folha** revelou, apesar de o STF ter determinado o afastamento do tucano em 18 de maio, seu nome ainda consta no painel de votação do Senado e na lista de parlamentares em exercício.

Embora tenha divulgado nota nesta segunda dizendo que não descumpriu a decisão da Justiça, o Senado disse que "aguarda, com serenidade, informações complementares de como deve proceder para o cumprimento da referida decisão", diz a nota.

Em resposta ao posicionamento do Senado, a assessoria de imprensa do STF afirmou que não há necessidade de esclarecimento adicional para o cumprimento da decisão. "Segundo informações do gabinete do ministro Marco Aurélio, o presidente do Senado assinou a intima-



Aécio Neves (PSDB-MG) foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República por corrupção e obstrução de Justiça

ção do STF para proceder ao afastamento do senador Aécio Neves dia 18/05/2017", diz nota divulgada pelo tribunal. O Senado deve se reunir nesta terça para tratar do assunto.

Marco Aurélio disse à **Folha** que é preciso "serenidade" neste momento. "Tem que ver o que está acontecendo no Senado", disse. Ele pretende ainda levar o caso no próximo dia 20 para análise dos outros ministros do STF.

O relator tem em suas mãos dois pedidos divergentes: enquanto a Procuradoria-Geral da República fez novo pedido de prisão de Aécio, o tucano pede para reassumir o car-

go de senador.

Aécio foi denunciado sob suspeita de corrupção e obstrução de Justiça depois de ter sido gravado pelo empresário Joesley Batista pedindo propina e falando em medidas para frear a Lava Jato.

A Procuradoria-Geral chegou a pedir no mês passado a prisão do tucano, medida que foi rejeitada pelo ministro Edson Fachin, então relator do caso. De acordo com o ministro, que determinou o afastamento, Aécio demonstra "empenho na adoção de medidas que de alguma forma possam interromper ou embarçar as apurações das

práticas de diversos crimes". O caso foi redistribuído no STF a pedido da defesa de Aécio.

O procurador da Operação Lava Jato Deltan Dallagnol afirmou nesta segunda, em uma rede social, que "a solução é prender Aécio", já que o afastamento determinado no STF foi "desobedecido".

Em nota, o advogado de Aécio, Alberto Toron, afirma que o senador "tem cumprido integralmente as medidas cautelares determinadas, tendo se afastado do Senado e de atividades parlamentares".

"A defesa recorreu da decisão demonstrando não haver previsão constitucional e

tampouco regimental sobre afastamento de mandato, razão pela qual requereu a suspensão dessa cautelar."

"O senador aguarda manifestação do STF e, até lá, mantém-se afastado do Congresso e de todas as suas atividades parlamentares em respeito ao Supremo."

Em dezembro, Marco Aurélio afastou Renan Calheiros (PMDB-AL) da presidência da Casa. O Senado não deu seguimento à decisão do tribunal, Renan não assinou a intimação e não deixou o cargo.

Colaborou ESTELITA HASS CARAZZAI,
de Curitiba

Inspeção vê falhas e favorecimento no Ministério Público de Minas

Corregedor encontra inquéritos parados e questiona comunicação a deputados sobre suspeitas

Apuração sobre uso de publicidade institucional por Pimentel teria ficado cinco anos trancada

FREDERICO VASCONCELOS

ENVIADO ESPECIAL A BELO HORIZONTE

Uma inspeção da Corregedoria Nacional do Ministério Público revelou que o Ministério Público de Minas atuou com lentidão e deixou de investigar fatos suspeitos envolvendo políticos.

A inspeção, a maior já feita na instituição, foi realizada em outubro passado sob o comando do corregedor nacional, Cláudio Henrique Portela do Rego. Foram examinadas as atividades da instituição na segunda gestão do procurador-geral de Justiça Carlos André Mariani Bittencourt.

O relatório aponta que a apuração de suposto enriquecimento ilícito de deputados estaduais — cujo exame deveria ser feito por promotores — tramitava “sob a presidência do procurador-geral, fato que não se coaduna com a lei”.

Bittencourt nega que tenha havido favorecimento a grupos ou partidos políticos.

O relatório diz que um inquérito contra o governador Fernando Pimentel (PT), que teria violado o princípio da impessoalidade em publicidade institucional quando prefeito de Belo Horizonte, ficou trancado durante cinco anos num armário.

Também diz que uma representação contra Pimentel por suposta utilização de empresas fantasmas para levantar recursos de campanha foi remetida ao procurador-geral pela Promotoria de Defesa do Patrimônio em dezembro de 2015, 12 meses depois da posse e ainda está na fase de análise.

Outro ponto levantado pela inspeção foi o fato de a Secretaria de Defesa Social do Estado ter deixado, por seis anos, de fornecer à Justiça documentos para cálculos de liquidação de um processo, o que poderia caracterizar crime de desobediência. O caso não chegou a ser formalizado.

Em 2015, o vice-governador Antônio Andrade

CAIXA-PRETA MINEIRA

Fatos apurados em inspeção no Ministério Público de Minas Gerais



1 Lentidão

Representações contra suspeitos de improbidade foram retidas indevidamente pelo procurador-geral de Justiça ou não registradas no sistema



2 Transferência

Procurador-geral presidiu investigações sobre deputados suspeitos de enriquecimento ilícito, uma atribuição legal de promotores



3 Aviso

Autoridades suspeitas foram informadas sobre denúncias, antes de qualquer diligência, com risco de ocultação de provas



4 Conciliação

Crimes atribuídos a promotores foram resolvidos internamente, em acordos com as vítimas, sem conhecimento e homologação do Judiciário

Fonte: “Relatório Conclusivo de Correição Ordinária” realizada no Ministério Público do Estado de Minas Gerais pela Corregedoria Nacional do Ministério Público em outubro de 2016



Flávio Tavares - 4. dez. 2014/“Hoje Em Dia”

Carlos André Mariani Bittencourt, ex-procurador-geral

(PMDB), exercendo o cargo de governador, abriu crédito suplementar sem indicação da fonte de recursos. Não houve investigação e a representação não foi registrada.

O atual procurador-geral, Antônio Sérgio Tonet, que assumiu em dezembro, diz que, “independentemente de recomendações”, determinou no início de sua gestão o registro formal de todos os procedimentos.

Sobre a situação dos deputados estaduais, Tonet diz que “nem sempre a melhor estratégia é ouvir o investigado por último, mas há um alinhamento institucional que

recomenda isso”.

A inspeção apontou que relatórios do Coaf, órgão ligado ao Ministério da Fazenda, indicando movimentação financeira atípica de deputados estaduais, eram enviados a eles para ciência, sem a realização de diligências.

A Corregedoria vê risco de investigados maquiarem ou ocultarem provas.

O relatório diz que uma investigação por suposta improbidade do deputado estadual José Célio de Alvarenga (PC do B) tramitou indevidamente no gabinete do procurador-geral desde dezembro de 2014 sem dar origem a

▶ OUTRO LADO ◀

Ex-procurador-geral defende sua gestão

DO ENVIADO A BELO HORIZONTE

Ex-chefe do Ministério Público de Minas, Carlos André Mariani Bittencourt diz que não foi apontada nenhuma situação que “denotasse omissão ou desacerto na apuração de ilícitos”.

Segundo ele, o relatório da Corregedoria “ressaltou os pontos considerados negativos”, sem qualquer observação sobre investigações relevantes. Ele diz que “foi necessário investigar promotores e juízes por fatos graves e denunciá-los com rigor”.

“Só tramitam na Procuradoria-Geral procedimentos criminais das autoridades com foro por prerrogativa de função, e na grande maioria não se dava ciência a investigado como primeira providência.”

Bittencourt diz que “nunca se investigou improbidade atribuída a deputados na Procuradoria Geral”. “Isso somente ocorreu, por opção, em um bloco de expedientes oriundos das informações do Coaf, cerca de 20, num enorme universo, cujos dados já explicitavam de forma incontestável as movimentações financeiras feitas no passado, em contas bancárias de pessoas já identificadas.”

A defesa de José Célio de Alvarenga nega ter havido aumento a descoberto de bens.

qualquer procedimento. O político foi informado a respeito. O Ministério Público diz que aguarda esclarecimentos do deputado.

Crimes supostamente praticados por promotores foram tratados internamente, em “audiências de conciliação”, sem passar pelo Judiciário, afirma o texto. Uma promotora, por exemplo, acusada de crime de injúria racial, teria concordado com pagamento de indenização, tendo a vítima desistido da representação, extinguindo-se a punibilidade.

A transferência do promotor Eduardo Nepomuceno de Souza da Promotoria de De-

fesa do Patrimônio Público para a área criminal, por remoção compulsória, gerou protestos em outdoor em Belo Horizonte no fim de 2016.

A peça dizia se tratar de “retaliação contra quem combate a corrupção”. Com atuação em casos como a obra do Centro Administrativo, erguido no governo Aécio Neves (PSDB), Nepomuceno foi acusado de investigar sem justa causa.

Ele recorreu contra a remoção ao Supremo, mas o ministro Dias Toffoli manteve a medida. Representações contra ele tinham sido oferecidas por investigados, como o senador Zezé Perrella (PMDB).

Doria prevê cobrar taxa por jazigos em plano de concessão de cemitérios

Valor anual deverá ser pago por quem dispõe de sepulturas familiares em 22 cemitérios públicos

Legislação atual proíbe tarifa de manutenção; mudança depende de aval da Câmara de SP e visa atrair empresas

ROGÉRIO GENTILE
DE SÃO PAULO

A Prefeitura de São Paulo pretende começar a cobrar uma taxa anual de manutenção de quem possui jazigos familiares nos 22 cemitérios públicos da capital paulista.

A cobrança não valerá para quem tem parentes enterrados nas chamadas quadras gerais (por três anos até a exumação obrigatória), mas sim para quem dispõe de sepulturas familiares.

A taxa, similar à que existe nos cemitérios particulares, está prevista no plano de desestatização do prefeito João Doria (PSDB), que listou 55 bens e ativos municipais, entre os quais o estádio do Pacaembu e o Anhembi.

De valor ainda indefinido, mas que poderá girar em torno de R\$ 200 por ano, a taxa servirá para remunerar as empresas que vão passar a administrar os cemitérios, em regime de concessão.

A cobrança, assim como o próprio programa de concessão, depende ainda de aprovação da Câmara Municipal.

Atualmente, a legislação em vigor, assinada em 1981 pelo então prefeito Reynaldo de Barros, proíbe essa tarifa. A gestão Doria argumenta que sem a cobrança não há como transformar os 22 cemitérios municipais em ativos atraentes para a iniciativa privada.

ABANDONO

A situação da maioria dos



Cemitério da Consolação, no centro, é um dos alvos da concessão à iniciativa privada que será feita pela gestão Doria

cemitérios públicos é ruim, com túmulos violados, vandalismo, sujeira, banheiros sem condição de uso e problemas de iluminação e de vigilância. Eles também estão em situação deficitária.

Criado em 1858, o da Consolação, por exemplo, onde estão enterrados Monteiro Lobato e Mário de Andrade, custou R\$ 772 mil ao Serviço Funerário em 2015, de acordo com planilhas obtidas pela reportagem, mas arrecadou somente R\$ 118 mil.

O da Vila Mariana, inaugurado em 1904, onde estão os

pintores Alfredo Volpi e Lasar Segall, também arrecada menos do que gasta. Em 2015, seu custo foi de R\$ 1,6 milhão, mas obteve R\$ 637 mil com os serviços que presta.

Com a taxa, as empresas que ganharem as concessões serão responsáveis pela melhoria das instalações das necrópoles, bem como por bancar equipes de vigia. Hoje, em geral, a segurança é feita por meio de rondas da Guarda Civil Metropolitana.

Em 2014, os túmulos de Lobato e Mário de Andrade no cemitério da Consolação fo-

ram violados. Foram furtados o portão de bronze e um adorno do mausoléu do criador do Sítio do Pica-Pau Amarelo. Do autor de "Macunaíma" foi levado o portão do túmulo.

MANUTENÇÃO

Em média, 231 pessoas morreram por dia na cidade em 2015 (último dado disponível). Houve 158,3 enterros por dia nos cemitérios públicos.

A prefeitura iniciou estudos para saber quantas famílias possuem jazigos (em regime de licença que vale por 5, 25 anos ou prazo indeter-

minado). A despeito da nova taxa, quem possui jazigo familiar continuará a ser responsável pela conservação das sepulturas, sob risco de perder o direito de uso.

O valor da taxa a ser paga às futuras concessionárias, que serão escolhidas por meio de licitação, bancará a limpeza e a manutenção das áreas comuns das necrópoles.

Na concorrência, os cemitérios deverão ser divididos em lotes. O crematório da Vila Alpina também passará a ser gerido pela iniciativa privada em regime de concessão.





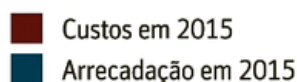
CEMITÉRIOS MUNICIPAIS

Unidades públicas
recebem grande
parte dos mortos

MORTES EM 2015



SITUAÇÃO FINANCEIRA



Cemitério da Vila Mariana



- > Inauguração: 1904
- > Enterrados em 2015: 807

Cemitério da Consolação



- > Inauguração: 1858
- > Enterrados em 2015: 386

OUTROS SERVIÇOS QUE DORIA QUER RÉPASSAR A EMPRESAS

- Autódromo de Interlagos
- Complexo do Anhembi
- Parques
- Terminais de ônibus
- Corredores de ônibus
- Ciclovias
- Estádio do Pacaembu

*Quem morre em São Paulo não necessariamente é sepultado na cidade
Fonte: Prefeitura de São Paulo

Área econômica tenta fazer reforma de impostos avançar na crise política

Medida provisória com mudanças no PIS e na Cofins deve ser enviada neste mês ao Congresso

Proposta que começou a ser discutida antes da delação da JBS prevê três etapas, que Temer quer concluir até 2018

JULIO WIZIACK
GUSTAVO URIBE
DE BRASÍLIA

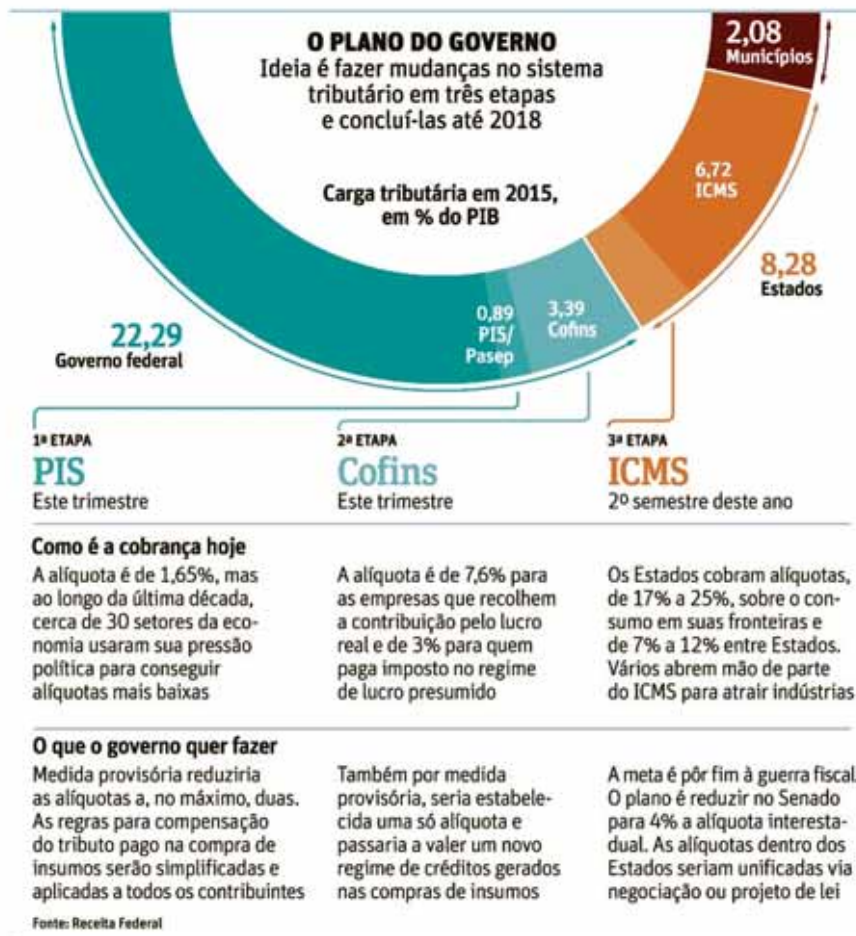
A equipe econômica decidiu levar adiante a proposta de reforma do sistema tributário desenhada pelo governo antes da crise política provocada pela delação de Joesley e Wesley Batista, donos da gigante de alimentos JBS.

A meta do presidente Michel Temer é obter até o próximo ano a aprovação da reforma, que seria executada em três etapas, alterando regras do PIS, da Cofins e do ICMS, e unificando tributos das três esferas de governo.

Uma medida provisória com mudanças nas regras do PIS e da Cofins deve ser enviada ainda neste mês ao Congresso. As alterações no PIS, que representa 4% da arrecadação do governo federal, serão implementadas primeiro. Viriam depois mudanças na Cofins, que responde por 16%.

O governo quer reduzir o número de alíquotas do PIS de cerca de 30 para duas e simplificar o sistema para compensação de créditos nas compras de matérias-primas e insumos pelas empresas.

O passo seguinte da equipe econômica é propor mudanças no ICMS, principal fonte de receita dos Estados. A Câmara já aprovou a extinção



em cinco anos de benefícios concedidos a exportadores e limitou a mais 15 anos a validade dos incentivos fiscais a indústrias. E há acordo para manter a regra no Senado.

Agora, o governo quer vencer o Senado a baixar re-

solução para reduzir para 4% a alíquota nas operações interestaduais, que hoje variam de 7% a 12%. A equipe econômica crê que a medida vá pôr fim à guerra fiscal.

O governo indicou que, depois de implementadas essas

mudanças, poderia promover mudanças mais abrangentes, aproveitando a discussão de um projeto do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) que transfere para a União a arrecadação dos principais tributos e muda o

regime de partilha das receitas com Estados e municípios.

O projeto prevê que PIS, Cofins, ICMS e o ISS, cobrado pelos municípios, sejam substituídos por um único imposto, arrecadado pelo governo federal e com receitas divididas com as outras duas esferas de governo.

Para convencer governadores e prefeitos a apoiar a mudança no Congresso, o governo estuda manter os fundos que hoje distribuem a Estados e municípios parte dos tributos que a União recolhe.

Os defensores da ideia acham possível fazer a unificação dos tributos, que exige a aprovação de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição), no primeiro semestre de 2018, às vésperas do início da campanha presidencial.

A dificuldade, segundo os economistas que participam dos estudos, é conseguir fazer com que a alíquota do imposto único fique entre 18% e 20%. Simulações recentes indicam algo entre 25% e 30%, ainda considerado muito elevado pela equipe econômica.

A prioridade de Temer nas próximas semanas será derubar a denúncia criminal que a Procuradoria-Geral da República deve apresentar contra ele em breve e que só poderá ser analisada pela Justiça com aval do Congresso.

Ainda assim, o governo acha possível aprovar neste semestre a reforma trabalhista, que está no Senado. A reforma da Previdência retomaria seu curso na Câmara em agosto e poderia ser aprovada até outubro.

CVM julgará Petrobras e ex-presidentes por capitalização de 2010

Processo investiga se comprador de ações preferenciais não foi induzido a erro

NICOLA PAMPLONA
DO RIO

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) agendou para 11 de julho julgamento sobre suposta irregularidade no processo de capitalização da Petrobras, que movimentou R\$ 120 bilhões em 2010.

Entre os réus, além da companhia, estão os ex-presidentes da estatal José Sergio Gabrielli (2005 a 2012) e Maria das Graças Silva Foster (2012 a 2015) e o Bradesco BBI, coordenador da operação.

O processo investiga acusação de indução do investidor ao erro, ao não deixar claro que os compradores de ações preferenciais não teriam direito a poder de voto em caso de não pagamento de dividendos por três anos consecutivos, como prevê a Lei das Sociedades Anônimas.

A Petrobras argumenta que a Lei do Petróleo, de 1997, determina que os preferencialistas nunca terão esse direito. A acusação diz, porém, que o prospecto da capitalização, lançado em 2010, deixa margem de dúvidas nesse caso.

O texto diz que as ações preferenciais “não têm direito de voto nas deliberações das nossas assembleias-gerais de acionistas, exceto em circunstâncias especiais, incluindo na eventualidade de deixarmos de pagar a esses acionistas o dividendo mínimo prioritário a que fazem jus, de acordo com nosso estatuto social, por três exercícios consecutivos”.

O processo foi aberto em 2015 após questionamentos de minoritários em assembleia de acionistas que avaliou o prejuízo de R\$ 21,587 bi-

lhões em 2014, provocado por baixas contábeis no valor projetos investigados pela Operação Lava Jato.

No encontro, a estatal afirmou que não daria direito de voto caso o prejuízo se repetisse pelos dois anos seguintes —o que, de fato, ocorreu.

Em 2016, a CVM rejeitou proposta de acordo no valor de R\$ 880 mil para extinguir o processo.

Em sua defesa, a estatal argumentou que não teve o propósito de induzir o investidor ao erro e que a informação sobre os dividendos não era relevante, “pois os investidores levaram em conta o histórico de rentabilidade das ações da companhia e seu potencial de crescimento”, de acordo com o parecer da área técnica da autarquia.

A companhia disse ainda que a limitação aos preferencialistas consta de seu formulário de referência, documento arquivado todos anos nos órgãos reguladores do mercado acionário.

Argumento semelhante foi usado pelos executivos da empresa —além de Gabrielli e Graça, que não foram localizados nesta segunda (12), é réu o ex-diretor financeiro Almir Barbassa.

O Bradesco, por sua vez, argumentou que verificou que a informação questionada no prospecto estava de acordo com a que era reportada pela estatal aos reguladores.

Procurada, a Petrobras não se pronunciou sobre o assunto. Em formulário sobre suas atividades entregue à CVM neste ano, a empresa considera que a perda no processo é “possível”, mas que não há valores provisionados.

CAPITALIZAÇÃO DA PETROBRAS

CVM julgará em 11 de julho suposta irregularidade



Graça Foster e José Sergio Gabrielli, ex-presidentes

O que foi

Oferta de ações teve como objetivo levantar recursos para investimentos na exploração do pré-sal

O que a CVM julgará

Acusação de indução do investidor ao erro, ao não deixar claro que os compradores de ações preferenciais não teriam direito a poder de voto em caso de não pagamento de dividendos por três anos consecutivos

Quem será julgado

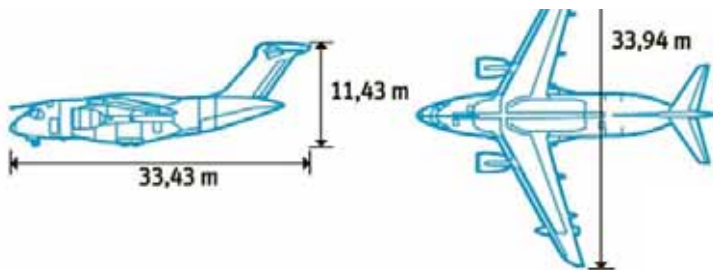
A companhia, os ex-presidentes José Sergio Gabrielli e Graça Foster e o Bradesco BBI, coordenador da operação

Portugal diz querer cinco cargueiros da Embraer

Se concretizada, será a primeira exportação do maior avião do Brasil

CARGUEIRO EXPORTAÇÃO

O KC-390 é a principal aposta da divisão de defesa da Embraer



KC-390
Projeto de avião de transporte tático e reabastecimento aéreo. A FAB se comprometeu a comprar 28 unidades em acordo assinado em 2009 por R\$ 7,2 bi

R\$ 5 bi
é o custo até 2018, para desenvolvimento e fabricação de 2 protótipos. Embraer prevê devolver o valor em royalties ao longo de 20 anos

Ainda não há valor para a venda do KC-390, aeronave que será apresentada na feira Paris Air Show

IGOR GIELOW
DE SÃO PAULO

O governo de Portugal autorizou a negociação para a compra de cinco cargueiros KC-390, da Embraer. Se concretizado, o negócio será a primeira venda no exterior do avião, principal aposta da divisão de defesa da fabricante brasileira e o maior modelo já produzido no país.

A decisão ocorreu na semana passada e não é comentada pela Embraer. Além dos cinco aviões, há a opção por mais uma unidade e a compra de um simulador de voo.

O valor total não é conhecido neste momento, até porque cada negócio tem sua particularidade de financiamento e configuração da aeronave — no mercado, estima-se que o KC poderá custar em torno de US\$ 80 milhões.

Parte da fuselagem e das asas do avião é produzida em Portugal pela OGMA, empresa controlada pela Embraer. O avião, que é montado em Gavião Peixoto (SP), tem partes produzidas também na Argentina e na República Tcheca, países que compõem a lista de cerca de dez clientes potenciais do cargueiro.

O negócio português é especialmente estratégico para a Embraer porque o país é integrante da Otan, a aliança militar ocidental e reduto de material bélico americano e europeu. Extraoficialmente, outro membro da Otan, a Alemanha, já demonstrou interesse no KC-390.

Uma questão, caso Lisboa desejar versões com capacidade de reabastecimento aéreo, é adaptar o sistema de mangueiras e conectores para a função.

Isso porque os portugueses voam caças americanos F-16, nos quais a conexão para abastecimento fica no dorso da aeronave, e não numa sonda projetada para a frente, a exemplo do que ocorre com aeronaves usadas no Brasil, como o AMX ou o F-5.

O modelo será apresentado para o mercado externo no

Paris Air Show, feira aeronáutica que começa na semana que vem na França.

O avião voará por lá, e depois fará um tour pela Europa, pelo Oriente Médio, pelo Sudeste Asiático e pela Nova Zelândia, onde já participa de uma concorrência local.

Neste momento, o protótipo está na Suécia, onde também será avaliado. A Embraer é parceira da Saab, a fabricante de aviões sueca, no desenvolvimento e na integração do caça Gripen em sua versão brasileira.

VENDA CASADA

Isso gerou especulações, no mercado, de algum tipo de venda casada: Estocolmo poderia comprar KC-390 e fornecer mais Gripens ao Brasil, por exemplo. A FAB encomendou 36 caças, mas deseja ao todo 108 aeronaves.

A Embraer Segurança e Defesa já completou mais da metade das 2.000 horas de voo com dois protótipos necessárias para a chamada certificação inicial, que deverá ser obtida no fim deste ano.

Os dois primeiros modelos, de uma encomenda de 28 unidades, serão entregues à FAB (Força Aérea Brasileira) em 2018, quando está prevista a certificação final do avião.

Ao fim do contrato, a FAB terá investido cerca de R\$ 5 bilhões no desenvolvimento do aparelho, fora a compra em si, de R\$ 7,2 bilhões.

Parte disso retornará em forma de royalties que a Embraer pagará quando começar a receber de estrangeiros.

O governo criou uma linha de crédito específica para defesa pensando no KC, para facilitar justamente a exportação no momento em que havia dúvidas sobre o efeito do corte de gastos federais sobre a fase final do programa.

A Embraer mira um mercado de 728 aeronaves potenciais a serem substituídas até 2025. O nicho é dominado pelo venerando Hércules C-130, da Lockheed Martin, dos EUA.

A sua versão mais moderna, a J, deverá ter o preço reduzido para enfrentar a competição. Em favor do avião da Embraer está o fato de ser um projeto do século 21, birreator e mais eficiente, enquanto o confiável Hércules voa com quatro motores a hélice em versões desde 1954.

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

RITMO LENTO

A equipe de Michel Temer já afasta a possibilidade de a Câmara dos Deputados entrar de forma célere a denúncia que deve ser feita contra o presidente pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

TUDO VAZIO

A pedra no caminho são as festas juninas. Nesta época do ano, parlamentares do Nordeste passam boa parte do tempo em seus Estados para a tradicional celebração. O governo, portanto, dificilmente conseguiria organizar um quorum seguro para barrar a investigação —ela só pode prosseguir com autorização dos parlamentares.

AMPULHETA

Caso Janot apresente a denúncia no feriado, como se teme, o desgaste seria ainda mais prolongado.

CERTEZA

O governo estava seguro de que o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) absolveria Michel Temer da acusação de abuso de poder na eleição de 2014, mas teve uma surpresa: o voto do ministro Luiz Fux. Na semana anterior ao julgamento, ele era tido como voto seguro pró-presidente. Outros magistrados, de tribunais superiores, também computavam Fux como pró-governo.

DÚVIDA

Dias antes do início das sessões do TSE, o voto de Fux passou a ser computado como dúvida. Já na terça, no entanto, o governo se fixou definitivamente no placar de 4 a 3.

BONS AMIGOS

Depois da intensa troca de farpas públicas no julgamento do TSE, Gilmar Mendes, presidente da corte eleitoral, e Herman Benjamin, relator do processo de cassação, seguiram dialogando amistosamente. “As diferenças de opinião só servem para nos obrigar, como amigos, a concentrar nas identidades, que são muitas”, diz Benjamin, que define Mendes como “amigo-irmão”.

LINHA DIRETA

Nesta segunda-feira (12), os dois voltaram a conversar, por telefone.

CRUZ E VELA PRETA

O Conpresp (órgão municipal de patrimônio) decidiu arquivar o pedido de tombamento da sede da Cruz Vermelha em SP em uma sessão marcada por uma discussão entre moradores do bairro e pela pressão do grupo Iguatemi. A empresa tem um projeto pronto para um shopping no espaço, que foi apresentado pessoalmente, nesta segunda (12), pelo CEO Carlos Jereissati Filho. Com a participação no negócio, a Cruz Vermelha teria um ganho de R\$ 10 milhões por ano.

OS NOIAS

O conselho decidiu que os imóveis já foram descaracterizados, por isso não teria sentido protegê-los. A questão gerou uma guerra entre moradores do Planalto Paulista. Os contrários ao shopping reclamaram dos impactos negativos no trânsito e pediram um parque no lugar. E os favoráveis citaram a falta de comércio e segurança no bairro. “Se deixar só área verde vai encher de noias”, disse a moradora Mercia Romar.

QUEM AVISA...

O Ministério da Saúde lança nesta terça (13) um portal para incentivar hábitos saudáveis baseado em quatro pontos: combate ao cigarro e incentivo ao peso adequado, aos exercícios físicos e à boa alimentação. Usuários vão receber dicas e consultar receitas. No Brasil, 72% das mortes são causadas por doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, que seriam evitadas com estilo de vida correto.

VIRANDO DIVA

A cantora Thalita Pertuzatti, ex-participante do programa “The Voice Brasil” (Globo) que encarna Whitney Houston em espetáculo sobre a americana, gasta uma hora para se caracterizar, com peruca e maquiagem, antes de entrar no palco do Burlesque Paris 6, no Jardins.

2017 e a paúra de 1968

GAUDÊNCIO TORQUATO

“1968, o Ano que Não Terminou.” O livro de Zuenir Ventura, escritor que nos brinda com a leveza de sua pena nas crônicas do jornal “O Globo”, é um panorama do terror daqueles fatídicos tempos. Em março daquele ano, iniciava, aos 22 anos, minha experiência no magistério na Cásper Líbero.

Respirava-se um clima pesado. O medo se incrustava em todos os espaços. Passei a exercitar o policiamento mental na escolha de termos proibidos pela repressão. Risquei do vocabulário, por exemplo, o substantivo “comunidade”, por ter conotação comunista. Era o que dizia a cartilha que nos foi apresentada na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, onde também passei a lecionar.

Os tempos de chumbo pesavam. Em 28 de março de 1968, ao invadirem o restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, policiais militares mataram o estudante Edson Luís. O assassinato gerou uma onda de indignação, acirrando ânimos.

Manifestações explodiam, até chegarem ao dia 3 de outubro, quando, na rua Maria Antônia (São Paulo), estudantes do Mackenzie entraram em luta corporal com os alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

Encontrava-me no palco de guerra, até porque morava na esquina da Vila Nova com a Major Sertório, diante da praça Rotary e da biblioteca Monteiro Lobato.

No meio da confusão, não pude evitar as lágrimas provocadas por bombas de gás lacrimogêneo lançadas pela polícia. O medo nos seguia não apenas em salas de aula.

À noitinha, saíamos em grupo da Redação da **Folha**, na Barão de Limeira, onde trabalhávamos no departamento de Suplementos Especiais, para tomar um chopinho no Pingão, no largo do Arouche.

De repente, apareciam dois, às vezes três desconhecidos que, sem mais nem menos, começavam a puxar conversa. Eram dedos-duros a serviço do Dops (Departamento de Ordem Política e Social), com certeza. Esses estranhos se achavam no direito de invadir a privacidade das pessoas. Não os expulsávamos por receio de represálias.

O Estado policialesco inaugurado em 1964 era um pesadelo. De outra feita, como chefe de departamento de jornalismo da ECA-USP, acompanhei o professor José Coelho Sobrinho ao Dops com o intuito de esclarecer dúvidas a respeito do jornal laboratório feito pelos alunos para a “comunidade” (ops, não pode!) da fave-



Paulo Branco

O país se transforma em imensa delegacia de polícia com investigações e devassas. 2017 parece monitorado por olhos do Big Brother de 1968

la San Remo, colada ao campus do Butantã. Quase fomos trancafiados.

Qual a finalidade deste relato? Puxar para a ordem do dia o fio do rolo compressor de 1968. O Brasil atravessa uma estrada cheia de curvas, algumas abertas por operadores do direito.

O STF invade a esfera parlamentar. Os ministros da corte substituem sua missão de intérpretes da letra constitucional para adentrarem no território da política. O Ministério Público Federal conta com o apoio da Polícia Federal para realizar ações espetaculosas. Os escritórios de advocacia entraram na mira.

O procurador-geral elegeu como alvo o presidente da República. Ministros do TSE mostram-se tocados

por uma “sanha punitiva”, termo usado pelo próprio presidente do tribunal, Gilmar Mendes.

O país se transforma em gigantesca delegacia de polícia com investigações, devassa, busca e apreensão, prisões e conduções coercitivas, termos do novo dicionário político.

Até profissionais da mídia assumem papel de julgadores. Redes de comunicação, concessões do Estado, vestem a toga de juízes, produzindo catilinárias contra governantes. Há sinais de “boi na linha”, indicando que interlocutores estão sendo grampeados. O medo grassa.

Ou o serviço telefônico chegou ao fundo do poço em matéria de qualidade ou as redes de grampo nunca foram tão operadas quanto hoje. Junho de 2017 parece monitorado pelos olhos do Big Brother de 1968.

GAUDÊNCIO TORQUATO, jornalista, foi professor da Escola de Comunicações e Artes da USP. É consultor político

As viagens de Temer e Joesley

ÉRICA GORGA

Não é de hoje que as noções de público e privado confundem-se no Brasil. A mesma indistinção por vezes ocorre entre a propriedade da empresa e a propriedade de seus acionistas controladores.

A novidade talvez seja que essa confusão contaminou o trabalho dos próprios membros do Ministério Público, que, como técnicos, deveriam disseminar informações corretas sobre o dinheiro desviado em propinas e benesses a infratores.

Um exemplo: procuradores divulgam dados a respeito do desvio de dinheiro “público” do “petrolão”. Tecnicamente, segundo normas do direito brasileiro, o dinheiro desviado pertence à empresa Petrobras, que tem personalidade jurídica própria e patrimônio separado em relação ao Estado brasileiro.

A Petrobras é sociedade de economia mista na qual a União, apesar de ser acionista controladora, possui menos de 29% do capital total. A análise da propriedade acionária revela, portanto, que investidores privados arcaram, proporcionalmente, com a maior parte dos prejuízos advindos do megasquema de corrupção.

Seguindo tal fenômeno, que denominei de “petromonialismo” por não distinguir o desvio de dinheiro público do privado, vê-se agora o “Esleymonialismo,” que confunde

Joesley Batista ofereceu ao presidente o uso da aeronave custeada irregularmente por acionistas minoritários, da esfera pública e privada

o patrimônio da empresa JBS com propriedades particulares de Joesley e Wesley Batista, seus acionistas controladores.

Noticiou-se que Joesley, após a divulgação do escandaloso acordo de delação premiada, mudou-se com sua família para os Estados Unidos em “seu jato”, fato que, aliás, causou enorme indignação nacional. Ocorre que o citado jato, tecnicamente, não pertence aos irmãos Batista, mas sim à companhia JBS, conforme noticiou esta **Folha**.

Pequeno detalhe que só faz aumentar tal indignação. A JBS possui como acionistas o BNDES, com cerca de 21% das ações, a Caixa Econômica Federal, com 5%, e outros investidores, detentores de 30%.

Isso significa que o custo do leasing e das viagens das aeronaves é pago na proporção de 26% com dinheiro do próprio Estado —já que BNDES e Caixa são empresas públicas— e de 30% com dinheiro de investidores e acionistas privados.

Verifica-se, então, que Joesley ofereceu ao presidente da Repúbli-

ca —para, futuramente, poder cobrar o “favorzinho” financiado por chapéu alheio— o uso da aeronave custeada irregularmente por acionistas minoritários, tanto da esfera pública como da privada.

Se a utilização do jato fizesse parte da remuneração regular de conselheiros e diretores da empresa —os próprios Joesley e Wesley—, tal informação precisaria constar na política de remuneração da JBS, que deve ser oficialmente divulgada à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todavia, o emprego das aeronaves não consta como benefício indireto —ou seja, Joesley faz uso da propriedade da empresa para fins absolutamente particulares e alheios aos interesses dos demais acionistas.

Tal conduta já se encontra sob investigação em processo administrativo aberto pela CVM após a notícia veiculada pela **Folha**.

Cabe agora também investigar o uso ilegal das aeronaves da JBS para fins de lazer de convidados de Joesley, prática que lesa os acionistas minoritários da empresa, os quais não deveriam ser obrigados a cofinanciar viagens a Nova York, a Comandatuba (BA) e, provavelmente, a outros destinos turísticos.

ÉRICA GORGA, doutora em direito comercial pela Faculdade de Direito da USP, foi professora nas Universidades do Texas, Cornell e Vanderbilt (EUA)

HÉLIO SCHWARTSMAN

Temer vai ficando

SÃO PAULO - Com a vitória no TSE, o presidente Michel Temer vai ficando no cargo. A menos que apareça algo novo, ele também deve resistir à investida do procurador-geral da República, pois tem os 172 deputados necessários para evitar a abertura de um processo penal. O mesmo vale para o impeachment. O juízo político precisa ser autorizado por igual número de representantes.

A essa altura, o cenário mais verossímil para sua queda é o surgimento de uma nova denúncia que o faça perder sua base na Câmara ou desencadeie uma onda de protestos populares que tornem sua permanência insustentável. A nova denúncia é até provável. Pode vir de uma eventual delação premiada de Rocha Loures ou de Eduardo Cunha ou mesmo das investigações policiais. Não há garantias, porém, de que mais acusações produzam efeito diferente do que teve o áudio de Joesley.

Quanto aos protestos, eles são de fato uma incógnita. Ninguém sabe bem como surgem. Uma das poucas

pistas que a literatura nos dá é que eles são mais comuns quando a população tem expectativas elevadas que, por algum motivo, são frustradas. Faz bem uns dois anos que as expectativas estão ao rés do chão.

Para coroar isso, a cada mês que Temer consegue agarrar-se ao posto, menos sentido prático há em tirá-lo, já que a eleição direta para escolher seu substituto fica mais próxima.

Essa situação pode trazer alívio no front econômico, mas é muito ruim para a pauta ética, já que vamos engolindo um presidente que não reúne condições morais de ocupar o cargo. Tolerar isso é debilitante para as instituições. Nossa dificuldade de fundo é que estamos jogando simultaneamente dois jogos pouco compatíveis. Precisamos fazer com que as instituições republicanas se aprimorem e, ao mesmo tempo, enfrentar a crise econômica. Como esses objetivos são muitas vezes contraditórios, qualquer solução deixará necessariamente muito a desejar.

hello@uol.com.br

BERNARDO MELLO FRANCO

Casamento de conveniência

BRASÍLIA - O PSDB tirou o Dia dos Namorados para discutir a relação com o governo. O partido reclamou do parceiro, pediu que ele se comporte melhor, mas desistiu de sair de casa. O romance continua, pelo menos até a próxima desavença.

Não se trata exatamente de amor. O que mantém os tucanos unidos a Michel Temer é uma questão de conveniência. O casamento atende aos interesses pessoais de Geraldo Alckmin e Aécio Neves. Por isso, os dois sufocaram o movimento que pregava uma ruptura com o Planalto.

O governador paulista não esconde a sua obsessão: quer ser candidato à Presidência no ano que vem. Segundo aliados, ele está convencido de que tem mais chances de chegar lá se Temer ainda estiver no cargo.

No caso de uma eleição indireta, o DEM de Rodrigo Maia poderia dar uma rasteira nos tucanos e assumir o poder. Com isso, o PSDB ficaria ameaçado de perder a liderança do bloco de centro-direita e a preferência do empresariado na disputa de 2018.

A preocupação de Aécio é mais imediata. Denunciado sob acusação de corrupção passiva e obstrução da Justiça, o senador agora luta para não ser preso. Ele fará o que estiver ao alcance para preservar o mandato e o foro privilegiado no Supremo.

Os casos de Eduardo Cunha e Rodrigo Rocha Loures ensinaram que o dia da cassação é a véspera da prisão. E o Planalto promete proteger Aécio no Conselho de Ética em troca da permanência do PSDB no governo.

Enquanto der, os tucanos usarão as reformas como desculpa para justificar a união com Temer. Resta saber se a explicação será capaz de convencer o eleitor da sigla, que já se sentiu traído ao descobrir a distância entre o discurso e as práticas de Aécio.



Em entrevista à **Folha**, Gilmar Mendes atribuiu a uma "lenda urbana" a impressão de que ele é um juiz partidário. O Brasil estava mais bem servido com as lendas do Curupira, do Boitatá e do Saci-Pererê.

ALVARO COSTA E SILVA

O ridículo na política

RIO DE JANEIRO - O truísmo de Fernando Pessoa —que entre nós ganhou leitura melosa de Roberto Carlos e dramática de Maria Bethânia— garante que “todas as cartas de amor são ridículas”. No tempo atual em que não há mais cartas, muito menos as de amor, o ridículo migrou para a política.

Escreve Marcia Tiburi no seu recém-lançado livro “Ridículo Político” (Record): “As cenas ridículas —e seus personagens conhecidos— traduzem o sentimento da política em nossos dias, não como uma bagunça espontânea feita por gente despreparada para os cargos que ocupa. A esbórnica política em que vivemos é produzida e sustentada pelos objetivos de poder”.

O julgamento da chapa Dilma-Temer pelo Tribunal Superior Eleitoral é um exemplo perfeito dessa ideia. No afã de salvar a pele de um presidente investigado por corrupção e negar o óbvio —que a campanha de 2014 foi uma das mais sujas da his-

tória do país—, valeu tudo. Um espetáculo que superou, no grotesco da encenação, aquele domingo, em abril de 2016, no qual se aprovou na Câmara dos Deputados o impeachment de Dilma.

São momentos caricaturais do longo processo de 8.000 páginas: o ministro Admar Gonzaga disse que não costuma verificar seu saldo bancário —deve ser o único brasileiro a gozar tal privilégio. O ministro Napoleão Nunes Maia Filho invocou “a ira do profeta” e fez um sinal de degola— o alvo seria a atuação da imprensa e do Ministério Público. Faltou o ministro Gilmar Mendes. Bem, Gilmar Mendes age como a caricatura de si mesmo.

Na quarta(7), enquanto os trabalhos no TSE eram retomados, uma mulher tentou invadir o Palácio do Planalto aos gritos de “Temer, te amo”. Depois, deitou-se no chão. Ela deu sinais de que não bate bem da bola e precisa de ajuda. Diante da concorrência, a cena ridícula que protagonizou foi leve.

NABIL BONDUKI

Perder ganhando

“Pai, o que você está fazendo aí no escuro?”. Das inúmeras questões tratadas por Fernando Haddad na revista “piauí”, foi esse trecho que mais me sensibilizou.

Em um final de tarde melancólico, ele perdeu a noção do tempo pensando que sua reeleição tinha se inviabilizado depois do (desastrado) processo político do reajuste da tarifa, em junho de 2013.

A popularidade despencou, a esquerda se decepcionou e a direita se organizou nas ruas, em um prenúncio do ocaso dos governos petistas. Haddad, então, colocou em segundo plano a intenção de governar oito anos e administrou como se não fosse ter outro mandato. Poderia ter tido, pois essa opção lhe permitiu realizar uma gestão ousada e inovadora.

Para a falida cultura política brasileira, mede-se o sucesso de um governante por sua reeleição. Muitos só pensam em resultados a curto prazo, inauguração de obras vistosas, que alimentam o “caixa”, e favores em ano eleitoral.

Nada de planejar o futuro, com estratégia urbana, econômica e social. Não dá voto. O PT, após as inovadoras gestões dos anos 1990, não ficou imune a essa lógica. Haddad reatou com o espírito e o frescor dessas primeiras gestões.

A conjuntura criada por junho de 2013, a perda de receita gerada pelo congelamento

da tarifa e do IPTU e a dificuldade de obter recursos federais para grandes obras obrigaram Haddad a ousar, enfrentando questões estruturais, como a “cultura do automóvel”.

Decidiu suspender o caríssimo e desnecessário túnel Roberto Marinho, contratado por Kassab, contrariando as oito maiores empreiteiras do país.

Com baixíssimos custos, democratizou ruas e avenidas, priorizando faixas de ônibus, ciclovias, segurança no trânsito (com a impopular redução da velocidade) e ruas abertas.

Medidas essenciais, mas que desagradaram até quem não usa automóvel, manipulados pela mídia eletrônica, que fez oposição sistemática. As multas, necessárias para mudar as mentalidades, foram usadas pelos adversários nas eleições.

Como relator do Plano Diretor, testemunhei essa metamorfose do prefeito. Para elaborar o substitutivo, nos reuníamos semanalmente para debater as mudanças que eu pretendia fazer no texto, introduzindo instrumentos ousados e efetivos. Tinha receio de que ele seria relutante, como outros prefeitos com quem trabalhei.

Para minha surpresa, essas propostas foram aceitas e melhoradas pelo prefeito, que as defendia com convicção.

Com esse ensaio, Haddad mostra que é um político diferenciado. O Brasil está precisando. Para consolidar essa imagem, precisa fazer uma reflexão crítica, apontando erros e acertos da sua gestão, com tanto desprendimento quanto teve de sinceridade na “piauí”.

NABIL BONDUKI escreve às terças-feiras nesta coluna.

Água na fervura

Ao menos quatro integrantes do Supremo foram procurados, no fim de semana, pelo ministro da Justiça, Torquato Jardim, numa operação para mitigar suspeitas de que a Abin estaria espionando o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato. Jardim foi acionado depois que a presidente do STF, Cármen Lúcia, divulgou pesada nota condenando a suposta ação mesmo após Michel Temer negar qualquer ato neste sentido diretamente a ela. O clima entre os poderes é de desconfiança.

RSVP A Rede apresentou, nesta segunda (12), pedido de convocação do ministro do GSI, Sergio Etchegoyen, para que ele dê explicações sobre informação da revista "Veja" de que Michel Temer teria acionado a Abin para investigar Edson Fachin.



Tudo um pouco Com quem falou, Torquato Jardim adotou um mantra quando perguntado sobre como está a vida na Justiça. "Acordo com a tanga e termino o dia com a toga", disse a colegas, numa brincadeira com o leque de assuntos da pasta.

Más línguas A decisão de Cármen Lúcia de nomear diretora-geral do Conselho Nacional de Justiça Julhiana Melloh foi amplamente criticada no Supremo e no CNJ. A servidora é casada com o juiz auxiliar do gabinete da presidente do STF.

Regime fechado A Justiça de São Paulo negou pedido de habeas corpus da defesa de Silvonei José de Jesus Souza, hacker que clonou o celular de Marcela Temer e chantageou a primeira-dama.

Vespeiro Na decisão contra o hacker, os juízes destacaram "a gravidade dos delitos, que constituem inegável fonte de clamor público".

Tiro na asa Vencida a ala que pregava o desembarque do PSDB do governo, tucanos acordaram que foi um erro crasso estabelecer prazo para deliberar sobre a questão.

Gaiola As idas e vindas ampliaram o desgaste do partido. Agora, um grupo de cinco deputados estuda trocar o tucanato pelo PSL, que vai mudar de nome para Livres.

Lugar certo Rui Falcão, que deixou a presidência do PT para a senadora Gleisi Hoffmann (PR), aceitou ocupar cargo no diretório nacional da sigla. Todo o quadro será montado no fim deste mês.

Gol de letra Em tempos de "gestores" na política, o nome do presidente do Flamengo, Eduardo Bandeira de Mello, surge como possível candidato ao governo do Rio. Sua atuação para sanear a crise financeira do clube é vista com bons olhos pela Rede.

Más línguas 2 Houve forte reação, especialmente porque Melloh assumiu o posto de um antigo funcionário do CNJ. A nomeação foi publicada nesta segunda-feira (12). Há divergência no CNJ sobre se é possível falar em nepotismo. Procurada, a assessoria do conselho não retornou.

Encontro marcado O ministro Marco Aurélio Mello, relator no STF do pedido de prisão de Aécio Neves (PSDB-MG), indicou que deve levar o caso para a primeira turma da corte na próxima semana, no dia 20.

Nova direção O Banco do Brasil vai reformular seu setor de contratações. Depois, no segundo semestre, vai publicar novo edital para a escolha de agências de publicidade.

» com THAIS ARBEX e JULIA CHAIB

tiroteio

Esse é o retrato de um país complacente com a tortura. Temos que nos questionar sobre o tipo de sociedade em que vivemos.

DE JUANA KWEITTEL, diretora da ONG Conectas, sobre os dois homens que torturaram um adolescente e tatuaram a palavra 'ladrao' na testa dele.

contraponto

No laço

Na quinta (8), Renan Calheiros (PMDB-AL) homenageou o bicentenário de seu Estado em um discurso. Ao fim da fala, destacou o potencial da vaquejada e citou o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE).

— Temos, assinada pelo senador Eunício, proposta para regulamentação da vaquejada que, tenho certeza, pelos compromissos com Ceará e com o Nordeste, vai ter uma rapidíssima tramitação!

Eunício, então, respondeu:

— Realmente, Alagoas é fascinante. E vossa excelência não deixou de ser vaqueiro ainda.

— Não! Estou em pleno vigor! — respondeu Renan.

Revolução partidária

Guardadas as proporções e circunstâncias, a França vive seu momento “Que se vayan todos!”, o mote que movia protestos de rua na Argentina durante o colapso político e econômico de 2001.

Nos comentários sobre o resultado do primeiro turno das eleições legislativas deste domingo (11), era frequente chamar-se a atenção para a onda de “dégagisme” — algo como “saiforismo” — que deve apenar os partidos tradicionais na Assembleia Nacional.

A reviravolta liderada por Emmanuel Macron continua. Seu movimento, agora partido, “La République en Marche”, deve eleger mais de 400 deputados, ou 70% das cadeiras da Assembleia —apesar de ter recebido não mais de 32% da votação total, resultado possível em eleições distritais.

Há menos de um ano, Macron ainda era ministro econômico do impopularíssimo governo socialista. Apenas em abril de 2016 fundou seu movimento político.

Então pequena reunião de dissidentes dos partidos de centro-esquerda e centro-direita, o “En Marche!” logo atraiu noviços da política partidária. Cerca de metade dos candidatos da agremiação são oriundos do que se pode chamar de sociedade civil.

A eleição de Macron já eviden-

ciava os sintomas de descrédito da política tradicional; agora, sua provável vitória parlamentar reduz dramaticamente a relevância das legendas históricas.

O Partido Socialista, majoritário na legislatura que se encerra, pode ver seu número de cadeiras reduzido a menos de um décimo, 25 representantes, o pior desempenho em pelo menos seis décadas.

Já a direita tradicional, liderada por “Les Républicains”, corre o risco de encolher pela metade ou mais, para cerca de 90 deputados.

Tais projeções precisam ser consideradas com certo cuidado. No domingo, a taxa de abstenção em eleições parlamentares, de 51%, foi recorde na Quinta República francesa, iniciada em 1958. Das 577 cadeiras, 573 ainda estão em disputa; a composição dos votantes pode mudar daqui a alguns dias.

Os derrotados começaram campanha intensa para que não se dê vitória acachapante ao presidente.

Qual seja a dimensão da maioria, Macron e seu partido estão perto de obter os votos suficientes para levar adiante, sem alianças, seu programa. No topo da pauta estão tabus para a sociedade francesa, como a flexibilização das leis do trabalho, com diminuição do poder dos sindicatos, e o endurecimento de leis antiterrorismo.

Temer, Janot, Itararé

Governistas planejam rejeitar rapidamente, na Câmara, denúncia contra o presidente; estratégia dependerá da solidez da peça acusatória

O mercado brasileiro de informações de bastidor movimentou-se de modo frenético nos últimos dias, desde que ganhou força a expectativa, afinal confirmada, de absolvição do presidente Michel Temer (PMDB) pela Justiça Eleitoral.

O consórcio investigativo e judicial reunido em torno da Lava Jato faz saber que, superado o julgamento da chapa presidencial vitoriosa em 2014, Temer se verá em breve às voltas com novas e graves acusações formais.

Mais precisamente, diz-se que até a próxima segunda-feira (19) o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pode acusar Temer de corrupção passiva e, talvez, de outros crimes cometidos durante o exercício do mandato.

A rapidez seria explicável pelos prazos previstos no Código de Processo Penal. Entretanto a Polícia Federal pediu e obteve mais tempo para concluir o inquérito aberto a partir das delações da JBS, o que torna a data menos certa.

De seu lado, o núcleo governista também propaga seus trunfos, por meio de declarações públicas e arrazoados anônimos.

Aponta-se que, pela Constituição, um processo contra o presidente da República precisa ser, além de acolhido pelo Supremo Tribunal Federal, aprovado por dois

terços da Câmara dos Deputados. É improvável que tamanha maioria se forme em tempo exíguo contra Temer, a despeito de seu inegável enfraquecimento.

No papel, as legendas da coalizão de apoio ao Planalto —incluído na conta o hesitante PSDB— dispõem de mais que o dobro dos votos necessários para barrar a ofensiva do procurador-geral.

Haverá defecções, decerto, mas tendem a ser limitadas pelo instinto de preservação a unir os caciques partidários sob a mira da Lava Jato.

Calcula-se, assim, que uma rápida rejeição pela Câmara —de forma a reduzir a probabilidade de surgimento de fatos novos— faria do processo uma espécie de Batalha de Itararé, a ser encerrada, sem derramar sangue político, em questão de dias ou semanas.

Todo esse roteiro dependerá, é óbvio, da solidez da peça acusatória a ser elaborada por Rodrigo Janot. Não se discute que pairam suspeitas seriíssimas sobre Temer: este seria, na versão de um delator, o beneficiário de propina de R\$ 500 mil entregue pela JBS ao ex-assessor Rodrigo Rocha Loures.

Desconhece-se, no entanto, a totalidade das evidências e depoimentos coletados pelos investigadores; o próprio Loures, ao que se sabe, mantém-se em silêncio.

Uma denúncia bem fundamentada dificultará sobremaneira o engavetamento planejado pelos governistas; sem ela, o procurador correrá o risco de ampliar o desgaste que sofreu ao fechar o generoso acordo de delação com a JBS.

O Metro Jornal é impresso em papel certificado FSC, garantia de manejo florestal responsável.



MÚSICA NO CINEMA

9ª EDIÇÃO DO FESTIVAL IN-EDIT COLOCA OS MÚSICOS NO PAPEL PRINCIPAL PÁG. 08

metro

www.metrojornal.com.br | leitor.sp@metrojornal.com.br | www.facebook.com/n



O saxofonista John Coltrane, que tem a vida retratada em 'Chasing Trane'

SÃO PAULO

Terça-feira, 13 de junho de 2017
Edição nº 2.554, ano 11



MÍN: 12°C
MÁX: 21°C



REPRESSÃO RUSSA

Atos contra Putin têm quase mil pessoas detidas PÁG. 07

Manifestante é levado por policiais russos durante protesto no centro de Moscou | TATYANA MAKEYEVA / REUTERS

Poupança volta a ser boa opção para investir

Seu bolso. Com inflação em queda e redução na taxa de juros do Banco Central, ganho com a caderneta chegou a 4,37% nos últimos 12 meses até maio; é o melhor rendimento desde 2006 PÁG. 06

PSDB decide ficar na base de Temer

Tucanos citam reformas trabalhista e da Previdência como justificativas para decisão tomada em Brasília PÁG. 05

Rodoanel norte só abre no ano que vem

Trecho previsto para ser entregue este ano deverá ser liberado, em duas etapas, até agosto de 2018 PÁG. 03



A mesma praça... ...mas sem barracas. PM vigia Princesa Isabel para evitar volta das tendas PÁG. 02

ANDRÉ PORTO / METRO

Rodoanel será aberto com atraso e em duas etapas

Norte. Em obras desde 2013, trecho que vai fechar o anel viário só deverá ser liberado para o tráfego em março do ano que vem. Acesso ao aeroporto de Cumbica só em agosto

Em obras desde 2013 e previsto pela última vez para ser aberto ainda neste ano pelo governo do Estado, o trecho norte do Rodoanel só deverá ser entregue em 2018. E em duas etapas.

O prazo foi informado pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB), que visitou ontem o canteiro de obras e acionou o detonador que uniu duas pontas das escavações que irão se tornar o maior dos túneis da estrada.

Segundo Alckmin, as pistas serão abertas para os carros em março do ano que vem e a ligação exclusiva com o aeroporto de Cumbica será liberada em agosto.

O trecho norte é o único ainda em obras e terá 44 quilômetros, mais 3,6 quilômetros do acesso ao aeroporto. O ramal vai unir as

rodovia dos Bandeirantes, no trecho oeste, e Presidente Dutra, no trecho leste – fechando o anel viário.

Ao longo das obras, o Estado justificou que os atrasos foram motivados por dificuldades como problemas com as construtoras, cuidados ambientais e a demora na liberação das desapropriações pela Justiça. “Faltavam 26%, hoje faltam 13% para desapropriação em Guarulhos”, disse ontem Alckmin ao afirmar que os processos foram acelerados após a substituição de um juiz.

O trecho norte – com investimento total de R\$ 8,1 bilhões – é assunto da Justiça também por outra razão: as obras são investigadas por suspeita de superfaturamento em serviços de terraplenagem. **METRO**

OS TRECHOS

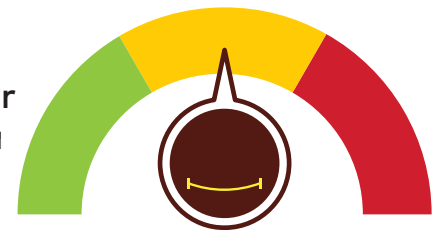
Inaugurações

SUL	>> 2010
LESTE	>> 2014 E 2015
OESTE	>> 2002
NORTE*	>> MAR. E AGO/2018

*PREVISÃO



Nível de dor
de cabeça



Publicidade

Cartel dos trens. Promotor apresenta nova denúncia

O ex-presidente da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) Manuel Bandeira e outros três executivos da estatal, além de empresários, foram denunciados criminalmente pelo Ministério Público Estadual por participação no cartel de trens de São Paulo.

De acordo com o promotor Marcelo Mendroni, eles são responsáveis por crimes contra a ordem econômica

e fraudes em licitações.

O Ministério Público afirmou que o grupo fraudou contratos de manutenção e reforma de trens em 20% e que o superfaturamento estimado é de R\$ 538 milhões, em seis acordos de 2012.

A CPTM afirmou que entende que os contratos citados são regulares e que “a companhia e os empregados apresentarão suas alegações em juízo”. **METRO**

PM vigia praça para barrar novas tendas

No centro. Forças de segurança reforçam patrulhamento no entorno da Princesa Isabel, novo endereço da Cracolândia, para evitar que usuários e traficantes montem barracas

No dia seguinte à segunda grande operação realizada na região da Cracolândia, a Polícia Militar e a GCM (Guarda Civil Metropolitana) reforçaram o patrulhamento na praça Princesa Isabel e no seu entorno.

A intenção, agora, é impedir que traficantes e usuários de drogas voltem a montar barracas no local, que já é identificado como a nova Cracolândia por conta da grande concentração de dependentes químicos após a primeira grande operação policial, em 21 de maio.

O **Metro Jornal** esteve ontem na praça e percebeu a diminuição no volume de usuários de drogas, que voltaram para lá ainda no domingo e estão presentes com carrinhos e outros objetos, mas sem barracas.

O policiamento também foi reforçado, e com a realização de revistas. Carros Polícia Militar circulavam constantemente pelas ruas ao redor da Princesa Isabel.

Consequências

Para comerciantes vizinhos, a operação de domingo fez com que usuários de drogas, que antes se aglomeravam na praça Princesa Isabel,

“Vamos ficar na praça Princesa Isabel até quando for necessário”

MÁGINO ALVES BARBOSA, SECRETÁRIO ESTADUAL DA SEGURANÇA PÚBLICA

agora estejam espalhados pelo bairro. Eles reclamam do aumento de furtos.

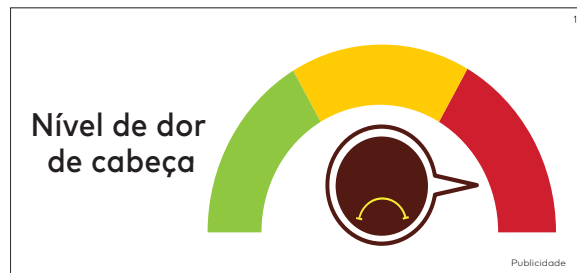
Lindomar de Oliveira é dono de loja na avenida Duque de Caxias e disse que a calçada estava muito suja ontem de manhã. Apesar disso, para ele, este é um “mal necessário”. “Acho que essas operações vão resolver o problema da Cracolândia”.

Ontem, a prefeitura deu início às obras em terreno na rua General Rondon, a 50 metros da praça Princesa Isabel, onde deverá ser instalada unidade de atendimento emergencial aos usuários. Questionada pela reportagem, a gestão João Doria (PSDB) não informou prazos. Há duas semanas, a administração já havia tentado iniciar as instalações, mas foi impedida por vizinhos.

A prefeitura informou que já foram realizados 7,4 encaminhamentos para acolhimento e 259 internações voluntárias. **METRO**



Dependentes aglomerados na praça na tarde de ontem | ANDRÉ PORTO/METRO



Carnaval. Prefeitura nega irregularidade em edital

O secretário municipal de Cultura, André Sturm, afirmou ontem que o processo de escolha da patrocinadora do Carnaval deste ano na capital respeitou as regras do edital e admitiu que se reuniu com representantes da empresa, mas para negociar os serviços prestados.

Em reportagem, a Rádio CBN afirmou que a Prefeitura de São Paulo orientou a Ambev, que venceu a concorrência por R\$ 15 milhões por meio da agência Dream Factory, a inflar a proposta. As empresas negam irregularidade. O Ministério Público investiga o caso. **METRO**

DIÁRIO DO GRANDE ABC



Grande ABC projeta frente de combate à poluição ambiental

Consórcio Intermunicipal promove seminário no qual vão ser debatidas, entre outros assuntos, criação e manutenção de observatório ambiental

Mapear o cenário de degradação do meio ambiente no Grande ABC e fornecer instrumentos para a definição de políticas públicas voltadas ao combate à poluição ambiental e à recuperação de áreas e recursos natu-

rais como a água. Esses são alguns dos objetivos do GT (Grupo de Trabalho) Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal, que abre as discussões em torno do tema hoje, com seminário no qual também serão co-

locadas em pauta a criação e manutenção de observatório ambiental da região, órgão que será o responsável por nortear as ações que deverão ser realizadas em conjunto pelos sete municípios. **Setecidades 4**

SÃO CAETANO



Denis Maciel

EM OBRAS. Escola municipal já recebe serviços bancados pela Rede D'Or

Rede de hospitais assina parceria e faz melhorias

A Rede D'Or assumiu ontem, ao assinar acordo de cooperação com a Prefeitura, o compromisso de investir cerca de R\$ 1,2 milhão em obras de drena-

gem, reforma de escola e melhorias no sistema viário perto do Hospital e Maternidade São Luiz, unidade que será inaugurada amanhã. **Setecidades 1**

Diário nos Bairros leva serviços à população do Jd.Mombae

Setecidades 5 e 6

DIA DE SANTO ANTÔNIO

Celso Lali



A Paróquia de Santo Antônio, na Vila Alpina, em Santo André, terá programação extensa hoje, a partir das 7h, para celebrar o santo casamento. Missas ao longo do dia, quermesse, bênção dos pães e venda do tradicional bolo fazem parte da festa, que exige fechamento de ruas em frente à igreja. **Setecidades 4**

NA FACULDADE DE MEDICINA DO ABC

Sessões com laser removerão a tatuagem da testa de jovem

O adolescente de 17 anos que teve tatuada na testa a frase 'Eu sou ladrão e vacilão', sob acusação de tentar roubar bicicleta, poderá remover

a tatuagem graças à parceria entre a Prefeitura de São Bernardo e a Faculdade de Medicina do ABC, que fará sessões de laserterapia. **Setecidades 3**

NO GRANDE ABC

Preço dos imóveis apresenta redução em maio; Diadema tem principal recuo

Imóveis da região registraram queda no valor médio do metro quadrado em maio, com destaque a Diadema, que teve redução de -1,1% em relação a abril e -8,2% no período de 12 meses. Superoferta e baixa procura são consideradas as responsáveis pelo resultado. **Economia 6**

DROGAS

Campos Machado prega pressionar ministros do STF contra legalização

O deputado estadual Campos Machado, presidente do PTB paulista e criador da Frente de Combate à Liberação da Maconha e Cocaína, afirmou ontem que o objetivo do grupo será pressionar os ministros do STF a barrar judicialmente a legalização das drogas. **Política 4**

EM SANTO ANDRÉ

FUABC dá início à reestruturação e demite parentes de diretor jurídico

Alegação da FUABC (Fundação do ABC) é a de que está em andamento processo de reestruturação. A primeira vítima do corte foi a advogada Tatyana Mara Palma Tavares, mulher do diretor jurídico da entidade, Sandro Tavares. Outros parentes dele devem ser dispensados. **Política 3**

ÍNDICE

Política/Economia	4
Setecidades	4
Esportes	4
Cultura/Lazer	4
Imóveis	2
Empregos/Oportunidades	2

Nesta edição 24 páginas

EDITORIAL

Legado inestimável

COLUMNAS

CENA POLÍTICA: Regra do jogo para a eleição de 2018 **Política 4**

QUESTÃO DE EMPREGO: O que as empresas esperam **Economia 6**

MEMÓRIA: Trabalho acadêmico, futebol e sindicalismo **Setecidades 2**

NADA DE PARAR

Barbeiro chega aos 90 anos na ativa no bairro Cerâmica

Morador do bairro Cerâmica, José Raggi aprendeu o ofício aos 13 anos. Hoje completa 90, e 77 de profissão. **Setecidades 4**



Denis Maciel

SEGREDOS. Para José Raggi, não ter vícios e dormir cedo explicam longevidade

Campos prega inundar o STF de críticas à liberação da maconha

Deputado paulista vê ameaça nacional caso Supremo descriminalize porte da droga

RAPHAEL ROCHA

raphaelrocha@dgabc.com.br

Após lançar a Frente de Combate à Liberação da Maconha e Cocaína, o deputado estadual Campos Machado, presidente paulista do PTB, afirmou que o principal objetivo do grupo será pressionar os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) a barrar judicialmente a legalização dos entorpecentes.

Há, no Supremo, processo que trata da descriminalização do porte de drogas, mas a ação está travada desde que Teori Zavascki pediu vistas e interrompeu o julgamento. Teori morreu em janeiro e, desde então, a única posição pública sobre o assunto foi do ministro Luís Roberto Barroso, que defendeu a liberação

da maconha, inclusive com autorização para produção, distribuição e consumo.

“Precisamos inundar as caixas de e-mail dos ministros contra esse absurdo (*de liberar a maconha*). Estudos mostram que a maconha é porta de entrada para outras drogas. Logo o cidadão não vai se contentar com a maconha, partirá para a cocaína e, então, para o crack. Não podemos deixar isso passar. A ameaça é nacional”, declarou Campos, em visita à sede do **Diário**.

O petebista declarou que há mapeamentos que indicam a penetração do crack “em todo o Estado de São Paulo, nas 645 cidades” e que “liberar a maconha seria criar um erro porque não estamos lidando com um gatinho e sim com um monstro”. “O ministro Bar-



CAMPOS. Internação compulsória não é o caminho principal

roso até disse que a descriminalização iria tirar mais gente da cadeia. Iria tirar mais gente da cadeia e colocar em hospitais e cemitérios.”

No domingo, o **Diário** mostrou que a cidade de Mauá possui nível alto de preocupação com relação ao problema do crack, conforme mapeamento da Confederação Nacional dos Municípios – ranking é atualizado mediante informações enviadas pelas prefeituras. São Bernardo, São Caetano e Diadema têm índice médio de alerta, enquanto em Ribeirão Pires a classificação é baixa.

Campos criticou a postura da prefeitura de São Paulo, chefiada por João Doria (PSDB), no tratamento da Cracolândia, na região central da Capital. “É um assunto delicado.

Há risco de haver várias Cracolândias. Tem de haver muito cuidado. Nessas investidas você corre risco de cometer injustiças, porque há vítimas nesses lugares.”

No domingo, intervenção da Polícia Militar e da GCM (Guarda Civil Metropolitana) de São Paulo foi criticada pelo uso da força. Ao jornal *Folha de S.Paulo*, o tenente-coronel Miguel Daffara declarou que haverá “batalha diária” na Cracolândia.

“Acredito que a internação compulsória é em ultimíssimo caso. Temos de ter cuidado com os aproveitadores, aqueles que abrem clínicas de internação compulsória e tentam capitalizar com isso. Acredito que deveria haver avaliação médica prévia”, finalizou Campos Machado.

FUABC inicia demissões de parentes de diretor jurídico

Entidade afirma que está em processo de reestruturação interna, que englobaria diversos setores da Fundação; uma saída foi confirmada

HUMBERTO DOMICIANO

humbertodomiciano@dgabc.com.br

A FUABC (Fundação do ABC) iniciou processo de demissão de parentes do diretor jurídico da entidade, Sandro Tavares, e do médico diretor do AME (Ambulatório Médico de Especialidades) de Santo André, Gilberto Palma.

A advogada Tatyana Mara Palma Tavares, mulher de Sandro, foi desligada da instituição no dia 25 de maio.

A alegação é a de que está em andamento processo de reestruturação interna, que engloba diversos departamentos, inclusive a diretoria jurídica. “As mudanças ainda estão em curso e pretendem reduzir custos com a folha de pagamento e a partir da melhoria de processos internos, moder-

nização da gestão e otimização da estrutura organizacional”, afirmou a entidade.

Especula-se que outros familiares possam sair da FUABC em breve. O **Diário** noticiou, em maio, que a família possuía cinco integrantes em funções cujos salários variam de R\$ 5.472,22 a R\$ 18.556,37 – juntos, esses parentes ganhavam R\$ 58.817,30 por mês.

Gilberto Palma viu a instituição contratar suas filhas Alessandra Mara Palma (ginecologista e obstetra) e Tassy Mara Palma Episcopo (advogada). Os três estariam em possível lista de demissões do quadro da instituição.

A FUABC voltou a apontar que os funcionários são todos profissionais técnicos, com formação em Medicina ou em Direito – com respectivos regis-

tros profissionais junto ao Cremosp (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo) e à OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

Gilberto Palma ingressou nos quadros da FUABC em março de 2004. Formado na FMABC (Faculdade de Medicina do ABC) em 1975, ele já ministrou aulas de Ginecologia e Obstetrícia no local. Ele recebe R\$ 17.297,36 mensais. A Fundação disse que Palma “exerce o cargo de diretor técnico do AME de Santo André, por indicação da Congregação da Faculdade de Medicina do ABC e com aprovação unânime e sem ressalvas do conselho de curadores da Fundação do ABC.”

Já a filha de Gilberto Palma, Alessandra Mara Palma, foi admitida em abril de 2001, “em

processo seletivo público para o cargo de médico, tendo seu ato de admissão aprovado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo”, segundo a FUABC. Tatyana foi contratada em maio de 2006.

Tassy foi contratada em janeiro de 2016, para o setor jurídico. Entre suas funções está a análise de processos administrativos junto ao TCE (Tribunal de Contas do Estado), além de análises técnicas, confecção de contratos e pareceres jurídicos.

A organização pratica pagamento de supersalários – alguns com contracheques superiores aos de prefeitos e governadores – e chegou a ter 22.424 servidores simultaneamente, sem dar publicidade a dados que deveriam ser públicos.

CASA NÃO POSSUI REGRA ESPECÍFICA

Câmara de Santo André mira punição a vereador ausente

Integrantes da mesa admitem legislação frouxa; colega encabeça lista de falta em votações

FÁBIO MARTINS

fabiomartins@dgabc.com.br

A Câmara de Santo André, presidida por Almir Cicote (PSB), estuda mudanças na LOM (Lei Orgânica do Município) e no regimento interno para punir casos de ausências não justificadas de vereadores nas votações, situação já verificada em Legislativos vizinhos. Os componentes da mesa diretora reconhecem legislação branda, o que hoje facilita a conduta sem qualquer tipo de sanção. O *Diário* divulgou ranking regional no domingo, contendo o parlamentar andreenense Roberto Rautenberg (PRB) na liderança. Ele não votou em 13 de 19 apreciações de projetos do Executivo – passou em branco em 68,4%.

Cicote admitiu reunião com

os colegas da mesa para criar debate, sinalizando discussão sobre penalidades que possam surgir sobre “atitudes de comprometimento”. Segundo o dirigente, uma das alternativas do plano é cortar proporcionalmente parte do subsídio parlamentar, atualmente em R\$ 15 mil, e que tende a ser apresentado após período de recesso, no segundo semestre. “Pode ser que seja isso (*redução*), mas há, talvez, outras formas de inibir essas faltas”, ponderou, ao frisar que o cenário não é corriqueiro na esfera municipal. “Difícilmente os vereadores, com algumas exceções, deixam de participar das sessões. Isso realmente precisa ser avaliado.”

O vereador Luiz Alberto (PT), vice-presidente da Casa, adiantou que engrossará posi-



CICOTE. Cita discussão sobre corte de subsídios



LOPES. Fala em criação de corregedoria na Casa

ção por desconto no salário do parlamentar em caso de ausência não justificada. “Em qualquer trabalho, se não justifica falta, perde o dia (*remuneração*). Tinha de ser assim aqui também”, disse, ao acrescen-

tar que falta só pode ser acatada, “como em qualquer outro lugar”, mediante justificativa. “Apenas em caso de doença, morte (*de ente próximo*), motivos graves particulares. Falta por falta não dá. São apenas

duas sessões por semana.”

Segundo secretário da mesa, Fábio Lopes (PPS) afirmou ser favorável à implantação de corregedoria no Legislativo que atue na fiscalização e, se for o caso, punição sobre episó-

dios de desvio de conduta de vereadores, bem como outros funcionários públicos. “Somente com um órgão assim podemos atualizar a lei orgânica, código de ética e exigir mais eficiência do agente público. Hoje, de fato, as normas são extremamente frouxas”. Para ele, a Câmara de Santo André “parou no tempo”. “Queremos discutir medidas mais duras e modernas, coibindo determinadas falhas.”

CAMPANHA

O presidente deu início ontem à campanha interna na Casa para diminuir o uso de copos plásticos. Cicote alegou ter comprado canecas para distribuição aos 328 servidores, visando estimular medidas de sustentabilidade e de economia. “Ideia é criar ambiente, incentivando, além da redução de custos. No ano passado foram gastos quase R\$ 9.600. Cerca de 285 mil copos.”

RIO GRANDE DA SERRA

Para Maranhão, pedido de impeachment é obra da oposição

Prefeito tucano argumenta que documento protocolado na Câmara tem motivo político



MARANHÃO. Diz que oposição quer ganhar pleito no tapetão

FELIPE SIQUEIRA

Especial para o *Diário*

felipesiqueira@dgabc.com.br

Prefeito de Rio Grande da Serra, Gabriel Maranhão (PSDB) enxerga que pedido de impeachment, protocolado na Câmara por grupo de advogados contra sua administração, é uma tentativa dos opositores a seu bloco político de se manterem vistos pela população.

“(Os políticos da oposição) Dizem que vão ganhar (*a cadeira de prefeito da cidade*) no tapetão (*sem votação*). Já desci do palanque desde novembro (*quando acabou a elei-*

ção), eles ainda não”, disse.

No pedido de impeachment, feito pelo grupo de advogados de Rio Grande da Serra, foi questionada a maneira que Gabriel Maranhão atua no Paço de Rio Grande, com acusações de infrações ao regimento interno do Legislativo da cidade, presidido pelo correligionário João Mineiro (PSDB), à LOM (Lei Orgânica do Município), além de legislações federais que não foram seguidas, já que, segundo o grupo que protocolou o impeachment, a Prefeitura não disponibiliza corretamente informações sobre a receita e contas da cidade, pelo

Portal da Transparência da gestão tucana.

Outro ponto destacado pelos advogados foi o que, para eles, caracteriza uma precarização da estrutura da Etec de Rio Grande da Serra.

Os autores do documento protocolado na Câmara alegam que o prédio tem aparentes problemas estruturais. Sobre este caso, o prefeito falou que a estrutura precisa de reparos, mas que, ao mesmo tempo, está sendo verificado o que é de responsabilidade do município conservar e o que é necessário auxiliar do governo do Estado de São Paulo. “Eles estão crian-

do factoides para alimentar o sonho deles de ganhar no ‘tapetasso’.”

Para Maranhão, com a vitória obtida no TRE-SP (Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo), que julgou improcedente pedido de cassação a seu mandato em processo que afirmava que havia sido cometido abuso de poder político e econômico por parte de Maranhão, a oposição está sem munição. “A vaca foi para o brejo (*para os opositores*)”, tripudiou. “A coisa está preta e eles continuam no palanque. Agora (*para eles*), como a situação está, só resta sonhar”, falou.



Regra do jogo para a eleição de 2018

Começa a ganhar força na Câmara dos Deputados o modelo distrital no pleito do ano que vem. Esse sistema aponta que o eleito será aquele que tiver mais votos, sem contas de quociente eleitoral. Seriam vencedores, então, os 94 nomes mais votados à Assembleia Legislativa e os 70 deputados federais paulistas com maior número de adesões. Caso haja mudança nesta regra do jogo, muitos nomes do Grande ABC alterariam a rota política para o futuro. Até porque a maioria dos políticos da região com aspirações eleitorais tentaria êxito pela primeira vez – o pleito do ano passado contemplou série de deputados às prefeituras.

Bastidores

Recomendação

O Ministério Público eleitoral recomendou a cassação do diploma do prefeito de Ribeirão Pires, Adler Kiko Teixeira (PSB), em ação proposta pelo ex-vice-prefeito Edinaldo de Menezes, o Dedé (PPS). O processo, no TRE-SP (Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo), apura se Kiko tinha condições jurídicas de se candidatar ao Paço de Ribeirão em 2016. O socialista foi condenado por contas rejeitadas na Câmara de Rio Grande da Serra, mas havia revertido a punição no STF (Supremo Tribunal Federal) à época do pleito.



Críticas

Vereadores de Rio Grande da Serra levaram ao prefeito Gabriel Maranhão (PSDB) lista de reclamações sobre a postura da secretária de Obras, Sandra Malvese. Técnica com atuação no Consórcio Intermunicipal, Sandra tem tido dificuldades no traquejo político com a Casa e isso tem gerado forte descontentamento com a base governista no Legislativo.

Cobrança

Tem prefeito do Grande ABC cobrando participação mais efetiva de seus comissionados em atividades de governo. As críticas, públicas, causaram rebuliço. Uns concordam que funcionários comissionados precisam, de fato, entrar de corpo e alma na gestão. Outros, por sua vez, acreditam que extrapola a função ter de acompanhar as ações da administração.

Novo comando e velha rixa

O PTB de São Caetano continuará nas mãos do ex-vereador Jorge Salgado, que foi candidato a vice na eleição do ano passado. Salgado será reconduzido à presidência da legenda e terá de lidar com uma decisão da cúpula estadual do partido. O PTB paulista decidiu assumir a ação que pede a cassação do prefeito José Auricchio Júnior (PSDB) por problemas na prestação de contas de sua campanha. Autor original da ação, o PMDB optou por retirar o processo – que segue em trâmite, uma vez que o Ministério Público analisa o caso.

Caneca – 1

Ontem, o presidente da Câmara de Santo André, Almir Cicote (PSB), entregou canecas aos gabinetes dos vereadores com objetivo de reduzir o consumo de copo plástico no Legislativo. Porém, teve parlamentar reclamando da postura do socialista. Um dos mais críticos foi Professor Jobert Minhoca (PSDB), que condenou o que chamou de “ação individualista” do socialista.

Caneca – 2

Minhoca gravou vídeo se dizendo favorável à medida de redução do uso de copos plásticos. “Mas a luta tem de ser coletiva, nunca individual”. “Essa doação parece ser campanha antecipada, não sei se cabe a órgãos maiores investigar”, adicionou o tucano. “Sugiro que faça um penico também. Vou devolver minhas canecas e mandar fazer para meu gabinete.”

O GLOBO

TERÇA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2017 ANO XLIX - Nº 30526

Irineu Marinho (1876-1925) — [1904-2003] Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO oglobo.com.br

Crise política

Dólar vai a R\$ 3,31 com incertezas

A avaliação do mercado financeiro de que o presidente Temer saiu enfraquecido do julgamento do TSE, apesar da decisão favorável do tribunal à sua permanência no cargo, fez o dólar subir 0,63%, chegando a R\$ 3,312. A Bolsa caiu 0,82%. Para analistas, Temer terá dificuldades para levar adiante a agenda de reformas. **PÁGINA 10**

Crise no carnaval

Escolas reagem a corte de verbas

O prefeito Crivella disse que pretende cortar à metade a verba de subvenção de escolas de samba para o carnaval de 2018. Nos últimos anos, cada escola recebeu R\$ 2 milhões. Cinco das 13 agremiações ameaçaram não desfilar se o corte for confirmado. **PÁGINA 9**

MIRIAM LEITÃO

O ódio petista a bordo

"Foram duas horas de gritos, ameaças e xingamentos por parte de delegados do PT em um voo de Brasília ao Rio. Lula tem estimulado o ódio, citando meu nome com frequência em comícios." **PÁGINA 10**

Omissão de socorro

Médica diz que não se arrepende

A médica Haydee Marques da Silva, que se recusou a socorrer um bebê que morreu logo depois, disse que não se arrepende. Em depoimento à polícia, ela afirmou que não tinha capacidade técnica para atender Ireno Duarte da Silva, de 1 ano e 6 meses. **PÁGINA 12**

Eleições na Europa

Universos opostos de May e Macron

As eleições no Reino Unido e na França criaram situações opostas. Se nas legislativas francesas o presidente Macron pode não precisar de coalizão, nas britânicas, Theresa May luta por sobrevivência. **PÁGINA 21**

Febre amarela

Casos em Niterói e São Gonçalo

PÁGINA 10

Futebol carioca

Fla apresenta novo zagueiro

PÁGINA 16

A REPÚBLICA INVESTIGADA

PSDB fica com Temer após ameaças do PMDB

Aliados do presidente falavam em votar a favor da cassação de Aécio
Decisão pode mudar se houver fatos novos, admitem tucanos; segundo Serra, apesar da manutenção da aliança, deputados do partido não serão obrigados a rejeitar a abertura de processo no STF contra presidente

Pressionado pelo PMDB, que ameaçou até votar a favor da cassação do mandato do senador Aécio Neves, o PSDB decidiu ficar no governo Temer, contrariando parte de seus deputados e senadores. Se houver fatos novos, os tucanos admitem mudar de ideia. Oficialmente, o motivo foi garantir a aprovação das reformas. Desde o fim da semana passada, porém, peemedebistas ameaçavam também impedir alianças para 2018. Segundo o senador José Serra, deputados do partido não serão obrigados a votar pela rejeição da denúncia da PGI contra Temer. **PÁGINA 2**

EDITORIAL
"Temer usar Estado em sua defesa é atacar a democracia"
PÁGINA 14

Governo agora planeja corrigir o IR e o Bolsa Família

PÁGINA 10

MERVAL PEREIRA
PSDB comete um erro brutal de estratégia. **PÁGINA 4**

JOSÉ CASADO
Temer se armou para batalha política e judicial. **PÁGINA 15**

LYDIA MEDEIROS
Crise do governo passa a ser problema do PSDB. **PÁGINA 2**



— Ainda estão tocando a nossa música!

Donos da JBS venderam ações e evitaram perda de R\$ 116,8 milhões

Em abril e maio, quando os irmãos Batista já negociavam sua delação premiada, os controladores da JBS venderam R\$ 483,8 milhões em ações da empresa. Como os papéis caíram mais de

20% após a delação ser divulgada, esses papéis valeriam R\$ 116,8 milhões menos hoje. Para especialistas, essas operações caracterizam o uso de informação privilegiada. **PÁGINA 17**

Temer defende independência dos poderes

Em vídeo nas redes sociais, o presidente Temer defendeu o respeito às leis e se disse vítima de acusações "artificiais e montadas". Após a denúncia de que a Abin teria sido acionada para espionar o redator da Lava-Jato no STF, Edison Fachin, o que o Planalto nega, Temer disse que instituições públicas que praticam ilícitos aproximam o país da ditadura. Fachin deu prazo de cinco dias para a PF concluir o inquérito sobre Temer. **PÁGINA 6**

Funaro contrata especialista em delação

PÁGINA 8

'Lista paralela' para lugar de Janot provoca reação

PÁGINA 5

Paulinho perde direitos políticos

O deputado federal Paulinho da Fozça (SD-SP) foi condenado por improbidade na utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Ele pode recorrer. **PÁGINA 8**

Não já éramos uma ponte financeira antes de a Brooklyn Bridge ser inaugurada.

175 ANOS

Mais importante do que tudo que se passa é como se passa por tudo.

Construindo pontes financeiras seguras por onde atravessam gerações.

Para mais informações, consulte nossos gerentes ou ligue para 0200 105 1234, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 21h30, exceto feriados.

Safra Private Banking

Tradição. Segurança. Inovação.

SEGUNDO CADERNO

Ariano Suassuna ESCRITOR É CELEBRADO EM LIVROS E MUSICAL

Redição de "A pedra do reino", publicação de obra inédita e espetáculo teatral revivem o autor.

SOCIEDADE

OBESIDADE GLOBAL

Já são 2,2 bilhões de pessoas obesas ou com sobrepeso no mundo. **PÁGINA 35**

Bretas espera dar sentença de Cabral até julho

Juiz federal analisa últimos argumentos de réus da Operação Calicute

MARCO GRILLO

marco.grillo@oglobo.com.br

O juiz Marcelo Bretas, titular da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, afirmou ontem que pretende concluir o processo da Operação Calicute, que tem o ex-governador Sérgio Cabral (PMDB) entre os réus, até julho. As testemunhas de defesa e acusação, além dos próprios acusados, já foram ouvidos pelo magistrado. Cabral é réu em outros nove processos criminais, um deles, já na fase das alegações finais, na Justiça Federal do Paraná.

— É uma previsão, um dos prazos que a gente imagina. Mas existe ainda um rito, há requerimentos que eu preciso analisar, mas em princípio seria isso (sentença até julho). Um pouquinho mais, um pouquinho menos — afirmou o juiz.

Recentemente, a 7ª Vara recebeu o reforço de servidores e da juíza Caroline Vieira Figueiredo, que auxilia Bretas. O juiz afirmou que o reforço deverá dar mais rapidez à análise dos processos decorrentes da Operação Lava-Jato:

— Costumo brincar com mi-

na equipe que nós éramos um mercadinho e agora somos um supermercado. Realmente não tínhamos a estrutura necessária para as demandas que estão chegando e as que virão ainda.

HOMENAGEM NA CÂMARA

Durante o discurso na Câmara de Vereadores, onde foi homenageado com a medalha Pedro Ernesto, Bretas afirmou que defende a “ditadura da honestidade”. Para o magistrado, a ida à Câmara foi importante para demonstrar “que as instituições conversam e não há conflitos”. A homenagem partiu do vereador Otoni de Paula (PSC), que citou a ausência do presidente do partido, Pastor Everaldo, acusado por um delator de ter recebido recursos ilícitos da Odebrecht. Ele nega a acusação.

— Já se falou em ditadura do Poder Judiciário, o que é uma falácia. Defendemos a ditadura da honestidade. Vamos continuar trabalhando sem medo — afirmou o juiz, que minimizou possíveis riscos às investigações da Lava-Jato e enfatizou a importância da luta contra a corrupção. — Não estou dizendo que isso acontece ou já aconteceu, mas decisões não serão tomadas em escritórios, resorts, restaurantes caros. A Justiça não pode ter influência da política.

Durante a homenagem, o juiz federal Wilson Witzel comparou Bretas a um “bom vinho guardado em Petrópolis”, em referência à cidade onde o juiz nasceu. Para Witzel, “o vinho foi aberto e está demonstrando o grau de pureza”. Após os discursos, o pastor Marco Antônio Peixoto, que atua na igreja evangélica frequentada por Bretas, fez uma oração. ●

Executivo que atua no Porto de Santos é suspeito de recolher mesada

Polícia cita ligação com Rocha Loures; Mesquita nega repasses

-BRASÍLIA E RIO- Investigações feitas pela Polícia Federal apontam Ricardo Mesquita, executivo da empresa Rodrimar, que atua no Porto de Santos, como um dos suspeitos de ter sido indicado para recolher, semanalmente, dinheiro prometido pela JBS em troca de favorecimento em uma disputa no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Ele é citado em conversas entre o executivo da J&F, controladora da JBS, Ricardo Saud e Rodrigo Rocha Loures, ex-assessor do presidente Michel Temer. Em depoimento ao qual o Jornal Nacional, da TV Globo, teve acesso, Mesquita confirma contato com Loures.

No depoimento, no entanto, Mesquita afirma que nunca foi sondado por Rocha Loures para receber dinheiro em espécie na JBS. Mas confirma que, no dia

em que que mala com R\$ 500 mil foi entregue a Rocha Loures, ele falou por telefone com o ex-assessor do presidente. O executivo disse que eles conversaram sobre o marco regulatório do setor portuário, assunto que estava sendo discutido no governo. Os telefonemas citados no depoimento foram gravados pela PF.

Na primeira ligação, Rocha Loures pergunta se Ricardo Mesquita estava longe, se poderia encontrá-lo. Nesse momento, Rocha Loures estava ao lado de Saud, já de posse da mala. Eles estavam no estacionamento de um shopping.

Ao prestar depoimento na última quinta-feira à PF, o executivo da Rodrimar disse que conhecia Rocha Loures desde 2013 e já tinha feito negócios com Ricardo Saud. A Rodrimar é especializada em comércio exterior, que atua no setor de portos, com base em Santos. A empresa, ainda segundo Mesquita, vendeu um terminal portuário à Eldorado Celulose, empresa da J&F.

Ao prestar depoimento, Mesquita disse que “acredita que Ri-

cardo Saud e Rocha Loures ventilaram a participação dele no esquema porque eles se encontraram por acaso em um café.”

As investigações da PF dão conta de que, nas conversas com o Ricardo Saud, Rocha Loures trabalhava com duas opções de pessoas para receber o dinheiro: um foi chamado de “Edgar”, que a polícia ainda não localizou.

“Então vamos fazer o seguinte... Eu vou verificar com Edgar, se o Edgar... tem duas opções: ou o Edgar ou o teu xará”, disse Rocha Loures na gravação.

O “xará” de Ricardo Saud citado na conversa, afirma a PF, é Ricardo Mesquita, executivo da Rodrimar. Ele já havia aparecido, ainda segundo as investigações, no café onde o ex-assessor do presidente Temer se reuniu pela primeira vez com Ricardo Saud.

No dia da entrega da mala, Rocha Loures e Ricardo Saud discutiram como seria feito o pagamento semanal. E o nome de Mesquita foi citado de novo.

“Eu até pensei... Lembra aquele dia que nos encontramos, tomamos um café, que a gente encontrou com seu xará”, disse Loures.

“O Ricardo”, respondeu Saud.

Ao JN, defesa de Ricardo Mesquita afirmou que os contatos mantidos com Rocha Loures foram institucionais e dentro da mais estrita legalidade. Rocha Loures não quis se manifestar. A JBS declarou que os atos do passado estão documentados na declaração premiada e que segue à disposição das autoridades. A Rodrimar informou que acompanhou as discussões sobre o decreto dos portos por meio de entidades setoriais e que as empresas não tiveram todos os seus pleitos contemplados. A Casa Civil declarou que foi contra o pedido da Rodrimar de que o decreto beneficiasse empresas que tinham contratos de arrendamento anteriores a 1993. ●

merval@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA



Afasia beneficia Temer

O presidente Michel Temer é beneficiário no momento de uma afasia política que domina os principais centros de poder no país. Não há um consenso sobre quem assumiria o governo caso Temer fosse retirado do Planalto, e nem há interesse do PMDB, o maior partido do Congresso, de colocar em risco seu predomínio no Legislativo.

Ao mesmo tempo, nem PSDB nem PT, os dois polos partidários que disputam a Presidência entre si desde 1993, mas sempre tiveram o PMDB como coadjuvante essencial, estão interessados na saída de Temer do poder central, embora o PT sustente oficialmente esse objetivo para manter sua militância alerta.

O PSDB porque se transformou no principal sustentáculo do governo e teme ficar no vácuo caso desistisse desse papel para partir para a oposição a Temer. Pensa-se no futuro do partido com a ideia de que o PMDB poderá vir a ser um apoio imprescindível para uma candidatura presidencial em 2018.

Mas também a estratégia tem a ver com o presente, pois o destino político do senador afastado Aécio Neves, presidente licenciado do partido, depende fundamentalmente do apoio do PMDB na Comissão de Ética do Senado ou no próprio plenário, se o STF aprovar o pedido do procurador-geral da República para prender o senador mineiro.

Há também o receio, tanto no PMDB quanto no PSDB, de que, com o afastamento de Temer do governo por seis meses, no caso de a Câmara aprovar um eventual processo contra o presidente da República, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) torne-se a solução natural numa futura eleição indireta, fortalecendo-se para a eleição de 2018 caso conseguisse aprovar as reformas trabalhista e previdenciária.

Do lado petista, a campanha incipiente por eleições diretas para a substituição de Temer serve apenas para manter a chama acesa da militância, mas seus dirigentes sabem que não existe essa possibilidade. Chegou a vez de o PT considerar que a melhor solução política é deixar Temer sangrando em praça pública até a eleição de 2018, quando os petistas consideram que estarão mais fortes para a disputa presidencial devido ao que consideram inevitável fracasso do governo Temer, que levaria de roldão também os tucanos.

O problema é que todos esses partidos estão agindo com estratégias que correspondem à antiga maneira de fazer política, que ainda não desapareceu de nossa realidade, mas é rejeitada pela maior parte da sociedade brasileira.

O PSDB comete um erro brutal de estratégia ao decidir, como fez ontem, permanecer no governo à espera de fatos novos que provoquem novas decisões. Reforça, assim, o estereótipo de que está sempre em cima do muro, incapaz de tomar decisões com a rapidez que os tempos modernos exigem.

O que se vê na sociedade é a busca de um canal que expresse a vontade do novo, de mudança, e o PSDB poderia ser este canal, desde que se livrasse de seu passado que está sendo exposto e ficasse à frente dessa campanha.

Mas, na tentativa de se equilibrar junto do governo Temer, pensando num apoio eventual ao seu candidato em 2018 e em preservar o seu presidente afastado, acaba se perdendo nessa barafunda partidária brasileira e não apresenta alternativa à sociedade.

Da mesma maneira o PT, o maior responsável pela crise que vivemos, acentuando a sua esclerose política, continua jogando todas as suas fichas em Lula, que por sua vez se dedica mais em se defender de uma provável condenação nos diversos processos a que responde e usa a hipotética candidatura presidencial mais como um escudo do que como um plano factível.

O PMDB, agora como protagonista, atrapalha-se nesse papel que expõe suas mazelas à luz do dia, mas consegue enredar os demais partidos nesse cenário de incertezas devido à falta de lideranças novas que consigam apontar um rumo ao país.

O que a sociedade precisa é de partidos políticos que apresentem saídas novas para a crise, e não de velhas politicagens que só farão repeti-la como farsa. ●

Os pontos-chave

1 Não há um consenso sobre quem assumiria o governo caso Temer fosse retirado do Palácio do Planalto

2 PSDB e PT, que disputaram a Presidência nas últimas décadas, não querem a saída de Temer

3 Partidos agem conforme modo antigo de fazer política, já rejeitado por maior parte da sociedade

miriamleitaoglobo.com.br

MÍRIAM LEITÃO



COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

O ódio a bordo

Sofri um ataque de violência verbal por parte de delegados do PT dentro de um voo. Foram duas horas de gritos, xingamentos, palavras de ordem contra mim e contra a TV Globo. Não eram jovens militantes, eram homens e mulheres representantes partidários. Alguns já em seus cinquenta anos. Fui ameaçada, tive meu nome achincalhado e fui acusada de ter defendido posições que não defendo.

Sábado, 3 de junho, o voo 6237 da Avianca, das 19h05, de Brasília para o Santos Dumont, estava no horário. O Congresso do PT em Brasília havia acabado naquela tarde e por isso eles estavam ainda vestidos com camisetas do encontro. Eu tinha ido a Brasília gravar o programa da Globonews.

Antes de chegar ao portão, fui comprar água e ouvi gritos do outro lado. Olhei instintivamente e vi que um grupo me dirigia ofensas. O barulho parou em seguida, e achei que embarcariam em outro voo.

Fui uma das primeiras a entrar no avião e me sentei na 15C. Logo depois eles entraram e começaram as hostilidades antes mesmo de sentarem. Por coincidência, estavam todos, talvez uns 20, em cadeiras próximas de mim. Alguns à minha frente, outros do lado, outros atrás. Alguns mais silenciosos me dirigiram olhares de ódio ou risos debochados, outros lançavam ofensas.

— Terrorista, terrorista — gritaram alguns.

Pensei na ironia. Foi “terrorista” a palavra com que fui recebida em um quartel do Exército, aos 19 anos, durante minha prisão na ditadura. Tantas décadas depois, em plena democracia, a mesma palavra era lançada contra mim.

Uma comissária, a única mulher na tripulação, veio, abaixou-se e falou:

— O comandante te convida a sentar na frente.

— Diga ao comandante que eu comprei a 15C e é aqui que eu vou ficar — respondi.

O avião já estava atrasado àquela altura. Os gritos, slogans, cantorias continuavam, diante de uma tripulação inerte, que nada fazia para restabelecer a ordem a bordo em respeito aos passageiros. Os petistas pareciam estar numa manifestação. Minutos depois, a aeromoça voltou:

— A Polícia Federal está mandando você ir para frente. Disse que se a senhora não for o avião não sai.

— Diga à Polícia Federal que enfrentei a ditadura. Não tenho medo. De nada.

Não vi ninguém da Polícia Federal. Se estive lá, ficou na porta do avião e não andou pelo corredor, não chegou até a minha cadeira.

Durante todo o voo, os delegados do PT me ofenderam, mostrando uma visão totalmente distorcida do meu trabalho. Certamente não o acompanham. Não sou inimiga do partido, não torci pela crise, alertei que ela ocorreria pelos erros que estavam sendo cometidos. Quando os governos do PT acertaram, fiz avaliações positivas e há vários registros disso.

Durante o voo foram muitas as ofensas, e, nos momentos de maior tensão, alguns levantavam o celular esperando a reação que eu não tive. Houve um gesto de tão baixo nível que prefiro nem relatar aqui. Calculavam que eu perderia o autocontrole. Não filmei porque isso seria visto como provocação. Permaneci em silêncio. Alguns, ao andarem no corredor, empurravam minha cadeira, entre outras grosserias. Ameaçaram atacar fisicamente a emissora, mostrando desconhecimento histórico mínimo: “quando eles mataram Getúlio o povo foi lá e quebrou a Globo”, berrou um deles. Ela foi fundada onze anos depois do suicídio de Vargas.

O piloto nada disse ou fez para restabelecer a paz a bordo. Nem mesmo um pedido de silêncio pelo serviço de som. Ele é a autoridade dentro do avião, mas não a exerceu. A viagem transcorreu em clima de comício, e, em meio a refrões, pousamos no Santos Dumont. A Avianca não me deu — nem aos demais passageiros — qualquer explicação sobre sua inusitada leniência e flagrante desrespeito às regras de segurança em voo. Alguns dos delegados do PT estavam bem exaltados. Quando me levantei, um deles, no corredor, me apontou o dedo xingando em altos brados. Passei entre eles no saguão do aeroporto debaixo do coro ofensivo.

Não acho que o PT é isso, mas repito que os protagonistas desse ataque de ódio eram profissionais do partido. Lula citou, mais de uma vez, meu nome em comícios ou reuniões partidárias. Como fez nesse último fim de semana. É um erro. Não devo ser alvo do partido, nem do seu líder. Sou apenas uma jornalista e continuarei fazendo meu trabalho. ●

Os pontos-chave

1

Delegados do PT voltando do Congresso em Brasília protagonizaram hostilidade a mim dentro de voo

2

Durante toda a viagem, gritaram ofensas a mim e à TV Globo, criando clima de manifestação

3

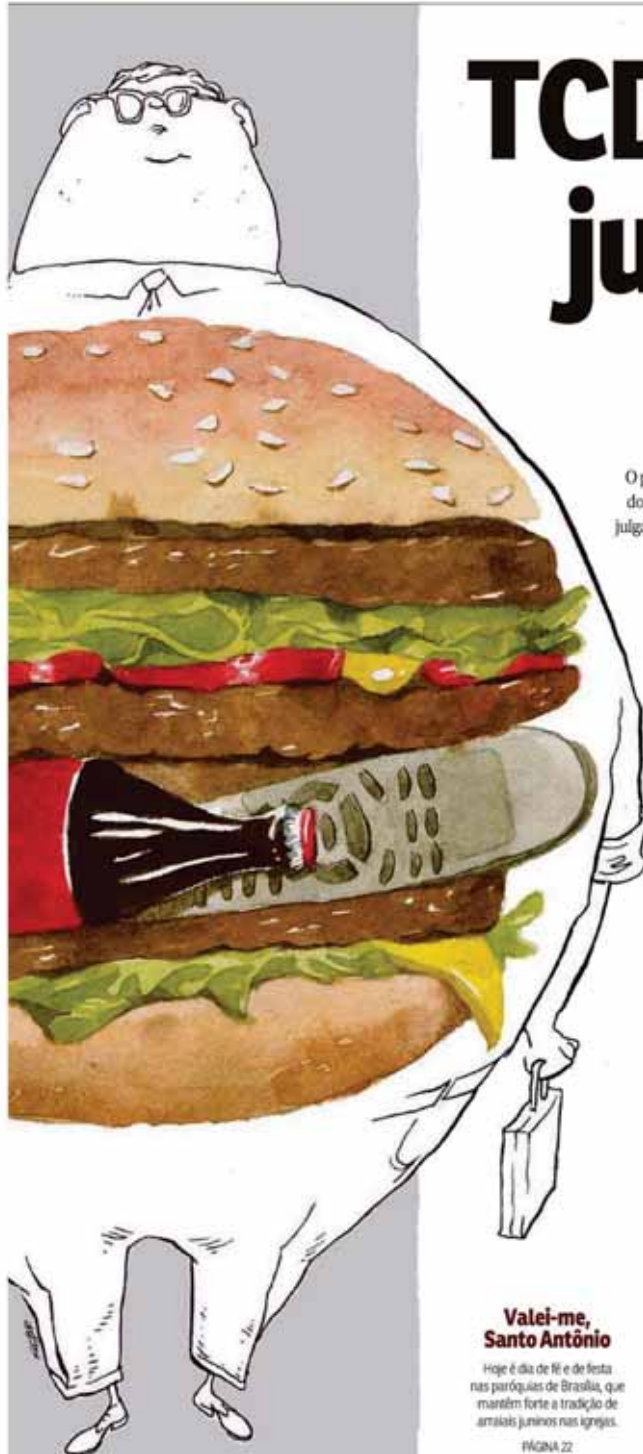
Apesar do barulho perturbador, a Avianca nada fez para restabelecer a paz a bordo

CORREIO BRAZILIENSE

EXEMPLAR DE ASSINANTE • VENDA PROMIDA

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, TERÇA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2017

NÚMERO 23.760 • 36 PÁGINAS • R\$ 1,30



TCDF começa a julgar contas do Mané

O processo, que entra hoje à tarde na pauta do Tribunal de Contas do Distrito Federal, é um dos nove relacionados à construção do estádio Mané Garrincha em Brasília. A pressão pelo julgamento aumentou depois que a Lava-Jato apontou superfaturamento de R\$ 900 milhões na obra, a mais cara do mundial de 2014. Mas há a expectativa de que um pedido de advogados de defesa leve o TCDF a adiar, mais uma vez, a apreciação do caso. **PÁGINA 17**

PSDB continua no governo, mas permanece alerta

Apesar das fortes divergências internas, os tucanos decidiram manter o apoio ao presidente Temer e o voto nas reformas. Mas caciques do partido avisaram que fatos novos na crise provocarão reavaliações da situação. **PÁGINA 2**

Em vídeo, Temer reafirma que fica e critica acusações

O presidente disse que denúncias contra ele são artificiais e arbitrárias. A Polícia Federal pediu mais 30 dias para concluir as investigações contra o premedebista, mas o ministro Fachin, relator da Lava-Jato no STJ, deu apenas cinco. **PÁGINAS 3 E 4**

Geddy Hartmann/SP



Putin joga duro com oposição

A um ano da Copa do Mundo, a Rússia enviou mensagens de instabilidade política à comunidade internacional. Cerca de 1,8 mil pessoas foram presas em Moscou (foto), São Petersburgo e outras cidades em protestos, contra a corrupção e contra o presidente. O líder opositor Alexei Navalny está entre os detidos. A repressão foi condenada por organizações de direitos humanos e pelo governo dos EUA.

PÁGINAS 12 E 15

Mundo vive uma explosão de obesidade

Estudo global, feito por pesquisadores de 133 países mostra que o número de pessoas acima do peso chegou a 2,2 bilhões em 2015, 10 anos antes do que o previsto por especialistas. O problema já afeta a saúde de 30% da população mundial. "É preciso mudar a forma como a obesidade é encarada pela sociedade", alerta a presidente do Departamento de Obesidade da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (Sbem), Maria Edna de Melo. "Ninguém é obeso porque quer, a regulação da fome e da saciedade é algo muito diverso. Se fechar a boca fosse fácil, não teríamos 2 bilhões de pessoas com obesidade e sobrepeso." **PÁGINA 14**

Valei-me, Santo Antônio

Hoje é dia de fé e de festa nas paróquias de Brasília, que mantêm forte a tradição de arraiais juninos nas igrejas.

PÁGINA 22

Do mestre com carinho

A música de Edu Lobo é celebrada em CD com o violonista Romero Lubambo e o saxofonista Mauro Senise.

DIVERSÃO/ARTE, CAPA



De aprendiz a jovem explorado

Mais de 2,3 milhões de brasileiros de 14 a 17 anos trabalham, mas somente 500 mil têm a situação regularizada. Apesar das leis de proteção a esses jovens, muitos ajudam na renda familiar e se submetem ao subemprego. O indiano Kallash Saryathi, Nobel da Paz de 2014, lançou em Brasília campanha contra o trabalho infantil. **PÁGINA 7**

Na contramão da crise, saúde cria empregos

PÁGINA 8

US\$ 5 mil por um visto para o Brasil

O Itamaraty investiga um esquema de fraudes na concessão de autorizações para nigerianos trabalharem no Brasil. Há denúncias de que funcionários locais e seguradoras do consulado em Lagos estão roubando documentos e vendendo permissões para dezenas de africanos que tentam deixar o país. **PÁGINA 5**

PMDF recebe Corollas e prepara compra de SUVs

PÁGINA 18

REPÚBLICA EM TRANSE

PSDB decide manter apoio a Temer, o que traz alívio imediato ao peemedebista e à base aliada, pois pode garantir aprovação de reformas e barrar eventual abertura de processo contra o presidente. Partido, porém, continua em cima do muro em relação a "fatos novos"

Tucanos mais tucanos do que nunca

» LUIJANA MELODY BRASIL
ESPECIAL PARA O CORREIO

Depois de suspensão de quase um mês, a Executiva Nacional do PSDB decidiu manter o apoio ao governo Michel Temer. O partido se mostrou rachado desde a divulgação das gravações feitas por Joesley Batista, dono da JBS, que atingem o presidente e o senador Aécio Neves. A decisão tucana traz alívio ao peemedebista e à base aliada, pois tem impacto direto na agenda de reformas e numa eventual abertura de processo contra Michel Temer pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A reunião estava marcada para a última quinta-feira e foi adiada para ontem para esperar a decisão do julgamento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que acabou na sexta. Ao sair da reunião, o senador José Serra (SP) foi cercado pela imprensa e declarou que "o partido não fará nenhum movimento de saída do governo; a ideia é retomar projetos importantes, como a reforma política". Mas o apoio da legenda não está sólido. De acordo com Serra, "se houver fatos novos, haverá novas análises". O presidente interino da legenda, Tasso Jereissati, afirmou que, quanto à eventual de denúncia do procurador Rodrigo Janot contra Temer, o partido não fechou questão. "A decisão de hoje é que, neste caso, cada um vota de acordo com a sua consciência." Sobre o apoio a Temer, a decisão foi clara: "Não vamos desestabilizar e não vamos sair do governo."

Por sua vez, o líder do partido na Câmara, Ricardo Tripoli (SP), destacou que, apesar de algumas opiniões contrárias no partido, a decisão da maioria será respeitada pelos demais tucanos. O prefeito de Piracicaba (SP), Antônio Carlos Pannunzio, também falou à imprensa e reiterou a fala de Serra. "A convicção do partido é que não podemos dar as costas ao Brasil. Não é chutando o balde que vamos ajudar o país."

O time dos cabeças-pretas, que é o apelido dado à ala mais jovem do partido, foi o que mais pressionou pelo fim do apoio ao

governo. A justificativa do grupo baseava-se nas denúncias anunciadas por Rodrigo Janot e que atingiram Temer, as quais na visão do grupo, prejudicam a imagem do PSDB e as pretensões tucanas de comandar o Planalto em 2019. No entanto, o deputado federal Daniel Coelho (PE), um dos principais representantes dos cabeças-pretas, desfilcou o grupo, que conta com apenas uma dúzia de parlamentares. Ele não foi à reunião, pois estava em viagem oficial à Coreia do Sul.

A ala dos cabeças-brancas, que são os tucanos há mais tempo e com mais experiência no partido, defendeu o apoio a Temer para não entrar em constrangimento com o governo que contemplou a legenda com quatro ministérios e ampla participação na construção da agenda de reformas. O encontro contou com as presenças dos quatro ministros do partido: Bruno Araújo, da pasta de Cidades, Antônio Imbassahy, da Secretaria de Governo, Aloysius Nunes, das Relações Exteriores, e Luislinda Valois, da Secretaria de Direitos Humanos. Além deles, participaram lideranças tucanas nacionais, como o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o prefeito da capital paulista, João Doria.

Do Congresso, estavam os senadores José Serra (SP), Ricardo Ferraço (ES) e Antônio Anastasia (MG), além dos deputados federais Sílvio Torres (SP), que é secretário-geral do PSDB, Rogério Marinho (RN), Betinho Gomes (PE), Miguel Haddad (SP) e Mariana Carvalho (AM). O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o senador Aécio Neves não compareceram à executiva. O ex-presidente participou de outro evento, o do Conselho Fiscal da Fundação FHC, em São Paulo. Aécio não informou o motivo da ausência, embora estivesse em Brasília.

Base aliada

O Planalto deve concentrar esforços nos próximos dias para manter a fidelidade da base e, assim, alcançar duas vitórias importantes para a sobrevivência de

Luiz Nova/Epoca/CEA/Imagem



Tasso, Alckmin e Marconi Perillo: depois de quase um mês, os tucanos se decidem pelo apoio ao governo Michel Temer, mas fazem ressalvas

Luiz Nova/Epoca/CEA



Serra: "Se houver fatos novos, haverá novas análises do partido"

Michel Temer: a aprovação das reformas trabalhista e da Previdência e o arquivamento da denúncia prevista para ser apresentada nesta semana pelo procurador-geral Rodrigo Janot. No caso da reforma previdenciária, por se tratar de Proposta de Emenda à Constituição (PEC), o governo precisa de 308 votos em dois turnos de votação para garantir que a proposta seja aprovada no plenário da Câmara e depois siga para a próxima fase, que é no Senado.

Quanto à denúncia de Janot, ela será apresentada ao Supremo, que em seguida vai solicitar a autorização de dois terços, ou 342 parlamentares da Câmara dos Deputados para abrir o processo contra o presidente. Esse processo passa primeiro pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Casa, que é presidida por um correioário de Temer, o deputado

Rodrigo Pacheco (PMDB-MG). Ele é quem deve indicar o relator que analisará o pedido do STF. Para arquivar o processo, Michel Temer precisará do apoio de 172 parlamentares.

Por se tratar de crime comum e não de responsabilidade, caso o STF seja autorizado pela Câmara e decida abrir o processo, Temer será afastado por seis meses. Na época do processo de crime de responsabilidade de qual foi acusada a ex-presidente Dilma Rousseff, o Senado foi quem recebia a denúncia e abria o processo de investigação, afastando-a do exercício da Presidência por 180 dias. Com a atual configuração da base, o presidente conseguiria não apenas o número necessário para aprovar a reforma da Previdência, mas também para arquivar a denúncia de Janot. Isso porque, caso o PSDB permaneça no governo, seriam aproximadamente 343 votos de aliados.

CHANCELARIA

Servidores do Itamaraty detalham o esquema de autorização de entrada no Brasil e reclamam das condições de trabalho no país africano. Sindicato cobra mudança nas regras de contratação de terceirizados. Ministro classifica o caso como "situação de penúria"

Venda de vistos em apuração na Nigéria

» ALESSANDRA MODZELESKI
ESPECIAL PARA O CORREIO

Fraudes têm se tornado um desafio recorrente para o Itamaraty. O novo caso, denunciado por servidores, traz à tona a prática de venda de vistos brasileiros por até US\$ 5 mil no Consulado-Geral em Lagos, na Nigéria. No relato de servidores lotados na repartição consta que contratados nigerianos, em conluio com seguradoras do prédio, furtavam "centenas" de estampilhas verdadeiras e vendiam para interessados em vir ao Brasil por "altíssimo valor". O Ministério de Relações Exteriores descobriu o caso, por meio de denúncia anônima, em 2015. O Itamaraty acionou a Polícia Federal e a Interpol, além de abrir sindicância para investigar o caso. A história vazou em expediente divulgado por servidores que, além de relatarem o crime, também expuseram problemas estruturais no consulado.

O contratado local ocupava a função de auxiliar administrativo. Durante a apuração interna, descobriu-se que o homem atuava em conluio com guardas nigerianos de empresa que prestava serviços de vigilância ao consulado. E, com base no resultado da sindicância, o funcionário foi demitido, por justa causa, em outubro de 2015. Segundo servidores do consulado, outro nigeriano também estava envolvido no caso, mas não foi demitido. No entanto, após aberta a investigação da Interpol, ele pediu demissão e, cerca de 15 dias depois, os agentes foram até o consulado para levá-lo e, àquela altura, ele não foi mais encontrado na cidade.

As estampilhas são fabricadas pela Casa da Moeda. Os selos possuem números de série e outras especificidades que possibilitam a identificação de fraude. O consulado em Lagos encaminhava à Interpol os passaportes daqueles que tentavam renovar os vistos em que estavam as estampilhas desaparecidas. Além disso, o Itamaraty afirmou, em nota, que todas as informações sobre vistos emitidos de forma fraudulenta são encaminhados à Polícia Federal, às companhias aéreas e às autoridades locais competentes, "de forma a impedir o embarque e a entrada de estrangeiro no Brasil, bem como a permitir a adoção das medidas

judiciais cabíveis". Apesar de garantir o total controle do processo, o ministério não soube informar quantos selos foram furtados ou por quanto tempo a fraude aconteceu no consulado.

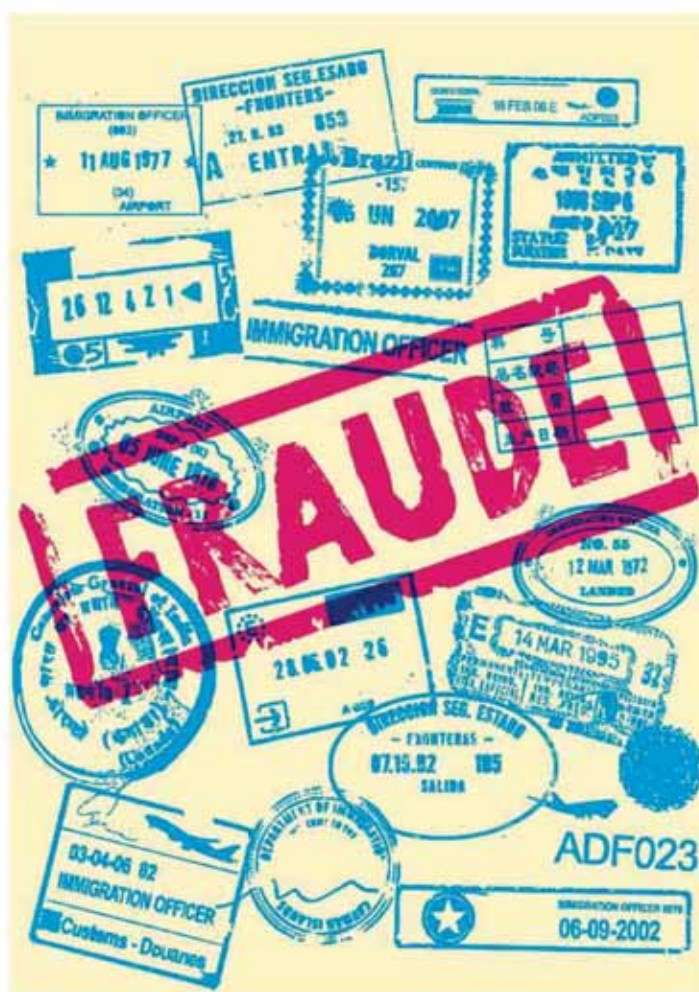
Na avaliação do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (Sinditamaraty), a figura do contratado local favorece o ambiente para fraudes. Essas pessoas, geralmente, facilitam a vida do servidor explicando como funciona a burocracia local e também ajudam com a língua. "Só que o Itamaraty utiliza isso de uma forma muito irresponsável, porque essas pessoas são terceirizadas e não têm as mesmas responsabilidades que um servidor público. E o Itamaraty permite a eles acesso ao sistema e a materiais", analisa Suelten Paz, presidente do sindicato.

Revisão

O primeiro passo para diminuir o número de golpes no consulado e embaixadas seria revisar a forma como essas pessoas são contratadas, segundo Suelten. Hoje, na prática, o MRE faz uma contratação direta e não há processos seletivos. "Além disso, é preciso analisar a própria relação de trabalho. Não podem ser atribuídas a eles responsabilidades que são inerentes à função pública."

As fraudes em concessão de vistos não são novidades no Itamaraty. Em maio de 2016, o Itamaraty iniciou um processo administrativo para apurar indícios de servidores que atuavam na Embaixada do Brasil em Islamabad, capital do Paquistão. Pelo menos dois servidores teriam cobrado propina e concedido vistos de entrada no país de forma ilegal durante a Copa do Mundo de 2014.

No consulado brasileiro em Nova York, em maio de 2015, golpes levaram ao desvio de, ao menos, US\$ 500 mil. Três funcionários, contratados nos Estados Unidos pelo Itamaraty, foram demitidos por envolvimento no esquema, que aproveitava uma falha no sistema. Em um processo regular, os americanos pagam duas taxas para obter permissão para entrar no Brasil: a de concessão do visto e uma de reciprocidade, para equiparar os valores pagos pelos brasileiros interessados em ir aos EUA. No sistema implantado em 2009, elas têm de ser lançadas separadamente. A falha permitiu que o funcionário registrasse a cobrança de apenas uma,



O Itamaraty utiliza isso de uma forma muito irresponsável, porque essas pessoas são terceirizadas e não têm as mesmas responsabilidades que um servidor público. E o Itamaraty permite a eles acesso ao sistema e a materiais"

Suelten Paz,
presidente do Sinditamaraty

um normal ambiente de trabalho e que pudesse diminuir o estresse diário".

As queixas chegaram ao ministro Aloysio Nunes Ferreira, que classificou o caso como uma "situação de penúria". "Estou atento às dificuldades de toda ordem que esses servidores enfrentam no desempenho diário de suas tarefas e estou empenhado em superar situações de abandono em que alguns postos se encontram lamentavelmente há vários anos", afirmou. O ministro disse ter conhecimento das dificuldades com recursos humanos e materiais do consulado de Lagos e explicou que as situações serão resolvidas caso a caso "levando em conta a conjuntura de extraordinária restrição fiscal".

O Sinditamaraty informou que o MRE perdeu 43,2% do orçamento em 2017, o valor representa uma redução de R\$ 656 milhões. O volume de recursos previsto era de R\$ 1,6 bilhão, e ficou em R\$ 944 milhões. "O tamanho do corte nos preocupa e coloca em risco as atividades desenvolvidas pelos servidores do órgão, especialmente, em países de infraestrutura precária. Isso porque o orçamento do Itamaraty é, em quase sua totalidade, de custeio, ou seja, destinado exclusivamente à manutenção dos serviços", analisou, em nota, a categoria. Além disso, a maior parte das despesas é realizada em moeda estrangeira e o câmbio desfavorável nos últimos anos tem comprometido ainda mais o orçamento.

mesmo cobrando as duas do cidadão americano.

A fraude acontecia principalmente na emissão de vistos tipo 3, solicitados por artistas e atletas. Nesse caso, é cobrada a taxa de US\$ 40 (R\$ 120) para emissão mais US\$ 190 (R\$ 570) de reciprocidade. Os funcionários registravam o pagamento apenas da primeira covalente, o que, obviamente, impossibilitava receber qualquer convidado. Os servidores compraram materiais "de primeira necessidade", solicitados em 2015, no entanto, até hoje os re-

Cortes

curso para cobrir as despesas não foram recebidos. No expediente, elaborado por servidor, consta, ainda, que eles "não deveriam sofrer solitariamente e sempre ser punidos pelo atrevimento de servir em Lagos". "Sofrendo ademais as consequências de cortes, enquanto recebemos notícias de festas juninas sendo promovidas pelas embaixadas em Roma e em Londres", destacou. O servidor pede "uma chancelaria e uma residência decentes, e aporte de recursos humano e material que permitisse a implantação de

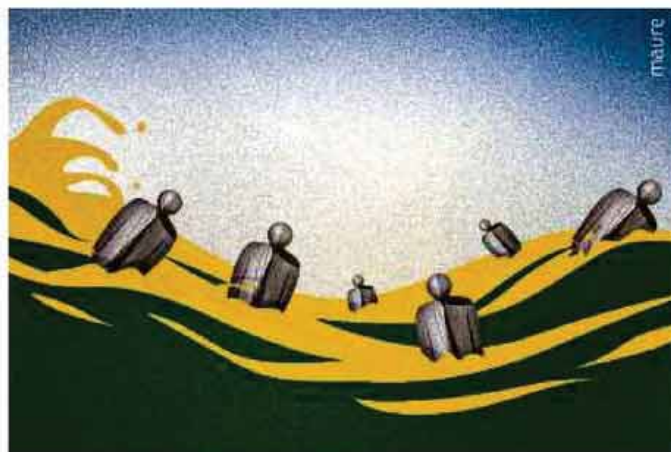
curso para cobrir as despesas não foram recebidos.

No expediente, elaborado por servidor, consta, ainda, que eles "não deveriam sofrer solitariamente e sempre ser punidos pelo atrevimento de servir em Lagos". "Sofrendo ademais as consequências de cortes, enquanto recebemos notícias de festas juninas sendo promovidas pelas embaixadas em Roma e em Londres", destacou. O servidor pede "uma chancelaria e uma residência decentes, e aporte de recursos humano e material que permitisse a implantação de



Nas entrelinhas

por **Luiz Carlos Azedo**
luizazedo.dfg@dabr.com.br



A nova revolução

A clássica divisão entre esquerda e direita que pautou a política desde a Revolução Francesa, fazendo com que essas forças se revezassem no poder, foi sepultada no seu país de origem, avisa o professor da UFRJ Marcos Cavalcanti, no “textão” que postou para os amigos do Facebook. “Foi um tsunami. A direita sofreu a maior derrota eleitoral da sua história e deverá ter apenas 70 deputados. A extrema direita (Front Nacional, de Marine Le Pen) deverá ter apenas 10 deputados. Já a esquerda foi dizimada. O PS (partido que estava no poder) teve menos de 10% dos votos e não deverá fazer nem 40 deputados. A “nova esquerda”, a France Insoumise teve menos votos que o Front Nacional e, mesmo aliada ao PCF (Partido Comunista Francês), fará menos de 15 deputados...”

Criado há pouco mais de um ano, o grupo político vencedor foi o France en Marche, do presidente Macron, que terá maioria absoluta no parlamento, com mais de 400 deputados, dos quais a maioria nunca participou da política. “É uma revolução que deixa o status quo político, mediático e intelectual de cabeça em pé. Foi ridículo ver os políticos dos partidos de direita e de esquerda (inclusive os da ‘nova’ esquerda, como a France Insoumise — o PSol francês) tentando justificar sua derrota achapante. Só conseguiram repetir os chavões e blá-blá-blá de sempre, que cansou os eleitores”, comenta.

Observador privilegiado — é um estudioso da sociedade do conhecimento e do novo mundo do trabalho —, Marcos Cavalcanti acompanhou as eleições francesas in loco. De certa forma, diverte-se com as agruras de jornalistas e comentaristas políticos (“estão completamente desorientados”) e acadêmicos (“eles não podem dar o braço a torcer e dizer, simplesmente, que não estão entendendo nada”). Segundo ele, o caminho mais fácil é repetir que o povo está cansado dos políticos, afirmação corroborada por 51% de abstenções, conclusão dos jornalistas, ou dizer que a opinião pública “está brincando com o caos”, a arrogante advertência dos acadêmicos.

Magalhães pensa que não. Segundo ele, é

à velha política que está sendo enterrada, com o “advento da sociedade do conhecimento em rede e o fim da hegemonia do pensamento cartesiano e dual”. Na economia e na política, “que mudam menos rápido que os costumes e práticas humanas”, o esgotamento do pensamento binário é cada vez mais evidente. “Existe uma nova economia, intensiva em tecnologia e conhecimento, que está superando a velha economia baseada em mão de obra e combustíveis fósseis. E, na política, é cada vez mais claro que as pessoas estão cansadas desta velha divisão direita versus esquerda e desejam uma nova política, mesmo que ainda não saibam exatamente qual.”

A Lava-Jato é uma força da natureza na vida nacional; pode fazer a grande diferença. Está revelando o divórcio entre a elite política e a sociedade, entre os partidos e os eleitores

Incertezas

Estamos longe da realidade francesa, onde um ex-ministro da Fazenda pega o boné, cria um partido, vira candidato a presidente e, no ano seguinte, vence as eleições. As mudanças em curso no mundo estão chegando, em meio a uma crise sem precedentes. No Brasil, tudo é meio retardado e mitigado, demora mais para acontecer, mas não custa nada lembrar que as origens da insegurança e da incerteza que levaram os franceses a escanteiar seus partidos e políticos tradicionais são as mesmas: o impacto da globalização e das novas tecnologias na economia nacional e a crise de representação dos partidos na nova sociedade em rede.

Para onde vamos? A pergunta de domingo permanece sem resposta. Mas, como no velho trocadilho de Apparycio Torelly, o Barão de Itararé, o cidadão comum anda dizendo: “Diga-me com quem anda que eu direi se vou contigo”. Vivemos uma crise dentro da crise no governo Temer. No plano econômico, o impacto da globalização nas nossas estruturas produtivas não decorre apenas das mudanças tecnológicas. O maior anacronismo é o modelo de acumulação de capital, baseado na formação de cartéis e na ajuda generosa do Estado a setores privilegiados, tudo junto e misturado com velhas práticas fisiológicas e patrimonialistas.

A nossa crise de representação dos partidos não deriva apenas dos grandes meios de comunicação social e das novas mídias sociais, é resultado sobretudo do transformismo dos partidos e do cretinismo parlamentar, que afastam o Congresso da sociedade e bloqueiam a renovação política. A Lava-Jato é uma força da natureza na vida nacional; pode fazer a grande diferença. Está revelando o divórcio entre a elite política e a sociedade, entre os partidos e os eleitores, num momento em que a nossa economia e o Estado brasileiro precisam se reinventar. Nos Estados Unidos e na Europa, essas mudanças geraram insegurança e incerteza, em razão do desemprego, da queda da qualidade de vida e subtração de direitos sociais. A eleição de Trump é uma tentativa de fazer a roda da história andar pra trás. Na França, deu-se o contrário, o povo tenta andar pra frente. E aqui no Brasil, para onde vamos?



BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br



Vem mais...

A operação que uniu a Comissão de Valores Mobiliários e a Polícia Federal, em São Paulo, no encalço da JBS — e as operações do grupo no mercado financeiro —, não foi a primeira nem será a última. O mercado que se prepara, porque a parceria chegou para ficar.

...Muito mais

Há um convênio entre as duas instituições desde 2010, inspirado na atuação da Securities Exchange Commission (SEC) e o FBI. A ideia é recorrer cada vez mais a esse acordo no combate aos malfeitos. Vale lembrar que, todas as vezes em que as duas instituições trabalharam em conjunto, o resultado foi positivo em captar irregularidades. Em 2015, por exemplo, desbaratou uma quadrilha que se aproveitava de pequenos investidores na Bovespa.

E os tucanos, hein?

Antes mesmo de terminar, a reunião do PSDB já tinha um resultado de olho no futuro: a estreia do prefeito de São Paulo, João Dória, na galeria de tucanos de primeira plumagem. Afinal, se é um nome para disputa presidencial, tem que participar das decisões espinhosas e difíceis.

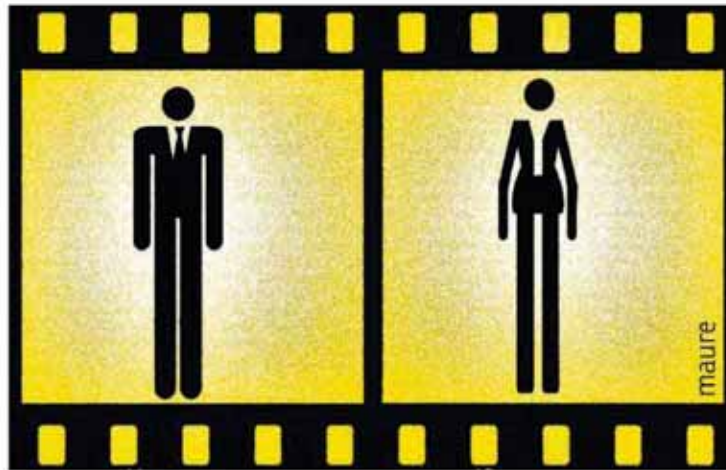
O risco da vez

A cada dia, o presidente Michel Temer tem pulado uma fogueira. Ficaram para trás Tribunal Superior Eleitoral, primeiro depoimento de Rodrigo Rocha Loures e Congresso paralisado. Agora, vem a delação de Lucio Funaro e a detenção de Rodrigo Janot.

Cultura em litígio

O governo não desistiu de nomear o jornalista e escritor Sérgio Sá Leitão para a Presidência da Agência Nacional de Cinema (Ancine). O nome tinha sido encaminhado ao Ministério da Cultura, que desprezou a indicação palaciana e optou pela cineasta Debora Ivanov, sem dar a menor satisfação ao Planalto. Como a indicação cabe ao presidente da República, o Planalto atuou em relação ao ministro interino, João Batista, com o mesmo remédio: nem te ligo. Batista pediu para conversar com o ministro Eliseu Padilha para ver se emplaca a sua candidata. Difícil.

O governo pretende ainda nomear Fernanda Farah, técnica do BNDES, para gerente do Departamento de Economia da Cultura. A ideia é, aos poucos, tirar da Ancine o caráter de anexo do ministério e devolver um caráter mais independente à agência.



CURTIDAS

Ros Ferreira/Câmara dos Deputados - 23/3/17



Presença de Rodrigo/ O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (foto), estará hoje no jantar de Michel Temer com os governadores. É uma forma de mostrar que não está conspirando e que apoia as propostas do governo.

Presença de Aécio/ O presidente do PSDB, Aécio Neves, não compareceu à reunião do partido ontem. Porém, a farta distribuição de pão de queijo aos jornalistas que esperavam o fim da reunião foi um indício de que quem manda na "cozinha" é ele.

Pensando bem.../ Quando o lanche foi servido, no início da noite, um jornalista galato saiu-se com esta: "Ué? Não tem coxinha?"

Governo em oração/ Sabe como é... Dia de Santo Antônio! É o governo na lida para manter o casamento com os governadores num jantar no Alvorada.

Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br

São Paulo, terça-feira, 13 de junho de 2017

Nº 23.958

Preço banca: R\$ 2,30

Mercado financeiro reduz projeção da inflação de 3,90% para 3,71%

Cármem Lúcia: “não há o que questionar quanto à palavra do presidente”

Página 4

Nobel da Paz lança campanha global pelo fim do trabalho infantil no Brasil

Página 3

União Europeia e Reino Unido começam a organizar negociação do Brexit

O chefe negociador da União Europeia (UE) para o Brexit, Michel Barnier, começou a preparar na segunda-feira (12) os aspectos técnicos da negociação para a saída do Reino Unido do bloco com o embaixador britânico perante a União Europeia, Tim Barrow. As informações são da Agência EFE.

Trata-se de uma reunião preparatória para dar início nesta semana às conversações sobre os aspectos técnicos da discussão formal entre o Reino Unido e a UE, que a Comissão Europeia (CE) e o governo britânico previam começar em 19 de junho.

Também participou do encontro o alto funcionário designado por Londres para o assunto, Olly Robbins.

A Comissão Europeia e os representantes britânicos concordaram em manter mais conversações em nível técnico durante esta semana, mas não definiram uma data para iniciar oficialmente as negociações, indicaram fontes europeias.

O início poderia ser adiado com a formação de um novo governo no Reino Unido, após as eleições da semana passada, mas a União Europeia insiste que, de sua parte, está pronta para começar. **Página 3**

Emprego deve aumentar este ano, diz Henrique Meirelles em rede social



Foto: Kozma/Agência Brasil

O ministro Henrique Meirelles postou as declarações após participar, pela manhã, de teleconferência com investidores organizada pelo Bank of America Merrill Lynch.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse na segunda-feira (12) que há previsão de aumento do emprego este ano. “Previsões econômicas são de aumento do emprego durante o ano, reto-

mada dos investimentos e manutenção dos gastos sociais”, afirmou o ministro em sua conta no Twitter.

Meirelles postou as declarações após participar, pela manhã, de teleconferência com investidores organizada pelo Bank of America Merrill Lynch.

“Fiz uma análise da situação atual das perspectivas da economia brasileira. Mostramos [aos investidores] que medidas adotadas no último ano garantiram fim da recessão, queda da inflação e juros — o que preserva a renda dos brasileiros”, escreveu o ministro na rede social.

Segundo ele, “agora é hora de garantir as condições para o investimento, que trará emprego e oportunidade para todos”. Meirelles disse estar “comprometido” com esse objetivo. (Agência Brasil)

O mercado financeiro reduziu a projeção para a inflação e para o crescimento da economia este ano. Segundo o boletim Focus, uma publicação elaborada todas as semanas pelo Banco Central (BC) com base em

estimativas de instituições financeiras, a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 3,90% para 3,71% este ano. Para 2018, a estimativa caiu de 4,40% para 4,37%. **Página 3**

Campanha de vacinação contra a gripe imunizou 80% do público-alvo

Página 5

São Paulo terá primeira escola internacional portuguesa no Brasil

As relações entre o Estado de São Paulo e Portugal estão cada vez mais próximas. O governador Geraldo Alckmin assinou, no domingo (11), um documento que cede para o governo por-

tuguês o terreno do Centro Educativo Regional Centro-Oeste, no bairro Sumaré, na capital paulista. O local vai abrigar a primeira escola internacional portuguesa no Brasil. **Página 2**

Número de empregos formais fica estável no estado de SP

O número de empregos formais no estado de São Paulo ficou estável no 1º trimestre de 2017 com a geração de 11.309 postos de tra-

balho, resultado de 1.133.234 admissões e 1.121.925 desligamentos, de acordo com estudo elaborado pela Fundação Seade. **Página 3**

Fachin concede mais cinco dias para PF concluir inquérito sobre Temer

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin decidiu na segunda-feira (12) prorrogar por mais cinco dias o prazo para a Polícia Federal encerrar a investigação sobre o presidente Michel Temer. O

pedido de prorrogação foi solicitado pela PF, que alegou necessidade de mais tempo para concluir as investigações, iniciadas a partir das citações ao nome do presidente nas delações dos executivos da JBS. **Página 4**

Esporte

Hamilton vence e Vettel brilha no GP do Canadá

O protagonista do fim de semana todo foi, sem dúvidas, Lewis Hamilton. Igualou o número de poles de Ayrton Senna, ganhou o capacete do ídolo brasileiro, marcou a melhor volta do Canadá, venceu a corrida de ponta a ponta e ainda fez mais um hat-trick (o popular barba, cabelo e bigode) para sua coleção (agora já são 13). **Página 6**

Hamilton domina GP do Canadá



Foto: Mercedes AMG



Foto: Fábio Vaccaro

TRIDAY SERIES: técnica e garra espantam o frio em São Carlos

O Circuito TRIDAY SERIES realizou sua terceira etapa no domingo, no Parque Eco-Esportivo Damha, em São Carlos. Foi a estreia da competição no interior paulista, depois de passar pela USP e Riacho Grande, e não poderia ter sido melhor. Um percurso técnico, especialmente no ciclismo, proporcionou uma briga acirrada pela vitória nas duas distâncias: Sprint - 750m de matação, 20km de ciclismo e 5km de corrida - e Olímpico - 1,5km/40km/10km. No final, Pedro Apud e Fernanda Palma venceram na Sprint, enquanto Daniel Rodrigues e Juana Abdalla levaram a melhor no Olímpico. **Página 6**

Juana Abdalla foi a vencedora do Olímpico

Max Wilson e Vitor Genz brilham na rodada dupla em Cascavel

A quarta etapa comprovou que a temporada 2017 da Stock Car promete ser uma das mais equilibradas da história da principal categoria do automobilismo brasileiro. Na rodada dupla realizada em Cascavel, as estrelas que brilharam na pista foram Max Wilson e Vitor Genz. O

piloto da RCM Motorsport fez a pole e ganhou a corrida sem ser ameaçado. Já o gaúcho da Eisenbahn Racing Team, usou uma estratégia ariscada para ser o primeiro piloto do Rio Grande do Sul a conquistar uma vitória na Stock Car. **Página 6**

Dovizioso vence e diminui a diferença para o líder Viñales



Foto: MotoGP

Dovizioso vence segunda prova seguida

A Ducati não venceu duas corridas consecutivas desde 2010, com Casey Stoner. Neste domingo, em Barcelona Andrea Dovizioso quebrou esse jejum para a equipe. No pódio, o italiano ficou ladeado por dois espanhóis da Honda: Marc Márquez e Dani Pedrosa respectivamente, segundo e terceiros na

prova. O novo traçado do circuito e a falta de aderência dos pneus Michelin foi assunto no paddock. As Yamahas não se deram bem durante todo o final de semana e os melhores colocados na prova foram Zarco e Folger respectivamente em 5º e 6º com motos do ano passado. **Página 6**

Previsão do Tempo

Terça: Sol com muitas nuvens e pancadas de chuva à tarde. A noite o tempo passa a chuvoso.



Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 3,31
Venda: 3,31

Turismo
Compra: 3,19
Venda: 3,46

EURO

Compra: 3,72
Venda: 3,72

OURO

Compra: 121,60
Venda: 139,96

São Paulo terá primeira escola internacional portuguesa no Brasil

As relações entre o Estado de São Paulo e Portugal estão cada vez mais próximas. O governador Geraldo Alckmin assinou, no domingo (11), um documento que cede para o governo português o terreno do Centro Educativo Regional Centro-Oeste, no bairro Sumaré, na capital paulista. O local vai abrigar a primeira escola internacional portuguesa no Brasil.

“São Paulo é a cidade do mundo, com o maior número de pessoas que falam a língua portuguesa.

E aqui estamos para um outro entendimento, a sessão deste prédio para o Governo de Portugal ter aqui a sétima escola do mundo fora de Portugal e a primeira do Brasil, a escola do Estado Português que vai servir aos nossos jovens, aos nossos professores e vai fortalecer ainda mais a educação e a cultura de São Paulo”, disse Alckmin.

Durante o evento, o secretário estadual de Educação José

Renato Nalini e o ministro da Educação de Portugal Tiago Brandão Rodrigues firmaram um protocolo de intenções que contém os termos da cooperação para o estabelecimento da Escola Portuguesa de São Paulo.

De acordo com o Consulado-Geral de Portugal em São Paulo, a escolha da capital paulista para sediar a escola se deu em função de sua “dimensão populacional simbólica, pelo número de portugueses e descendentes que residem na cidade e devido à excelente abertura do Governo do Estado de São Paulo a este projeto.”

“Foram muitos encontros e alguns anos de tratativas para alinharmos todos os termos da cooperação e chegarmos neste momento. Teremos uma escola importante que cumpre as exigências das instituições de ensino da União Europeia, que vai aproximar ainda mais nossas regiões e fortalecer nossa língua como forma de valorização cul-

tural”, afirmou Danielle do Prado, assessora de Cooperação Internacional da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais (AEAI) do governo paulista.

Segundo o decreto de cessão, pelo menos 10% das vagas oferecidas pela Escola serão destinadas gratuitamente para alunos da rede pública estadual. O projeto não terá fins lucrativos e atenderá estudantes dos ciclos infantil, fundamental e médio.

Todos os formados pela futura instituição terão diploma duplo, que garante ao estudante, segundo o consulado português, acesso às instituições de ensino superior público-privadas estabelecidas em Portugal.

O documento estabelece ainda que a Escola Portuguesa de São Paulo deverá manter um curso de formação, capacitação e aprimoramento em língua portuguesa destinado aos professores da rede estadual de ensino, além de instalar um centro de ensino

de língua e cultura portuguesa, com gratuidade de acesso a professores, alunos e servidores da rede estadual de ensino.

O Ministério da Educação de Portugal se responsabilizará pela administração da escola, assim como pela guarda e conservação do prédio, enquanto o modelo de gestão operacional deve ser negociado bilateralmente.

Pelo decreto, o terreno será cedido pelos próximos 20 anos. Esta será a oitava escola portuguesa fora de Portugal que já possui unidades (ou entidades congêneres) em Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e na região administrativa especial de Macau (China).

“Quero agradecer ao Governo do Estado de São Paulo pelo grande empenho para que o sonho de cinco décadas tenha sido concretizado. Quando há vontade política as coisas acontecem”, ressaltou o Primeiro-ministro português, António Costa.

Dersa vence mais um desafio na construção do Rodoanel Norte

Alckmin destaca vestibular da Univesp e sua expansão

No programa de rádio Conversa com o Governador da segunda-feira (12), o governador Geraldo Alckmin destacou as inscrições da Univesp – Universidade Virtual do Estado de São Paulo, que abriu 10 mil vagas para os cursos a distância de Engenharia de Produção, Engenharia de Computação, Licenciatura em Matemática e Pedagogia.

Não há limite de idade, e o custo da inscrição é de R\$ 48,00. Os cursos são totalmente gratuitos, e os alunos contarão com a assistência permanente de tutores, com orientação da Univesp. As provas serão realizadas de forma presencial em polos localiza-

dos em diferentes cidades que englobam todas as regiões do Estado de São Paulo.

“Essa é a maior oferta de vagas de uma única vez na história das universidades paulistas. Também mais que dobramos o número de cidades com polos de ensino Univesp: de 26, passamos para 63. São mais 37 cidades. Nosso objetivo é levar os cursos para cada vez mais pessoas nas regiões que não têm universidades”, ressaltou o governador.

Os cursos terão o padrão de qualidade das universidades públicas estaduais. As inscrições terminam dia 10 de julho e devem ser feitas pelo site univesp.br.

A Dersa (Desenvolvimento Rodoviários S/A), empresa vinculada à Secretaria de Logística e Transportes, deu sequência na segunda-feira (12) a mais uma etapa na construção do trecho Norte do Rodoanel Mario Covas, com a detonação de rochas que se encontravam no encontro entre os lados leste e oeste da escavação do túnel 301.

A detonação foi acionada pelo governador Geraldo Alckmin, em visita técnica ao canteiro de obras, Lotes 2 e 3, na Zona Norte de São Paulo. “Estamos dando mais um passo para a conclusão do Rodoanel. Falta a última etapa para fechar os 180 km do rodoanel metropolitano. Envolve três municípios: São Paulo, Guarulhos e Arujá. Estamos com 5,2 mil pessoas trabalhando em todos os seis lotes. Nós pretendemos entregar todo o eixo principal até março de 2018, além da ligação com a Rodovia Fernão Dias. Com o projeto, nós ligaremos o maior porto brasileiro ao maior aeroporto, sem passar por dentro de São Paulo.”

A construção do túnel é um dos principais desafios de engenharia vencidos pela Dersa para a viabilização da rodovia, a maior obra viária do país, em fun-

ção das características geológicas da região da Serra de Cantareira.

A solução encontrada foi aproveitar as interligações internas entre as duas pistas do Rodoanel para abrir mais frentes no interior da montanha. Localizado no Parque Estadual da Serra de Cantareira, o túnel 301 é o mais extenso da obra com 1,7 quilômetros.

“Há uma expectativa de o Rodoanel Norte atender 23 mil caminhões por dia, que serão retirados da capital paulista. Um grande ganho ambiental, menor poluição, grande ganho do ponto de vista de mobilidade, com menos congestionamento, grande ganho de logística, exportação, importação, redução do custo Brasil e qualidade de vida para a população”, disse Alckmin, sobre as características e dimensões da obra.

Investimentos
O trecho Norte do Rodoanel é a maior obra viária do país, com investimentos previstos de R\$ 8,1 bilhões, sendo R\$ 4,3 bilhões aplicados em obras, e o restante em pagamento de compensações ambientais, desapropriações, interferências, projetos, supervisão, gerenciamento, comunicação e obras comple-

mentares.

A obra financiada com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da União tem sete túneis duplos com soluções tecnológicas de engenharia entre as mais avançadas no mundo, por comportarem até quatro faixas de rolamento por sentido. É a maior obra rodoviária financiada pelo BID.

O Rodoanel Norte, com seus 44 quilômetros de extensão, vai interligar os trechos Oeste e Leste, e dará acesso à Rodovia Fernão Dias. O percurso passa por São Paulo, Arujá e Guarulhos e terá uma ligação exclusiva de 3,6 quilômetros para o Aeroporto Internacional.

Boletins de ocorrência apontam queda de acidentes nas marginais

Boletins de ocorrência analisados pelos técnicos da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) apontam uma tendência de queda de acidentes nas marginais Pinheiros e Tietê nos quatro primeiros meses deste ano, se comparado com o mesmo período de 2016. A partir da sexta-feira (9), a CET passa a divulgar os dados consolidados de acidentes nas marginais Tietê e Pinheiros a cada quatro meses.

De janeiro a abril deste ano, foram registrados 74 acidentes na Marginal Tietê, com um total de 88 feridos e 5 vítimas fatais. No mesmo período de 2016, houve 79 acidentes, com 91 pessoas feridas e 6 mortes na referida via. Portanto, se comparados os primeiros quatro meses de 2017 com o primeiro quadrimestre de 2016, houve na Marginal Tietê queda de 6,3% no número de acidentes, diminuição de 3,3% na quantidade de vítimas feridas e redução de 16,7% no total de mortes.

Na Marginal Pinheiros, o relatório mostra que os registros nos primeiros quatro meses de 2017 totalizaram 61 acidentes, com 74 feridos e 3 mortes. Entre janeiro a abril do ano passado nessa via, foram contabilizados 101 casos, com 112 feridos e 3 óbitos. Na comparação, foi registrada diminuição de 39,6% de acidentes e queda de 34% na quantidade de pessoas feridas. O número de vítimas fatais se man-

teve estável.

Para esse relatório específico das marginais, técnicos da CET analisaram uma média de 6 mil boletins de ocorrência por mês por meio do Infocrim (Sistema de Informação Criminal), que é uma ferramenta de acesso ao Registro Digital de Ocorrências da Polícia Civil. A análise das ocorrências específicas nas marginais é separada das demais nesse caso e a análise dos documentos pode levar até três meses.

A CET concluiu no mês de junho a análise dos números do Infocrim. Trata-se da mesma metodologia de estatísticas utilizada pela companhia desde 1979, ano em que teve início o trabalho de compilação de acidentes no trânsito na capital. Esses dados consolidados, com base nas informações dos boletins de ocorrências, permitem uma comparação sólida da evolução das estatísticas por utilizarem a mesma metodologia.

Em janeiro deste ano, foi iniciado o programa Marginal Segura que, além de readequar a velocidade das vias, foi responsável pela implantação de uma série de ações para segurança, sinalização e educação no trânsito. Pela primeira vez, a CET irá divulgar os dados consolidados ainda no ano vigente. Até o ano passado, esses dados eram publicados somente no relatório anual da CET.

Dados consolidados de 2016

No ano de 2016, segundo a análise dos acidentes de trânsito registrados em boletins de ocorrência, a cidade de São Paulo teve o menor número de mortes da série histórica da CET. De acordo com o relatório, houve 16.052 acidentes de trânsito com vítimas registrados no município em 2016, com um total de 19.235 vítimas. Do ano passado para 2015, o total de casos de acidentes com vítima teve queda de 20,8%.

Foram registrados 12.275 acidentes com vítimas apenas em veículos em 2016, uma queda de 20,1% na comparação com 2015. No recorte de atropelamentos, foram contabilizados 3.777 casos no ano passado, uma redução de 23% se comparado com 2015.

Em relação aos acidentes de trânsito com vítimas fatais durante 2016, houve 813 casos com um total de 854 mortes, uma diminuição de 13,9% em relação a 2015. Em média, a cada 20 acidentes no ano passado houve uma ocorrência com vítima fatal.

Os atropelamentos foram a maior causa para óbitos, segundo o relatório, com 330 casos com mortes. Dos de 854 óbitos registrados ao longo de 2016, os pedestres representaram 40% do total.

Em 2016, as marginais Tietê e Pinheiros registraram o maior número de acidentes fatais no trânsito com 26 óbitos (11 na

Pinheiros e 15 na Tietê). Na sequência aparecem: Avenida do M'Boi Mirim (zona Sul), com 22 óbitos; a Avenida Carlos Caldeira Filho (zona Sul), com 15 mortes; e a Avenida Senador Teotônio Vilela (zona sul), com 12 vítimas fatais.

A maioria dos condutores de veículos envolvidos em acidentes com vítimas no município em 2016 era homem. Se considerados todos os tipos de veículos envolvidos em acidentes de trânsito com feridos, os homens estavam na direção em 85,8% dos casos e as mulheres em 14,2% das ocorrências. Já os acidentes com vítimas fatais no ano passado na capital, os homens eram condutores em 93,7% dos casos e as mulheres em 6,3% deles.

Tanto nos acidentes com feridos quanto no caso das ocorrências de trânsito em que houve mortes, a faixa etária mais comum dos condutores era de até 29 anos no caso de automóveis e motos. Para carros, os motoristas com até 29 anos representam 21,4% do total de ocorrências apenas com feridos, e 30,3% no caso das ocorrências com vítimas fatais. Já no caso de motociclistas, jovens com até 29 anos representaram 42,4% dos que pilotavam as motos nos acidentes de trânsito com feridos, e os condutores de moto da mesma faixa etária estiveram envolvidos em 48,7% dos casos de situações com mortes.

CESAR NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (SP)

Ontem, o mais enamorado vereador do Brasil - Eduardo Tuma (PSDB) - foi de novo por evangélicas, católicas, espíritas etc.; alegando que 'anjos celestiais' recomendam que namorem e se casem com ele.

PREFEITURA (SP)

Tá nas mãos de Doria, grande novidade Tucana pro governo (SP) ou Presidência, resgatar as bandeiras da democracia possível e dos valores da confiança de uma sociedade que não crê nem em si mesma.

ASSEMBLEIA (SP)

Já que no dia 15 rola mais uma Marcha pra Jesus em São Paulo, vale lembrar que o 'bispo Gê' (DEM) e Edna Macedo (PRB) - irmã de Edir Macedo (igreja Universal) são candidatos em 2018 pra voltar pra ALESP.

GOVERNO (SP)

Alckmin (PSDB), que sempre foi mais mineiro que o neto do falecido Tancredo, não tá conseguindo convencer nem mesmo o mais Tucano dos militantes de que ser ou não ser Temer é a morte ou vida em 2018.

CONGRESSO

Alguns senadores e deputados federais, cujos partidos vem sendo cooptados desde Collor, Itamar, FHC, Lula e Dilma, tão sendo mais que nunca pelo agora 'perdoado' por 4 dos 7 do TSE e president(a) do Supremo.

PRESIDÊNCIA

Quem conhece Temer sabe que seu estilo sempre foi de ir comendo pelas beiradas até alcançar algum nível de poder. Depois de chegar, costuma não cair. Aliás, foi assim nas presidências da Câmara Federal.

JUSTIÇAS

Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - o espírita Jayme de Oliveira - nos disse que fará o que tiver que fazer caso Temer tenha usado a Agência Brasileira de Inteligência pra espionar Fachin (Supremo).

PARTIDOS

Num PSDB em que FHC 'foi', Doria 'já é' e Alckmin 'ainda é' porque Aécio 'já era', apenas o Serra não dá pinta de sair ou ficar no governo Temer (PMDB) e Tasso trata a ficada como renovação de locação 'loja de shopping'.

HISTÓRIAS

Não é maniqueísta os votos - comandados por Mendes - pela 'absolvição' de Temer (chapa com Dilma 2014). É apenas a raça humana assumindo que 'justiças' rolam de acordo com quem são 'poderosos de plantão'.

EDITOR

Desde 1992 que o jornalista Cesar Neto vem publicando esta coluna diária de política. Ela foi se tornando referência e uma via das liberdades possíveis. Ele está dirigente na Associação dos Cronistas de Política (São Paulo).

cesar.neto@mais.com



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**

CLIPPING

DEPUTADOS - 18ª LEGISLATURA

MESA DIRETORA

**DEPUTADO CAUÊ MACRIS
PRESIDENTE**

**DEPUTADO LUIZ FERNANDO T. FERREIRA
1º SECRETÁRIO**

**DEPUTADO ESTEVAM GALVÃO
2º SECRETÁRIO**

EXPEDIENTE

Secretário Geral de Administração
Joel Oliveira

Departamento de Comunicação:
Matheus Perez Granato

Gráfica:
Patrícia Yamamoto

Serviço de Fotomicrografia:
Julio Cesar Miranda Silva
Miguel Roberto Mahfuz

SELEÇÃO, LEITURA, DIAGRAMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO:

Antonio Carlos Galban Dias
Cláudia Valéria P. Neves
Márcia M. Yamamoto
Sérgio Kazuo Tanaka
Sonia Mariano

Fones: 3886 6010/6032/6033

Divisão de Imprensa

LEIA ESTE CLIPPING NA INTRANET

ABELARDO CAMARINHA
ADILSON ROSSI
AFONSO LOBATO
ALDO DEMARCHI
ALENCAR SANTANA BRAGA
ANA DO CARMO
ANALICE FERNANDES
ANDRÉ DO PRADO
ANDRÉ SOARES
ANTONIO SALIM CURIATI
BARBA
BARROS MUNHOZ
BETH SAHÃO
CAIO FRANÇA
CAMPOS MACHADO
CARLÃO PIGNATARI
CARLOS BEZERRA JÚNIOR
CARLOS CEZAR
CARLOS GIANNAZI
CARLOS NEDER
CÁSSIO DE CASTRO NAVARRO
CAUÊ MACRIS
CÉLIA LEÃO
CELINO CARDOSO
CELSO GIGLIO
CHICO SARDELLI
CLELIA GOMES
CORONEL CAMILO
CORONEL TELHADA
DAVI ZAIA
DELEGADO OLIM
ED THOMAS
EDMIR CHEDID
EDSON GIRIBONI
ÊNIO TATTO
ESTEVAM GALVÃO
FELICIANO FILHO
FERNANDO CAPEZ
FERNANDO CURY
GERALDO CRUZ
GIL LANCASTER
GILENO
GILMACI SANTOS
GILMAR GIMENES
HELIO NISHIMOTO
ITAMAR BORGES
JOÃO CARAMÉZ

JOÃO PAULO RILLO
JOOJI HATO
JORGE CARUSO
JORGE WILSON
JOSÉ AMÉRICO
JOSE ROBERTO APRILANTI JR.
JOSÉ ZICO PRADO
LECI BRANDÃO
LEO OLIVEIRA
LUIZ CARLOS GONDIM
LUIZ FERNANDO T. FERREIRA
LUIZ TURCO
MÁRCIA LIA
MÁRCIO CAMARGO
MARCO ANTONIO VINHOLI
MARCOS DAMASIO
MARCOS MARTINS
MARCOS ZERBINI
MARIA LUCIA AMARY
MARTA COSTA
MILTON LEITE FILHO
MILTON VIEIRA
ORLANDO BOLÇONE
PASTOR CELSO NASCIMENTO
PASTOR CEZINHA
PAULO CORREA JR
PEDRO KAKÁ
PEDRO TOBIAS
PROFESSOR AURIEL
RAFAEL SILVA
RAMALHO DA CONSTRUÇÃO
RAUL MARCELO
REINALDO ALGUZ
RICARDO MADALENA
RITA PASSOS
ROBERTO ENGLER
ROBERTO MASSAFERA
ROBERTO MORAIS
ROBERTO TRÍPOLI
RODRIGO MORAES
ROGÉRIO NOGUEIRA
ROQUE BARBIERE
SEBASTIÃO SANTOS
ULYSSES TASSINARI
VAZ DE LIMA
WELLINGTON MOURA
WELSON GASPARINI

